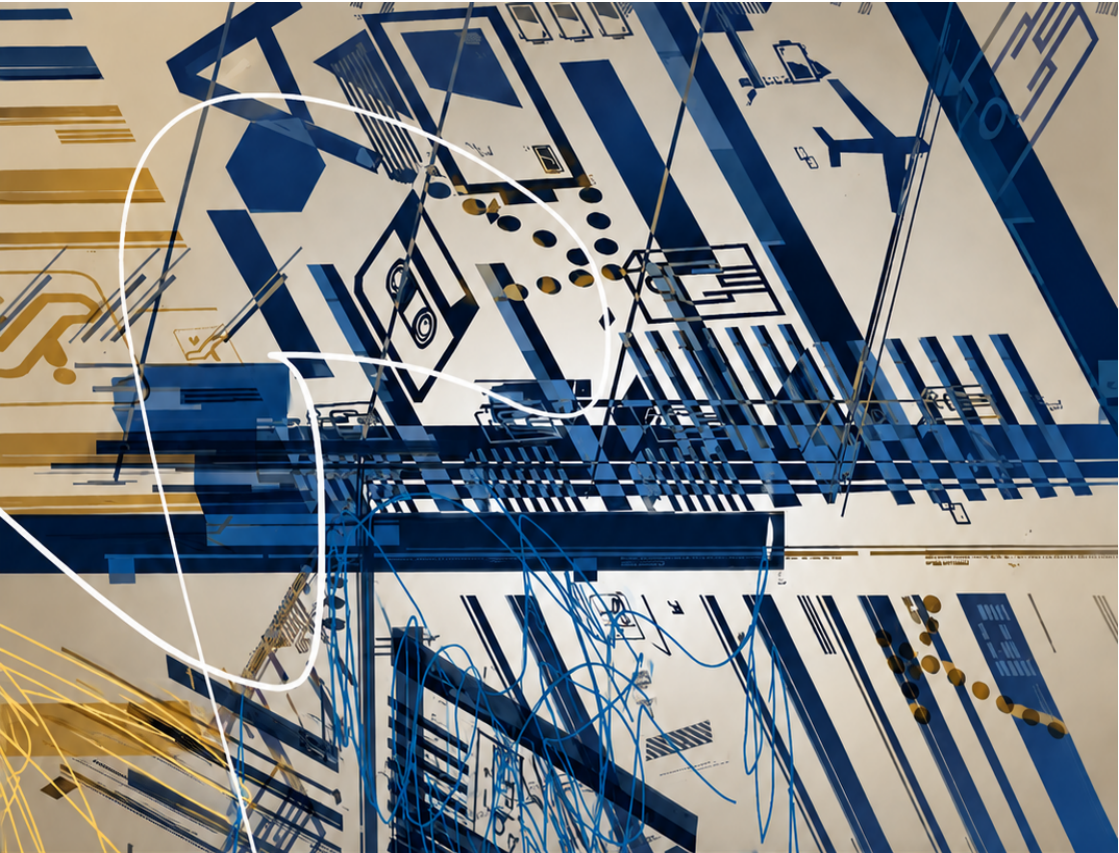




ENSINO, COMUNICAÇÃO E DESINFORMAÇÃO

- Volume IX -

educação **mediática**, **tecnologias** e responsabilidade epistêmica

Organizadores:

Gilson Pôrto Jr.

Gabriel Machado Santos

Helemy dos Santos Ferreira Mendanha
(Orgs.)



Observatório
Edições

Audiodescrição:

Capa de livro acadêmico em formato vertical, com estética gráfica contemporânea inspirada em tecnologia, comunicação digital, circulação de informações e redes. Predominam os tons azul-marinho, azul, azul-celeste, branco e dourado, criando forte contraste visual. A composição está organizada em três áreas principais: uma grande imagem gráfica na parte superior, uma faixa central escura com o título e uma área inferior branca com os créditos editoriais. Ocupa aproximadamente a metade superior da capa uma composição abstrata formada por figuras geométricas, linhas, barras, grades, pontos, formas retangulares, elementos semelhantes a circuitos eletrônicos e padrões de dados. Os elementos aparecem sobrepostos e em diferentes escalas, criando sensação de movimento e complexidade informacional. Predominam formas em azul-marinho e diferentes tonalidades de azul, sobre um fundo claro em tom creme. Há também pequenos elementos dourados distribuídos pela composição. Sobre a imagem destaca-se o contorno branco estilizado de um perfil humano voltado para a direita, integrado aos elementos geométricos e tecnológicos. Na região inferior da imagem aparecem linhas curvas e traços sobrepostos em azul e branco. Na parte central há uma grande faixa horizontal em azul-marinho escuro. Na parte superior da faixa aparece, em letras maiúsculas e amarelo-douradas: "ENSINO, COMUNICAÇÃO E" Logo abaixo, em letras muito grandes, estreitas e brancas, está o título: "DESINFORMAÇÃO" A letra "S" é destacada em amarelo-dourado, criando um elemento visual de ênfase dentro da palavra. Abaixo do título aparece: "– Volume IX –" em amarelo-dourado. Logo abaixo da faixa principal há uma segunda faixa horizontal em azul, contendo o subtítulo: "educação midiática, tecnologias e responsabilidade epistêmica" Nesse texto, "midiática, tecnologias" aparece em amarelo-dourado, enquanto as demais palavras aparecem em branco. A área inferior apresenta fundo branco. À esquerda encontra-se o título: "Organizadores:" seguido dos nomes: Gilson Pôrto Jr., Gabriel Machado Santos, Helemy dos Santos Ferreira Mendorça (Orgs.). Os nomes aparecem em azul-marinho e estão alinhados à esquerda. Uma linha vertical azul delimita visualmente a área dos créditos. À direita encontra-se o logotipo da editora Observatório Edições, composto por um símbolo gráfico multicolorido, com predominância de amarelo e azul, acompanhado da palavra "Observatório" em azul-marinho e da palavra "Edições" em azul. Fim da audiodescrição.

Gilson Pôrto Jr.
Gabriel Machado Santos
Helemy dos Santos Ferreira Mendanha
(Orgs.)

**ENSINO, COMUNICAÇÃO E
DESINFORMAÇÃO: volume 9 –
educação midiática, tecnologias e
responsabilidade epistêmica**

Observatório Edições
2026

Diagramação/Projeto Gráfico: Gilson Pôrto Jr.
Arte de capa: Gilson Pôrto Jr. com uso de prompt autoral.
Publicado em: Agosto/2026.

O padrão ortográfico e o sistema de citações e referências bibliográficas são prerrogativas de cada autor. Considerando as legislações nacionais e internacionais de ética em pesquisa, de propriedade intelectual e de uso de imagens, os autores de cada trabalho são plenamente responsáveis por todo seu conteúdo (inclusive pelos textos, figuras e fotos nele publicadas), isentando os organizadores de qualquer responsabilidade em todas as possíveis situações.



Todos os livros publicados pelo Selo Observatório/OPAJE estão sob os direitos da Creative Commons 4.0
https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/deed.pt_BR

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Código de Catalogação Anglo-Americano (AACR2)

E59

Ensino, comunicação e desinformação: volume 9 – educação midiática, tecnologias e responsabilidade epistêmica / organização de Gilson Pôrto Jr., Gabriel Machado Santos, Helemy dos Santos Ferreira Mendanha. — [1. ed.]. — Palmas, TO: Observatório Edições, 2026.
[recurso eletrônico].

Inclui bibliografia.
ISBN 978-65-977070-1-0

1. Ensino. 2. Comunicação. 3. Desinformação. 4. Educação midiática 5. Tecnologia educacional. 6. Responsabilidade epistêmica. I. Pôrto Jr., Gilson. II. Santos, Gabriel Machado. III. Mendanha, Helemy dos Santos Ferreira.

CDD 302.23
CDU 37:316.77:004
LCC P96.M4

Marcelo Diniz – Bibliotecário – CRB 2/1533. Resolução CFB 184/2017.

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Observatório Edições e/ou do OPAJE/UFT. Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais. Todos os artigos passaram por avaliação dos pares.



UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS

REITORA

Profa. Dra. Maria Santana
Ferreira dos Santos

VICE-REITOR

Prof. Dr. Marcelo Leinerker Costa

Pró-Reitor de Graduação

Profa. Dra. Valdirene de Jesus

Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-Graduação

Prof. Dr. Marcos Vinícius Giongo Alves

Pró-Reitor de Extensão e Cultura

Profa. M. Bruno Barreto

Núcleo de Pesquisa e Extensão Observatório de Pesquisas Aplicadas ao Jornalismo e ao Ensino (OPAJE-UFT)

Dr. Danilo de Melo Sousa
Dra. Eliane Marques dos Santos
Dr. Francisco Gilson Rebouças Pôrto Junior
Dr. Fernando Rodrigues Peixoto Quaresma
Dr. José Lauro Martins
Dr. Nelson Russo de Moraes
Dr. Rodrigo Barbosa e Silva
Dra. Marli Terezinha Vieira
Dr. Sinomar Soares de Carvalho Silva



SELO EDITORIAL Observatório/OPAJE CONSELHO EDITORIAL

PRESIDENTE

Prof. Dr. José Lauro Martins

Membros:

Prof. Dr. Nelson Russo de Moraes

Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" (UNESP), Brasil

Profa. Dra. Maria Luiza Cardinale Baptista

Universidade de Caxias do Sul; Universidade Federal do Amazonas, Brasil

Profa. Dra. Thais de Mendonça Jorge

Universidade de Brasília (UnB), Brasil

Prof. Dr. Fagno da Silva Soares

Clio & MNEMÓSINE Centro de Estudos e Pesquisa em História Oral e Memória
– Instituto Federal do Maranhão (IFMA), Brasil

Prof. Dr. Luiz Francisco Munaro

Universidade Federal de Roraima (UFRR), Brasil

Prof. Dr. José Manuel Pelóez

Universidade do Minho, Portugal

Prof. Dr. Geraldo da Silva Gomes

Universidade Estadual do Tocantins, Brasil

Como Referenciar ABNT NBR 6023/2018

Documento no todo

PÔRTO JR., Gilson; SANTOS, Gabriel Machado; MENDANHA, Helemy dos Santos Ferreira (Orgs.). **ENSINO, COMUNICAÇÃO E DESINFORMAÇÃO: volume 9 – educação midiática, tecnologias e responsabilidade epistêmica**. Palmas, TO: Observatório Edições, 2026. 211 p. ISBN ISBN 978-65-977070-1-0.

Nos Capítulos

SOBRENOME, Nome; SOBRENOME, Nome. Título do capítulo. In: PÔRTO JR., Gilson; SANTOS, Gabriel Machado; MENDANHA, Helemy dos Santos Ferreira (Orgs.). **ENSINO, COMUNICAÇÃO E DESINFORMAÇÃO: volume 9 – educação midiática, tecnologias e responsabilidade epistêmica**. Palmas, TO: Observatório Edições, 2026.

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO / 9

Gilson Pôrto Jr, Gabriel Machado Santos e Helemy dos Santos
Ferreira Mendanha

Capítulo 1 – METODOLOGIAS ATIVAS NO ENSINO SUPERIOR E DESINFORMAÇÃO: formação crítica, educação midiática e responsabilidade epistêmica na cultura digital / 19

Tainara Chagas Matschuck

Capítulo 2 – ENTRE NARRATIVAS E SILENCIAMENTOS: desinformação, tecnologia e inclusão na pedagogia hospitalar / 37

Luciene Moraes Gonçalves da Silva

Capítulo 3 – DESINFORMAÇÃO SOBRE O USO DE TECNOLOGIAS EDUCACIONAIS PARA ESTUDANTES COM TEA: reflexões sobre a robótica educacional / 63

Fabiane Rodrigues Lima e Fabiana Rodrigues Leta

Capítulo 4 – MITOS, DESINFORMAÇÃO E INVISIBILIDADE ESCOLAR NA DUPLA EXCEPCIONALIDADE (AHSD/TEA) / 75

Danielle de Moraes Góis Diniz, Fernanda Serpa Cardoso e Viviane de
Oliveira Freitas Lione

Capítulo 5 – DESINFORMAÇÃO CONTÁBIL E ASSIMETRIA INFORMACIONAL NO MERCADO FINANCEIRO BRASILEIRO / 91

Gabriel Machado Santos e Francisco Gilson Rebouças Pôrto Júnior

Capítulo 6 – DESINFORMAÇÃO E EDUCAÇÃO INCLUSIVA: o podcast como estratégia de educação midiática e combate às fake news no contexto escolar / 129

Luciana Quintana

Capítulo 7 – DESINFORMAÇÃO E NEURODIVERGÊNCIA: sobre os atravessamentos na Educação Inclusiva / 153

Helemy dos Santos Ferreira Mendanha e Francisco Gilson Rebouças
Pôrto Júnior

Capítulo 8 – A DESINTERPRETAÇÃO DE INDICADORES SOCIAIS E A DESINFORMAÇÃO NAS REDES SOCIAIS: Um Estudo sobre a Política de Assistência Social / 171

Marcele Barros de Oliveira

Capítulo 9 – DESINFORMAÇÃO E DISCURSO DE ÓDIO PROPAGADOS NAS MÍDIAS NORTISTAS SOBRE INDÍGENAS E QUILOMBOLAS: notas de uma pesquisa em construção / 179

Lígia das Neves Santos e Francisco Gilson Rebouças Pôrto Júnior

ÍNDICE REMISSIVO / 197

SOBRE OS AUTORES E ORGANIZADORES / 203

Vivemos em uma sociedade na qual a informação se tornou simultaneamente um dos principais recursos de participação social e um dos mais sofisticados campos de disputa de poder. A expansão das redes digitais, das plataformas de comunicação e dos sistemas de inteligência artificial modificou profundamente as formas de produzir, distribuir, interpretar e validar conhecimentos. Nesse ambiente, a desinformação deixou de ser compreendida apenas como circulação de notícias falsas e passou a ser reconhecida como um fenômeno multidimensional, atravessado por interesses políticos, econômicos, culturais, tecnológicos e epistemológicos. É justamente nesse território de tensões que se insere **Ensino, Comunicação e Desinformação: volume IX – educação midiática, tecnologias e responsabilidade epistêmica**, obra que reúne nove capítulos dedicados a diferentes manifestações e consequências da desordem informacional. A própria classificação bibliográfica da obra articula ensino, comunicação, desinformação, educação midiática, tecnologia educacional e responsabilidade epistêmica, indicando a amplitude do problema enfrentado pelo volume.

A questão central que atravessa os capítulos é particularmente relevante: como formar sujeitos capazes de conhecer, interpretar, avaliar e comunicar em uma sociedade na qual a informação circula em velocidade superior à capacidade de verificação? A resposta proposta pelo livro não se limita à checagem factual. A obra desloca o debate para a formação crítica, para a educação midiática, para a compreensão das infraestruturas tecnológicas, para a inclusão, para a qualidade da informação e para as condições sociais que determinam quem pode falar, quem é ouvido, quais conhecimentos alcançam visibilidade e quais sujeitos permanecem silenciados. Nesse sentido, a desinformação é tratada como problema de conhecimento e, portanto, como problema educacional.

O Capítulo 1, **‘Metodologias ativas no Ensino Superior e desinformação: formação crítica, educação midiática e responsabilidade epistêmica na cultura digital’**, de Tainara Chagas Matschuck, estabelece uma das principais portas de entrada para essa discussão. O capítulo argumenta que combater a desinformação não significa simplesmente ensinar estudantes a identificar conteúdos falsos, mas desenvolver capacidades de investigação, comparação de fontes, análise de evidências, argumentação e tomada de decisão. As metodologias ativas são apresentadas como possibilidade de deslocar o estudante da condição de receptor para a de sujeito investigativo, capaz de problematizar informações e produzir conhecimento de maneira responsável. Ao mesmo tempo, o capítulo é cuidadoso ao advertir que uma metodologia ativa não é automaticamente crítica: sua efetividade depende da mediação docente, da qualidade das fontes, da fundamentação teórica e da intencionalidade pedagógica.

O Capítulo 2, **“Entre narrativas e silenciamentos: desinformação, tecnologia e inclusão na pedagogia hospitalar”**, de Luciene Moraes Gonçalves da Silva, amplia o debate ao demonstrar que a desinformação também pode operar pelo silenciamento. No

contexto da Pedagogia Hospitalar, o estudante em situação de adoecimento pode ser reduzido à condição clínica, enquanto suas dimensões culturais, educacionais, identitárias e sociais permanecem invisibilizadas. O capítulo introduz, nesse percurso, a ideia de “monologismo clínico”, associada à predominância de uma narrativa biomédica que restringe a circulação de outras vozes sobre a experiência do sujeito. A Tecnologia Assistiva aparece, então, não apenas como instrumento técnico, mas como mediação sociotécnica capaz de ampliar comunicação, autoria e participação, permitindo que outras narrativas possam existir e circular.

No Capítulo 3, **“Desinformação sobre o uso de tecnologias educacionais para estudantes com TEA: reflexões sobre a robótica educacional”**, Fabiane Rodrigues Lima e Fabiana Rodrigues Leta enfrentam um problema particularmente sensível: a relação entre desinformação, autismo e tecnologias educacionais. O capítulo evidencia como crenças equivocadas sobre o TEA e sobre as capacidades dos estudantes podem produzir expectativas reduzidas e dificultar a adoção de recursos pedagógicos inovadores. A robótica educacional é discutida como possibilidade de aprendizagem interativa, colaborativa e significativa, mas sua utilização pode ser limitada por informações descontextualizadas ou sem respaldo científico. A questão ultrapassa, portanto, a tecnologia em si: trata-se de enfrentar concepções que podem transformar a desinformação em barreira pedagógica e em mecanismo de exclusão.

O Capítulo 4, **“Mitos, desinformação e invisibilidade escolar na dupla excepcionalidade (AHSD/TEA)”**, de Danielle de Moraes Góis Diniz, Fernanda Serpa Cardoso e Viviane de Oliveira Freitas Lione, aprofunda a dimensão da invisibilidade. A dupla excepcionalidade exige reconhecer simultaneamente altas habilidades/superdotação e características associadas ao TEA, evitando interpretações simplificadoras que façam uma condição obscurecer a outra. Nesse campo, os mitos não são meras informações incorretas: podem influenciar processos de identificação, práticas escolares e

oportunidades educacionais. O capítulo, assim, reforça uma ideia fundamental para este volume: a desinformação produz consequências concretas quando interfere nos modos pelos quais sujeitos são reconhecidos institucionalmente. O próprio sumário situa esse capítulo na interseção entre mitos, desinformação e invisibilidade escolar.

O Capítulo 5, **“Desinformação contábil e assimetria informacional no mercado financeiro brasileiro”**, de Gabriel Machado Santos e Francisco Gilson Rebouças Pôrto Júnior, realiza um deslocamento importante: leva o debate para o campo econômico e financeiro. A proposta é compreender a desinformação contábil como categoria analítica relacionada à qualidade da informação, à governança e à assimetria informacional. A análise dos casos Americanas S.A. e Banco Master permite discutir como limitações na transparência, na clareza e na capacidade representativa das informações podem ampliar a distância entre administradores e usuários externos. O capítulo propõe um encadeamento que vai da fragilidade de governança e controles à deterioração da qualidade informacional, à desinformação contábil, à ampliação da assimetria e, finalmente, ao aumento da incerteza e à possível perda de confiança. É uma contribuição particularmente relevante porque demonstra que desinformação também pode nascer da opacidade, da insuficiência ou da dificuldade de interpretação de informações formalmente divulgadas.

O Capítulo 6, **“Desinformação e educação inclusiva: o podcast como estratégia de educação midiática e combate às fake news no contexto escolar”**, de Luciana Quintana, retorna ao campo educacional para discutir uma possibilidade concreta de intervenção. O capítulo parte do reconhecimento de que informações incorretas podem influenciar decisões familiares, práticas pedagógicas e políticas educacionais, especialmente quando recaem sobre deficiência e transtornos do neurodesenvolvimento. O podcast é apresentado como estratégia

de educação midiática e divulgação científica, com potencial para ampliar o acesso a informações confiáveis e favorecer práticas de inclusão. Nesse caso, a comunicação deixa de ser apenas objeto de análise e transforma-se em instrumento pedagógico de enfrentamento da desinformação.

O Capítulo 7, **“Desinformação e neurodivergência: sobre os atravessamentos na Educação Inclusiva”**, de Helemy dos Santos Ferreira Mendanha e Francisco Gilson Rebouças Pôrto Júnior, aprofunda a discussão sobre os efeitos da circulação digital de conteúdos relacionados à neurodivergência. O crescimento de conteúdos de autodiagnóstico e de listas simplificadas de sintomas pode ampliar a visibilidade de determinadas condições, mas também favorecer banalizações, interpretações equivocadas e redução de fenômenos complexos a características isoladas. O capítulo chama atenção para a qualidade das informações nas plataformas digitais e para a necessidade de uma leitura crítica daquilo que se apresenta como conhecimento especializado. Trata-se de um alerta importante diante de um ecossistema no qual popularidade, identificação subjetiva e viralização podem ser confundidas com evidência científica.

O Capítulo 8, **“A desinterpretação de indicadores sociais e a desinformação nas redes sociais: um estudo sobre a Política de Assistência Social”**, de Marcele Barros de Oliveira, talvez seja um dos capítulos que mais explicitamente evidencia a relação entre dados oficiais, interpretação e desinformação. Indicadores como IDCRAS e IDCRES possuem natureza técnica e dependem de metodologia, contexto e leitura especializada. Quando números são retirados de seu contexto e submetidos à lógica de consumo rápido das redes, informações legítimas podem ser convertidas em narrativas enganosas. A contribuição do capítulo é decisiva para compreender que não é necessário fabricar um dado para produzir desinformação: basta descontextualizá-lo, fragmentá-lo, omitir sua metodologia ou enquadrá-lo de maneira tendenciosa.

Por fim, o Capítulo 9, **“Desinformação e discurso de ódio propagados nas mídias nortistas sobre indígenas e quilombolas: notas de uma pesquisa em construção”**, de Lígia das Neves Santos e Francisco Gilson Rebouças Pôrto Júnior, conduz a discussão para a Região Norte e para as relações entre desinformação, representação, preconceito e discurso de ódio. O capítulo parte da compreensão de que a mídia funciona simultaneamente como espelho e lente: reflete tensões sociais, mas também seleciona, enquadra e hierarquiza acontecimentos. A invisibilidade midiática aparece como forma de exclusão simbólica, especialmente quando indígenas e quilombolas são representados de maneira episódica, estigmatizada ou secundária. A alfabetização midiática é apresentada como estratégia para compreender criticamente os processos de produção, circulação e recepção das mensagens e para problematizar as estruturas de poder que atravessam a comunicação.

A leitura conjunta dos nove capítulos revela, portanto, uma arquitetura intelectual que ultrapassa a compreensão convencional de fake news. O livro demonstra que a desinformação pode aparecer como conteúdo falso, manipulação discursiva, informação descontextualizada, omissão, opacidade, silenciamento, estereótipo, invisibilização ou apropriação indevida de dados e conhecimentos. Ela pode atingir estudantes, pessoas com deficiência, pessoas neurodivergentes, investidores, usuários de políticas públicas, povos indígenas e comunidades quilombolas. Pode circular em redes sociais, ambientes escolares, hospitais, mercados financeiros, plataformas digitais e meios de comunicação. O fenômeno é múltiplo porque também são múltiplos os espaços nos quais o conhecimento é produzido e disputado.

Essa perspectiva é coerente com a compreensão apresentada no próprio volume de que a desinformação não se restringe à circulação de notícias falsas, mas envolve disputas políticas, econômicas, culturais, midiáticas e tecnológicas, interferindo na relação entre opinião, evidência e conhecimento. Por isso, o

enfrentamento não pode ser reduzido à checagem posterior de conteúdos. É necessário formar sujeitos capazes de acessar, selecionar, comparar, interpretar, avaliar e produzir informação criticamente.

É nesse ponto que o conceito de responsabilidade epistêmica ganha força como eixo transversal da obra. Ser epistemicamente responsável significa reconhecer que aquilo que se afirma, compartilha, ensina ou publica possui consequências. Significa compreender que uma informação não se torna verdadeira porque é viral, popular, emocionalmente convincente ou repetida por muitas pessoas. Significa reconhecer a diferença entre evidência e opinião, entre fonte e autoridade aparente, entre dado e interpretação, entre experiência individual e conhecimento sistematizado. E significa, sobretudo, assumir responsabilidade pelos efeitos sociais daquilo que se coloca em circulação.

A educação midiática, nesse contexto, não pode ser reduzida ao domínio operacional de ferramentas digitais. Ela pressupõe compreender como as mensagens são produzidas, quais interesses as atravessam, quais linguagens mobilizam e que efeitos produzem sobre percepções, comportamentos e decisões. O livro demonstra que essa formação precisa estar articulada à inclusão, à ciência, à ética, à comunicação pública, à leitura de dados e à participação democrática.

Há, portanto, uma unidade profunda na diversidade temática desta coletânea. Os capítulos não apresentam simplesmente nove estudos isolados sobre desinformação. Eles compõem um mosaico no qual diferentes campos — Educação, Comunicação, Tecnologia, Inclusão, Contabilidade, Economia da Informação, Políticas Públicas e Estudos sobre preconceito — ajudam a revelar as múltiplas infraestruturas da crise informacional contemporânea. O sumário evidencia justamente essa amplitude, reunindo desde metodologias ativas e pedagogia hospitalar até mercado financeiro,

neurodivergência, assistência social e discursos de ódio contra indígenas e quilombolas.

É essa diversidade que constitui uma das principais virtudes do Volume IX. A obra nos convida a abandonar uma visão simplista segundo a qual haveria, de um lado, a informação verdadeira e, de outro, a informação falsa. Entre esses extremos existe um território muito mais complexo, formado por enquadramentos, omissões, silenciamentos, disputas de autoridade, desigualdades de acesso, algoritmos, interesses econômicos, crenças, preconceitos e diferentes capacidades de interpretar criticamente aquilo que circula.

Mais do que perguntar “isso é verdadeiro ou falso?”, os capítulos nos provocam a formular questões ainda mais importantes: Quem produziu essa informação? Com quais evidências? Em que contexto? O que foi omitido? Quem ganha visibilidade? Quem permanece invisível? Que interesses estão envolvidos? Como essa informação será interpretada? Que tecnologias favorecem sua circulação? Que sujeitos podem ser prejudicados por sua disseminação?

Este volume, ao articular educação midiática, tecnologias e responsabilidade epistêmica, oferece, assim, não apenas um conjunto de reflexões sobre a desinformação, mas uma agenda de pesquisa e de formação. Seus capítulos mostram que combater a desinformação é também defender a inclusão; proteger a qualidade da informação é proteger direitos; fortalecer a educação midiática é fortalecer a democracia; qualificar a comunicação é ampliar a participação; e assumir responsabilidade epistêmica é reconhecer que o direito à informação confiável constitui também um direito de cidadania.

Que o leitor percorra estas páginas não apenas para identificar as muitas faces da desinformação, mas para compreender os mecanismos que a produzem, as estruturas que a amplificam e,

principalmente, as possibilidades educativas, comunicacionais e científicas de enfrentá-la.

Boa leitura.

Gilson Pôrto Jr.

Gabriel Machado Santos

Helemy dos Santos Ferreira Mendanha

METODOLOGIAS ATIVAS NO ENSINO SUPERIOR E DESINFORMAÇÃO: formação crítica, educação midiática e responsabilidade epistêmica na cultura digital

Tainara Chagas Matschuck

Introdução

A sociedade contemporânea é marcada por profundas transformações nas formas de produção, circulação e apropriação do conhecimento. As tecnologias digitais, as redes sociais, as plataformas comunicacionais e, mais recentemente, os sistemas de inteligência artificial modificaram a maneira como os sujeitos acessam informações, constroem opiniões, produzem sentidos e participam da vida social. Embora esse cenário tenha ampliado possibilidades de comunicação, pesquisa e aprendizagem, também intensificou a disseminação de conteúdos falsos, distorcidos, manipulados ou descontextualizados, fenômeno amplamente discutido como desinformação.

A desinformação não se limita à circulação de notícias falsas. Trata-se de um fenômeno complexo, atravessado por disputas políticas, econômicas, culturais, midiáticas e tecnológicas. Ela fragiliza a confiança no conhecimento científico, confunde opinião com evidência, relativiza fatos, reforça preconceitos e interfere na tomada de decisões individuais e coletivas. Por isso, precisa ser compreendida também como problema educacional, pois afeta o modo como os sujeitos leem o mundo, interpretam dados e se posicionam socialmente.

Wardle e Derakhshan (2017) denominam esse processo de “desordem informacional”, envolvendo informação falsa, enganosa e maliciosa. Essa noção é relevante para o Ensino Superior, pois permite compreender a desinformação não como simples erro individual, mas como fenômeno social, político, tecnológico e epistemológico. Nesse contexto, a universidade, historicamente reconhecida como espaço de produção, validação e socialização do conhecimento, precisa reafirmar sua função social.

Formar profissionais tecnicamente capacitados já não é suficiente. É necessário formar sujeitos capazes de pesquisar com rigor, argumentar com base em evidências, dialogar com diferentes campos do saber e agir eticamente diante da produção e circulação de informações. Santaella (2018), ao discutir a pós-verdade, chama atenção para uma sociedade saturada de informações, na qual a solidez dos fatos é frequentemente substituída por crenças, afetos e percepções subjetivas. Essa realidade exige práticas formativas que desenvolvam leitura crítica, argumentação fundamentada e responsabilidade epistemológica.

É nesse cenário que as metodologias ativas se apresentam como possibilidade formativa significativa. Ao deslocarem o estudante da posição de receptor passivo para a condição de participante do processo de aprendizagem, favorecem autonomia, colaboração, problematização, investigação e construção coletiva do conhecimento. Este capítulo tem como objetivo analisar criticamente

de que modo as metodologias ativas no Ensino Superior podem contribuir para o enfrentamento da desinformação, articulando educação midiática, pensamento crítico, interdisciplinaridade, inteligência artificial e responsabilidade ética.

Metodologias ativas no Ensino Superior: fundamentos formativos

As metodologias ativas ocupam lugar central nos debates contemporâneos sobre inovação pedagógica no Ensino Superior. Sua emergência relaciona-se à necessidade de superar modelos tradicionais de ensino, nos quais o professor ocupa o centro do processo e o estudante assume postura passiva diante do conhecimento. A aula expositiva pode ser importante em determinados contextos, mas torna-se insuficiente quando utilizada como estratégia predominante e desarticulada de práticas investigativas, dialógicas e participativas.

Moran (2018, p. 17) afirma que “as metodologias ativas propõem desafios reais, que exigem dos alunos iniciativa, tomada de decisões e colaboração”. Essa concepção aproxima-se diretamente do enfrentamento da desinformação, pois formar estudantes críticos exige criar situações em que eles sejam desafiados a pesquisar, comparar fontes, problematizar discursos e sustentar argumentos com base em evidências.

Bacich e Moran (2018) destacam que tais metodologias favorecem o protagonismo discente e contribuem para uma aprendizagem significativa, pois aproximam o conhecimento acadêmico de problemas reais e experiências de vida dos estudantes. No Ensino Superior, essa mudança de perspectiva é fundamental. A formação universitária não pode limitar-se à memorização de conceitos ou à reprodução de conteúdos, devendo favorecer análise, interpretação, argumentação, investigação, criatividade, cooperação e pensamento crítico. Entre as estratégias associadas às metodologias ativas, destacam-se a aprendizagem baseada em problemas, a aprendizagem baseada em projetos, o

estudo de caso, a sala de aula invertida, os portfólios reflexivos, os seminários problematizadores e os projetos integradores. Essas práticas têm em comum a valorização da participação estudantil e a compreensão de que aprender envolve mobilizar conhecimentos para resolver problemas, tomar decisões e produzir sentidos.

No entanto, é necessário problematizar sua apropriação. Em alguns contextos, metodologias ativas são tratadas de forma instrumental, como se bastasse substituir a exposição oral por uma atividade em grupo para que houvesse inovação. Essa compreensão é limitada. Uma metodologia só se torna efetivamente ativa quando mobiliza o pensamento do estudante, desafia sua compreensão, exige posicionamento, promove diálogo e possibilita construção crítica do conhecimento. Assim, a centralidade dessas metodologias não está na técnica em si, mas na concepção de formação que as sustenta.

Desinformação, cultura digital e crise do conhecimento

A desinformação tornou-se uma das marcas mais preocupantes da cultura digital. Embora boatos e informações falsas não sejam novidade histórica, as tecnologias digitais ampliaram sua velocidade, alcance e impacto. Nas redes sociais, conteúdos podem ser produzidos, compartilhados e consumidos em poucos segundos, muitas vezes sem verificação de fonte, autoria, contexto ou evidência.

Esse processo altera a relação dos sujeitos com o conhecimento. A abundância informacional não significa, necessariamente, ampliação da compreensão crítica. Ao contrário, o excesso de informações pode produzir superficialidade, fragmentação e confusão interpretativa. Opiniões pessoais, crenças individuais, discursos ideológicos e conteúdos sem fundamentação passam a circular com aparência de verdade, colocando em risco a formação crítica e a confiança pública no conhecimento científico.

Kenski (2012) afirma que a educação precisa dialogar com as tecnologias, pois elas alteram tempos, espaços, linguagens e formas de acesso ao conhecimento. Entretanto, o uso de tecnologias no Ensino Superior não garante, por si só, inovação pedagógica nem formação crítica. Para que contribuam com a aprendizagem, precisam estar articuladas à intencionalidade pedagógica, à mediação docente e à análise crítica dos conteúdos que circulam nos ambientes digitais.

A coleção Ensino, Comunicação e Desinformação contribui para compreender esse fenômeno em sua complexidade. Pôrto Júnior, Castro e Silva (2024), ao organizarem o volume dedicado à desconstrução de conceitos, evidenciam que a desinformação deve ser analisada para além da ideia simplificada de fake news. Ela envolve disputas narrativas, manipulação discursiva, circulação de informações distorcidas e fragilização dos critérios de verdade.

A universidade não está isolada desses efeitos. Estudantes, professores e pesquisadores também participam de ambientes digitais marcados pela circulação acelerada de informações. A diferença é que a universidade possui responsabilidade específica: formar sujeitos capazes de compreender critérios de validação do conhecimento, reconhecer fontes confiáveis, analisar evidências e produzir interpretações fundamentadas.

A desinformação também produz uma crise de autoridade do conhecimento. Em certos contextos, a opinião pessoal é colocada no mesmo plano da produção científica; evidências são relativizadas; discursos pseudocientíficos ganham visibilidade; e instituições de pesquisa são questionadas por movimentos de descrédito. Soares e Souza (2024, p. 141) destacam que a desinformação provoca impactos “tão nefastos para os indivíduos, para as relações sociais e para a democracia”. Portanto, seu enfrentamento não pode depender apenas de mecanismos tecnológicos de checagem, mas exige formação crítica sistemática.

Educação midiática, letramento informacional e pensamento crítico

O enfrentamento da desinformação exige o desenvolvimento de competências relacionadas à educação midiática e ao letramento informacional. Em uma sociedade na qual os estudantes acessam informações por diferentes meios, plataformas e linguagens, torna-se indispensável que a universidade promova práticas voltadas à análise crítica dos conteúdos midiáticos, à compreensão dos modos de produção da informação e ao uso ético das fontes.

A UNESCO (2013) defende a alfabetização midiática e informacional como dimensão essencial da formação docente e cidadã, pois permite acessar, avaliar, utilizar e produzir informações de maneira crítica e ética. Essa perspectiva reforça que o enfrentamento da desinformação não ocorre apenas por checagens pontuais, mas por formação sistemática para a leitura crítica das mídias e para o uso responsável da informação. A educação midiática não deve ser confundida com o simples uso de tecnologias em sala de aula. Utilizar vídeos, redes sociais ou ferramentas digitais não significa, necessariamente, desenvolver leitura crítica. Educação midiática envolve compreender como mensagens são produzidas, quais interesses as atravessam, que linguagens utilizam, quais efeitos produzem e de que modo influenciam percepções, comportamentos e decisões.

Pôrto Júnior, Andrade e Souza (2024), ao organizarem o volume dedicado ao letramento e à educação midiática, contribuem para pensar o enfrentamento da desinformação como tarefa educativa. A formação dos estudantes precisa incluir capacidade de acessar, selecionar, interpretar, comparar, avaliar e produzir informações de maneira crítica. Silva, Braz e Damasceno (2024, p. 222) destacam que a educação midiática deve ser compreendida como “instrumento de promoção do pensamento crítico”.

No Ensino Superior, essa dimensão é ainda mais importante porque o estudante universitário não é apenas consumidor de informação, mas produtor de conhecimento acadêmico. Ele realiza

pesquisas, elabora trabalhos, escreve artigos, participa de debates, produz materiais digitais e compartilha conteúdos em ambientes institucionais e sociais. Por isso, educação midiática, ética acadêmica e responsabilidade social devem caminhar juntas.

As metodologias ativas favorecem essa articulação porque permitem que os estudantes aprendam investigando, comparando e problematizando. Em vez de apenas receberem orientações abstratas sobre fontes confiáveis, podem analisar notícias falsas, investigar a origem de dados compartilhados nas redes, comparar fontes jornalísticas e acadêmicas, estudar imagens manipuladas e produzir materiais educativos voltados à prevenção da desinformação.

Metodologias ativas como enfrentamento pedagógico da desinformação

A relação entre metodologias ativas e desinformação pode ser compreendida a partir de uma questão central: que tipo de sujeito o Ensino Superior pretende formar em uma sociedade atravessada por discursos manipulados, circulação acelerada de informações e fragilização do pensamento crítico? Se a resposta aponta para a formação de sujeitos autônomos, críticos e eticamente responsáveis, tais metodologias podem constituir caminho pedagógico potente para o enfrentamento da desinformação.

Ao contrário de práticas centradas apenas na transmissão de conteúdos, as metodologias ativas exigem participação intelectual diante de problemas reais. Moran (2018) afirma que essas metodologias propõem desafios reais, capazes de mobilizar iniciativa, tomada de decisão e colaboração dos estudantes. No contexto da desinformação, isso significa propor situações em que os acadêmicos investiguem fontes, comparem informações, identifiquem manipulações, analisem discursos e construam argumentos fundamentados.

Em uma proposta de aprendizagem baseada em problemas, por exemplo, o professor pode apresentar uma situação envolvendo a circulação de notícia falsa relacionada à saúde, educação, política pública, meio ambiente ou ciência. A partir dela, os estudantes levantam hipóteses, pesquisam fontes confiáveis, analisam dados, consultam produções acadêmicas e elaboram resposta crítica. Assim, desenvolvem conhecimentos sobre o tema e competências de leitura crítica da informação, aproximando-se da perspectiva de Wardle e Derakhshan (2017), que compreendem a desinformação como parte de uma desordem informacional mais ampla, envolvendo informações falsas, enganosas e maliciosas.

Na aprendizagem baseada em projetos, os estudantes podem construir campanhas de educação midiática, materiais informativos, oficinas, podcasts, vídeos ou intervenções educativas voltadas ao enfrentamento da desinformação em determinado contexto social. Essa estratégia aproxima ensino, pesquisa e extensão, permitindo que a universidade dialogue com problemas concretos da sociedade. Bacich e Moran (2018) destacam que as metodologias ativas favorecem o protagonismo discente e a aprendizagem significativa, pois aproximam os conteúdos acadêmicos das experiências e dos desafios reais vivenciados pelos estudantes.

O estudo de caso também se mostra relevante nesse processo. Casos de negacionismo científico, manipulação de dados, uso indevido de imagens, circulação de boatos em redes sociais ou produção automatizada de conteúdos por inteligência artificial podem ser analisados com base em referenciais teóricos. Já a sala de aula invertida pode ser utilizada para que os estudantes tenham contato prévio com textos acadêmicos, relatórios, reportagens e documentos sobre desinformação, reservando o momento da aula para debate, problematização, análise crítica e produção coletiva. Essa perspectiva dialoga com Valente (2018), ao compreender a sala

de aula invertida como possibilidade de reorganização do tempo pedagógico e ampliação da participação discente.

Contudo, as metodologias ativas não combatem a desinformação automaticamente. Sua efetividade depende da mediação docente, da seleção de problemas relevantes, da qualidade das fontes utilizadas, da exigência de fundamentação teórica e da construção de critérios claros de análise. Sem esses elementos, atividades aparentemente inovadoras podem apenas reproduzir opiniões superficiais ou reforçar informações equivocadas. Nesse sentido, Freire (1996) contribui ao defender uma educação voltada à autonomia, à curiosidade epistemológica e à leitura crítica do mundo, aspectos indispensáveis para a formação de sujeitos capazes de enfrentar a desinformação de maneira ética, crítica e socialmente comprometida.

Além disso, Santaella (2018) alerta que a cultura da pós-verdade fragiliza a relação dos sujeitos com os fatos, fazendo com que crenças, emoções e percepções pessoais muitas vezes se sobreponham às evidências. Por isso, trabalhar metodologias ativas no Ensino Superior requer não apenas tornar o estudante participante, mas também formá-lo para analisar criticamente a informação, reconhecer evidências, dialogar com diferentes fontes e assumir responsabilidade ética diante do conhecimento produzido e compartilhado.

Interdisciplinaridade, inclusão e responsabilidade ética

A interdisciplinaridade constitui eixo fundamental para analisar a relação entre metodologias ativas e desinformação. Fazenda (2002, p. 15) afirma que “a interdisciplinaridade é uma atitude diante do conhecimento, que busca superar a fragmentação e compreender o todo em sua complexidade”. Essa perspectiva é especialmente relevante porque a desinformação não pode ser explicada por uma única área do saber.

A desinformação envolve comunicação, tecnologia, política, educação, linguagem, psicologia social, ciência da informação, sociologia, ética e cultura digital. Portanto, seu enfrentamento exige abordagens interdisciplinares. Ao investigar uma campanha de desinformação sobre vacinas, por exemplo, os estudantes podem mobilizar conhecimentos de saúde, comunicação, estatística, ética, sociologia, política pública e educação. Ao analisar fake news sobre educação, podem articular legislação, política educacional, formação docente, mídia e discurso.

Esse movimento fortalece o pensamento crítico. Pensar criticamente não significa desconfiar de tudo de maneira indiscriminada, mas avaliar argumentos, reconhecer evidências, identificar contradições, compreender contextos e sustentar posicionamentos fundamentados. No Ensino Superior, o pensamento crítico precisa ser desenvolvido intencionalmente, por meio de práticas que desafiem os estudantes a problematizar informações e construir análises rigorosas.

A relação entre desinformação e metodologias ativas também precisa ser analisada a partir da inclusão. Pôrto Júnior, Gomes e Silva (2024), ao discutirem perspectivas na e para a inclusão, permitem ampliar o debate para além do acesso técnico à informação. Em sociedades marcadas por desigualdades, nem todos possuem as mesmas condições de interpretar, avaliar e validar conteúdos. Pessoas com menor acesso à educação de qualidade, menor domínio de leitura crítica ou menor familiaridade com práticas científicas podem tornar-se mais vulneráveis à manipulação informacional.

No Ensino Superior, essa realidade exige práticas pedagógicas que considerem a diversidade dos estudantes e suas trajetórias formativas. As metodologias ativas, quando bem planejadas, podem favorecer práticas inclusivas ao valorizar participação, diálogo, colaboração e construção coletiva. Contudo, não podem pressupor que todos já dominam as mesmas

competências de leitura, escrita, pesquisa e argumentação. Cabe ao professor criar mediações que possibilitem participação qualificada. A dimensão ética é igualmente central. Em tempos de redes sociais e inteligência artificial, os estudantes produzem e compartilham conteúdos. Portanto, a formação universitária precisa discutir autoria, integridade acadêmica, responsabilidade no uso de fontes, plágio, manipulação de dados, uso ético de imagens e produção automatizada de textos. A desinformação não é apenas algo externo à universidade; pode ser reproduzida no interior da vida acadêmica quando não há rigor e responsabilidade.

Inteligência artificial e novos desafios da desinformação

A presença crescente da inteligência artificial no Ensino Superior amplia os desafios relacionados à desinformação. Ferramentas baseadas em IA podem auxiliar estudantes e pesquisadores em tarefas de busca, organização, escrita, análise e comunicação científica. Contudo, também podem produzir respostas imprecisas, inventar referências, reproduzir vieses, gerar textos sem autoria clara e criar falsa sensação de confiabilidade.

Pôrto Júnior (2026, p. 19) afirma que “o uso da inteligência artificial veio para ficar”, o que exige da universidade postura crítica e formativa diante dessas tecnologias. A questão, portanto, não é simplesmente proibir ou aceitar seu uso, mas ensinar os estudantes a avaliá-lo criticamente.

As metodologias ativas podem contribuir para o uso crítico da inteligência artificial quando propõem situações em que os estudantes comparam respostas geradas por ferramentas digitais com fontes acadêmicas confiáveis, analisam inconsistências, verificam dados, discutem autoria e refletem sobre limites da tecnologia. Assim, a IA deixa de ser apenas ferramenta de produtividade e torna-se objeto de análise crítica.

Esse debate é particularmente importante porque a IA pode potencializar a produção de conteúdos falsos, imagens manipuladas,

textos fabricados e discursos aparentemente científicos. Pôrto Júnior (2026, p. 19) também destaca que “declarar o uso de ferramentas de inteligência artificial nos processos científicos é um passo essencial”, reforçando a necessidade de transparência e responsabilidade na pesquisa acadêmica.

Nesse sentido, práticas ativas possibilitam abordagem mais adequada do que simples proibições. O professor pode incorporar a tecnologia como objeto de investigação, desafiando estudantes a testar ferramentas, identificar erros, comparar resultados com literatura científica e discutir implicações éticas. Esse processo fortalece pensamento crítico, autoria responsável e integridade acadêmica.

Desafios, limites e possibilidades pedagógicas

Apesar de seu potencial, as metodologias ativas enfrentam desafios significativos no Ensino Superior. O primeiro deles é a formação docente. Muitos professores universitários foram formados em modelos tradicionais e, embora dominem o conteúdo de suas áreas, nem sempre receberam formação pedagógica para trabalhar com metodologias participativas, avaliação processual, projetos interdisciplinares ou educação midiática.

Outro desafio é institucional. A rigidez curricular, a fragmentação das disciplinas, a carga horária reduzida, a falta de tempo para planejamento coletivo e a valorização de modelos avaliativos tradicionais dificultam práticas ativas e interdisciplinares. Também há risco de superficialização quando metodologias ativas são adotadas como modismo, sem reflexão teórica consistente. Uma aula pode ser movimentada, tecnológica e colaborativa, mas ainda assim não produzir aprendizagem crítica.

Behrens (2015, p. 79) afirma que “não há inovação metodológica sem mudança de concepção e sem investimento na formação do professor”. Essa reflexão é central: enfrentar a desinformação exige mais do que atividades dinâmicas; exige

formação docente, planejamento, mediação crítica, avaliação processual e compromisso institucional com a qualidade da formação universitária.

No plano pedagógico, a articulação entre metodologias ativas e desinformação pode ser materializada em projetos interdisciplinares nos quais os estudantes investiguem casos reais relacionados à sua área de formação. Em cursos de Educação, por exemplo, podem ser analisadas falsas informações sobre políticas públicas educacionais, alfabetização, inclusão, financiamento da educação ou formação docente. Também podem ser organizadas oficinas de checagem de informações, nas quais os estudantes aprendam a comparar fontes, identificar autoria, verificar datas, analisar imagens, buscar evidências científicas e compreender mecanismos de circulação de conteúdos nas redes sociais. Portfólios reflexivos, estudos de caso e projetos de extensão são igualmente relevantes, pois permitem registrar o percurso de análise, articular teoria e realidade e aproximar a universidade da comunidade.

Essas possibilidades demonstram que metodologias ativas contribuem para o enfrentamento da desinformação quando planejadas com objetivos claros, fundamentação teórica e compromisso ético. Elas permitem que o estudante deixe de ser apenas receptor de conteúdos e se torne pesquisador, produtor, analista e comunicador responsável do conhecimento.

Considerações finais

A análise desenvolvida neste capítulo permite afirmar que as metodologias ativas no Ensino Superior possuem potencial relevante para o enfrentamento da desinformação, desde que compreendidas para além de uma dimensão instrumental. Elas não devem ser vistas apenas como técnicas para tornar as aulas mais dinâmicas, mas como práticas formativas capazes de promover investigação, pensamento crítico, autonomia intelectual,

colaboração, interdisciplinaridade, educação midiática e responsabilidade ética.

Em uma sociedade marcada pela circulação acelerada de informações, pela manipulação de discursos e pela fragilização da confiança no conhecimento científico, o Ensino Superior precisa assumir papel central na formação de sujeitos capazes de interpretar criticamente a realidade. A universidade não pode limitar-se à transmissão de conteúdos, pois formar na contemporaneidade exige ensinar os estudantes a pesquisar, analisar fontes, reconhecer evidências, argumentar com rigor e produzir conhecimento de maneira responsável.

As referências analisadas evidenciam que a desinformação é um fenômeno complexo, situado na interface entre ensino, comunicação, cultura digital, inclusão, educação midiática, inteligência artificial e produção do conhecimento. Por isso, seu enfrentamento exige práticas pedagógicas interdisciplinares e metodologicamente orientadas. Nesse sentido, as metodologias ativas podem favorecer experiências formativas que aproximem estudantes de problemas reais, estimulem análise crítica e fortaleçam a função social da universidade.

Contudo, é necessário reconhecer que tais metodologias não garantem, por si mesmas, uma formação crítica. Sua efetividade depende da intencionalidade pedagógica, da mediação docente, da formação dos professores, da reorganização curricular e do compromisso institucional com uma educação superior crítica, democrática e humanizadora.

Portanto, articular metodologias ativas e desinformação significa defender um projeto de Ensino Superior comprometido com a formação de sujeitos autônomos, críticos, éticos e socialmente responsáveis. Mais do que combater informações falsas de forma pontual, trata-se de formar estudantes capazes de compreender os processos de produção do conhecimento, reconhecer os efeitos

sociais da informação e intervir na realidade com responsabilidade epistemológica, cidadã e humana.

Referências

BACICH, Lilian; MORAN, José. **Metodologias ativas para uma educação inovadora: uma abordagem teórico-prática**. Porto Alegre: Penso, 2018.

BEHRENS, Marilda Aparecida. **O paradigma da complexidade na formação e na prática docente**. Petrópolis: Vozes, 2015.

FAZENDA, Ivani Catarina Arantes. **Interdisciplinaridade: história, teoria e pesquisa**. Campinas: Papirus, 2002.

FAZENDA, Ivani Catarina Arantes. **Práticas interdisciplinares na escola**. São Paulo: Cortez, 2011.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

KENSKI, Vani Moreira. **Educação e tecnologias: o novo ritmo da informação**. 8. ed. Campinas: Papirus, 2012.

MORAN, José Manuel. Metodologias ativas para uma aprendizagem mais profunda. In: BACICH, Lilian; MORAN, José (org.). **Metodologias ativas para uma educação inovadora: uma abordagem teórico-prática**. Porto Alegre: Penso, 2018.

PÔRTO JÚNIOR, Francisco Gilson Rebouças; CASTRO, Helena Carla; SILVA, Sinomar Soares de Carvalho (orgs.). **Ensino, comunicação e desinformação: v. 1: (des)construindo conceitos**. Palmas, TO: Observatório Edições, 2024. Disponível em: <http://hdl.handle.net/11612/7255>. Acesso em: 3 jun. 2026.

PÔRTO JÚNIOR, Francisco Gilson Rebouças; ANDRADE, Luiz Antônio Botelho de; SOUZA, Danilo de Melo (orgs.). **Ensino, comunicação e desinformação: v. 2: letramento e educação midiática**. Palmas, TO: Observatório Edições, 2024. Disponível em: <http://hdl.handle.net/11612/7256>. Acesso em: 3 jun. 2026.

PÔRTO JÚNIOR, Francisco Gilson Rebouças; GOMES, Suzete Araujo Oliveira; SILVA, Adriano Alves da (orgs.). **Ensino, comunicação e desinformação: v. 3: perspectivas na/para a inclusão**. Palmas, TO: Observatório Edições, 2024. Disponível em: <http://hdl.handle.net/11612/7257>. Acesso em: 3 jun. 2026.

PÔRTO JÚNIOR, Francisco Gilson Rebouças. **Pesquisa científica mediada por inteligência artificial (IA): caminhos, prompts e comunicação. v. I: da concepção à coleta de dados**. Palmas, TO: Observatório Edições, 2026. Disponível em: <http://hdl.handle.net/11612/8278>. Acesso em: 3 jun. 2026.

SANTAELLA, Lucia. **A pós-verdade é verdadeira ou falsa?** Barueri: Estação das Letras e Cores, 2018.

UNESCO. **Alfabetização midiática e informacional: currículo para formação de professores**. Brasília, DF: UNESCO, 2013.

VALENTE, José Armando. A sala de aula invertida e a possibilidade do ensino personalizado: uma experiência com a graduação. In: BACICH, Lilian; MORAN, José (orgs.). **Metodologias ativas para uma educação inovadora: uma abordagem teórico-prática**. Porto Alegre: Penso, 2018.

WARDLE, Claire; DERAKHSHAN, Hossein. **Information disorder: toward an interdisciplinary framework for research and policy**

making. Strasbourg: Council of Europe, 2017. Disponível em: <https://edoc.coe.int/en/media/7495-information-disorder-toward-an-interdisciplinary-framework-for-research-and-policy-making.html>. Acesso em: 3 jun. 2026.

ENTRE NARRATIVAS E SILENCIAMENTOS: desinformação, tecnologia e inclusão na pedagogia hospitalar

Luciene Moraes Gonçalves da Silva

Introdução

A circulação intensificada de informações em ambientes digitais transformou profundamente as formas de comunicação, participação social e produção de sentidos na contemporaneidade. Nesse cenário, a desinformação tornou-se um dos principais desafios das sociedades conectadas, atravessando dimensões políticas, culturais, educacionais e tecnológicas. Entretanto, compreender a desinformação apenas como disseminação de conteúdos falsos reduz a complexidade do fenômeno e dificulta a compreensão de seus mecanismos simbólicos, discursivos e sociotécnicos. Sob a perspectiva do pensamento complexo, Morin (2000) argumenta que os fenômenos sociais contemporâneos não podem ser analisados por explicações lineares ou reducionistas, uma vez que envolvem dimensões biológicas, culturais, históricas, sociais e subjetivas que se articulam de forma inseparável. Nessa direção,

compreender a desinformação apenas pela oposição entre verdade e mentira significa reduzir um fenômeno multidimensional a uma única de suas manifestações.

As plataformas digitais operam por meio de algoritmos organizados a partir de lógicas de engajamento, segmentação de públicos e interesses econômicos relacionados à geração de lucro por meio da circulação de conteúdos e da permanência dos usuários nas plataformas. Dessa forma, determinados conteúdos recebem maior destaque e circulação, enquanto outros acabam ocupando posições periféricas nos fluxos de informação digital, com menor alcance, reconhecimento e participação pública. Nesse contexto, a disputa informacional não ocorre apenas em torno da veracidade dos conteúdos, mas também em torno da legitimidade das narrativas, das formas de visibilidade e dos modos de reconhecimento social.

Santiago e Araújo (2023) compreendem a desinformação como prática discursiva estratégica, produzida intencionalmente para gerar convencimento, compartilhamento e engajamento. Para os autores, os conteúdos desinformativos mobilizam recursos de simulação de credibilidade, apropriando-se de linguagens jornalísticas, imagens e estruturas discursivas que produzem efeitos de verdade. De modo complementar, estudos recentes desenvolvidos no âmbito do PGCTIN têm demonstrado que a desinformação também afeta grupos historicamente marginalizados, produzindo processos de invisibilização, preconceito, capacitismo e restrições à participação social, especialmente em contextos relacionados à deficiência, neurodivergência e inclusão educacional (VIEIRA; LIONE, 2025; MOREIRA; SILVA, 2025; RIBEIRO; LACERDA, 2025).

Entretanto, a desinformação também pode operar por meio de dissimulação, silenciamento e reduções simbólicas. Como problematiza Adichie (2009), o “perigo da história única” reside justamente na produção de narrativas homogeneizantes que

reduzem sujeitos e grupos sociais a versões limitadas de sua existência. Quando apenas determinadas histórias circulam, produz-se um empobrecimento simbólico que restringe possibilidades de reconhecimento, participação e pertencimento. Tal compreensão aproxima-se das discussões sobre violência simbólica e aprisionamento sociocultural presentes em estudos recentes sobre inclusão e desinformação, os quais evidenciam como determinadas narrativas podem limitar formas de participação social e reconhecimento de grupos historicamente vulnerabilizados (MARTINS; BRAZ; PINTO, 2025; DINIZ; SANTOS; ABREU, 2025).

Essa discussão torna-se particularmente relevante na Pedagogia Hospitalar. Em contextos de adoecimento, estudantes frequentemente passam a ser identificados apenas pela condição clínica, reduzidos à imagem do paciente e afastados de dimensões relacionadas à cultura, aprendizagem, identidade e participação social. Nesse cenário, determinadas narrativas biomédicas podem produzir processos de apagamento das experiências e das formas de expressão dos estudantes, fazendo com que suas vozes, desejos, conhecimentos e possibilidades de participação sejam pouco reconhecidos nos espaços educativos. Assim, o problema ultrapassa o campo informacional, atingindo diretamente os modos pelos quais esses sujeitos são percebidos, escutados e incluídos nos processos pedagógicos.

Essa dinâmica também pode ser compreendida a partir das reflexões de Foucault (1979) sobre os regimes de verdade, segundo os quais determinados discursos adquirem legitimidade institucional e passam a definir quais conhecimentos são considerados válidos e quais experiências permanecem marginalizadas. No contexto do adoecimento, a centralidade do discurso biomédico pode contribuir para que outras dimensões da existência do estudante sejam secundarizadas ou submetidas a processos de **apagamento simbólico**, produzindo formas específicas de reconhecimento social baseadas predominantemente no diagnóstico clínico.

Em diálogo com Bakhtin (2003), compreende-se que a linguagem constitui espaço de disputa de sentidos, no qual diferentes vozes sociais se encontram, se intensificam e produzem significados coletivamente. Assim, restringir a pluralidade narrativa significa também restringir possibilidades de existência e participação dos sujeitos. A partir dessa perspectiva, este artigo propõe compreender a “história única” descrita por Adichie como forma de monologismo clínico, isto é, uma narrativa hegemônica que reduz o estudante à condição biomédica e silencia outras dimensões de sua experiência humana.

Neste capítulo, utiliza-se a expressão monologismo clínico em diálogo com estudos fundamentados na perspectiva bakhtiniana para designar a predominância da narrativa biomédica quando esta passa a restringir a circulação de outras vozes sobre a experiência do adoecimento. Compreende-se que, em determinadas circunstâncias, a centralidade do discurso clínico pode limitar a visibilidade de dimensões relacionadas à aprendizagem, à cultura, à participação social e à produção de sentidos pelos estudantes. Aplicada ao contexto da Pedagogia Hospitalar, essa noção contribui para compreender processos de silenciamento, apagamento simbólico e redução identitária de estudantes em situação de adoecimento.

À luz de Freire (1996), tais processos podem ser compreendidos como formas de opressão simbólica, na medida em que limitam a leitura crítica do mundo e reduzem as possibilidades de autoria dos sujeitos sobre suas próprias narrativas. Nesse contexto, a Tecnologia Assistiva (TA) assume papel relevante ao ampliar possibilidades de comunicação, expressão e participação dos estudantes em situação de adoecimento.

Nesta pesquisa, a Tecnologia Assistiva é compreendida não apenas como recurso técnico, mas como mediação sociotécnica produzida nas relações entre sujeitos, tecnologias, contextos institucionais e práticas pedagógicas. O termo sociotécnica refere-se à compreensão de que tecnologias e sociedade constituem

dimensões inseparáveis, influenciando-se mutuamente nos processos de comunicação, aprendizagem, participação e produção de sentidos. Assim, os efeitos das tecnologias não decorrem exclusivamente de suas características técnicas, mas das formas como são apropriadas, interpretadas e incorporadas às práticas sociais. Em diálogo com Queiroz et al. (2025), entende-se que as tecnologias carregam racionalidades, valores e formas de organização social que influenciam diretamente os modos de participação e aprendizagem. Nessa perspectiva, a Tecnologia Assistiva deixa de ocupar uma função meramente instrumental e passa a atuar como possibilidade de ampliação da comunicação, da autoria e da presença dos estudantes nos espaços educativos hospitalares. Assim, ao favorecer a circulação de múltiplas narrativas e ampliar possibilidades de participação, a TA contribui para enfrentar processos históricos de exclusão simbólica e redução do sujeito à condição clínica.

Essa compreensão aproxima-se da teoria crítica da tecnologia desenvolvida por Feenberg (2002), ao afirmar que as tecnologias não são neutras, mas atravessadas por racionalidades políticas, interesses econômicos e disputas sociais. Assim, as plataformas digitais e os sistemas tecnológicos participam ativamente da produção de sentidos e das formas de visibilidade social. Em diálogo com Martín-Barbero (2009), compreende-se ainda que os processos comunicacionais envolvem mediações culturais, sociais e tecnológicas que influenciam diretamente a circulação de narrativas e a produção de sentidos. Nessa perspectiva, a Tecnologia Assistiva pode ser compreendida como mediação capaz de ampliar formas de participação e favorecer a circulação de vozes historicamente silenciadas.

Além disso, a perspectiva intercultural crítica proposta por Candau (2012) contribui para compreender que inclusão não pode ser reduzida ao acesso formal aos espaços educativos ou à simples permanência física do sujeito nesses ambientes. Para a autora, a

inclusão exige o reconhecimento das diferenças como dimensão constitutiva das relações humanas, valorizando trajetórias, identidades, experiências culturais e múltiplas formas de participação nos processos pedagógicos e sociais. Nessa perspectiva, incluir implica também criar condições para que diferentes vozes possam circular, dialogar e produzir sentidos coletivamente, sem que determinadas narrativas sejam naturalizadas como únicas ou universais.

Dessa forma, o presente artigo analisa as relações entre desinformação, tecnologia e inclusão na Pedagogia Hospitalar, compreendendo a Tecnologia Assistiva como mediação sociotécnica capaz de romper com a centralidade de discursos homogêneos sobre o adoecimento e ampliar possibilidades de expressão, participação e construção de sentidos pelos estudantes em situação de adoecimento.

Do ponto de vista metodológico, este estudo caracteriza-se como um ensaio teórico de natureza qualitativa e reflexiva, fundamentado em revisão bibliográfica narrativa. A análise articula contribuições dos campos da Educação, Comunicação, Estudos da Desinformação, Teoria Crítica da Tecnologia e Pedagogia Hospitalar, buscando compreender as relações entre produção discursiva, apagamento simbólico, inclusão e mediações sociotécnicas em contextos de adoecimento. A construção argumentativa apoia-se no diálogo entre autores clássicos e contemporâneos, bem como em produções recentes desenvolvidas no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Ciências, Tecnologias e Inclusão (PGCTIN/UFF).

Desinformação e produção discursiva

As discussões contemporâneas sobre desinformação frequentemente concentram-se na circulação de notícias falsas em ambientes digitais. Entretanto, reduzir a desinformação à simples oposição entre verdade e mentira limita a compreensão da complexidade do fenômeno. A desinformação envolve práticas

discursivas atravessadas por interesses econômicos, políticos, tecnológicos e culturais que influenciam diretamente a produção e a circulação de sentidos. Nessa perspectiva, compreender a desinformação exige ultrapassar abordagens estritamente factuais para considerar também os processos de visibilidade, silenciamento e legitimação de determinadas narrativas sociais. Entende-se aqui por silenciamento não a simples ausência de fala, mas a restrição das possibilidades de circulação, reconhecimento e valorização de determinadas experiências, conhecimentos e formas de expressão. Trata-se de um processo pelo qual algumas vozes adquirem maior legitimidade social, enquanto outras permanecem em posições periféricas ou têm sua participação reduzida nos espaços de produção de sentidos.

Segundo Santiago e Araújo (2023), os conteúdos desinformativos não são produzidos de forma aleatória. Para os autores, trata-se de materiais elaborados ou mobilizados com o propósito de influenciar percepções, interpretações e comportamentos, produzindo efeitos de convencimento e engajamento independentemente de seu compromisso com a contextualização ou com a complexidade dos fatos. Ao contrário, mobilizam estratégias discursivas organizadas para gerar credibilidade, engajamento e compartilhamento. Entre essas estratégias, destacam-se o uso de linguagem jornalística, imagens impactantes, apelos emocionais e referências institucionais que produzem efeitos de legitimidade.

De forma complementar, Silva e Porto Júnior (2025), ao discutirem o conceito de malinformation, argumentam que a desinformação não se manifesta apenas pela circulação de conteúdos falsos. Informações verdadeiras também podem produzir efeitos desinformativos quando são apresentadas de forma parcial, descontextualizada ou utilizadas para reforçar interpretações reducionistas da realidade. Nesses casos, o problema não está na falsidade da informação, mas na forma como ela é mobilizada

discursivamente para limitar a compreensão de fenômenos complexos.

Nesse contexto, as plataformas digitais desempenham papel central. Os algoritmos organizam a visibilidade dos conteúdos a partir de critérios relacionados ao engajamento e à monetização, favorecendo materiais que produzem reações rápidas e intensa circulação. Dessa forma, conteúdos sensacionalistas e emocionalmente mobilizadores tendem a alcançar maior alcance e compartilhamento. Como discutem estudos recentes sobre plataformas digitais e poder algorítmico, a organização dos fluxos informacionais não ocorre de forma neutra, mas é atravessada por interesses econômicos, disputas de visibilidade e mecanismos de controle simbólico que influenciam aquilo que se torna socialmente relevante.

Tal dinâmica evidencia que a desinformação constitui um ecossistema sociotécnico no qual linguagem, tecnologia e interesses econômicos operam conjuntamente. A circulação de conteúdos não ocorre de maneira neutra, mas é organizada por racionalidades técnicas e econômicas que definem o que ganha visibilidade e o que permanece invisível.

Além da circulação de conteúdos falsos, a desinformação também opera por meio da simplificação de sujeitos em condição de vulnerabilidade, especialmente pessoas com deficiência, doenças raras ou condições de neurodivergência. Estudos recentes desenvolvidos no âmbito do PGCTIN têm demonstrado que processos de desinformação frequentemente reforçam preconceitos, capacitismo e formas de invisibilização social, produzindo impactos significativos nos processos de inclusão e reconhecimento dos sujeitos (VIEIRA; LIONE, 2025; MOREIRA; SILVA, 2025; SOUZA; ANDRADE, 2025).

No caso da Distrofia Muscular de Duchenne (DMD), por exemplo, a narrativa biomédica frequentemente enfatiza apenas o declínio físico progressivo, obscurecendo aspectos relacionados à

autonomia, cognição, cultura, aprendizagem e produção de sentidos. Nesse contexto, a desinformação não ocorre apenas pela circulação de informações falsas, mas pela omissão de potencialidades e pela redução do sujeito à condição clínica. Trata-se de uma forma de simplificação discursiva que transforma uma dimensão real da existência humana na totalidade da identidade do sujeito.

Tal processo produz impactos significativos nos espaços educativos e hospitalares. Quando o estudante é compreendido apenas pela lógica da limitação, reforçam-se expectativas pedagógicas reduzidas e práticas centradas exclusivamente no cuidado assistencial. Assim, o diagnóstico passa a ocupar posição hegemônica sobre a identidade do sujeito. Esse fenômeno aproxima-se das discussões sobre aprisionamento sociocultural das pessoas com deficiência, nas quais determinadas narrativas limitam formas de participação, pertencimento e reconhecimento social (DINIZ; SANTOS; ABREU, 2025).

Essa dinâmica também pode ser compreendida à luz das reflexões de Foucault (1979) sobre os regimes de verdade. Para o autor, determinados discursos adquirem legitimidade institucional e passam a definir quais conhecimentos são considerados válidos e quais experiências permanecem marginalizadas. No contexto do adoecimento, o discurso biomédico ocupa posição privilegiada na produção de verdades sobre o sujeito. O problema não reside na importância do conhecimento médico, mas na possibilidade de sua transformação em narrativa exclusiva sobre a existência humana.

Essa dinâmica aproxima-se do conceito de “história única” desenvolvido por Adichie (2009). Quando apenas a narrativa biomédica circula, produz-se um empobrecimento simbólico que restringe as possibilidades de reconhecimento do estudante como sujeito de aprendizagem, cultura e participação social.

Ao mesmo tempo, essa “história única” pode ser compreendida, à luz de Bakhtin (2003), como expressão de um

monologismo clínico, no qual o discurso biomédico passa a ocupar posição central na definição da identidade do sujeito. Nessa lógica, a experiência do adoecimento deixa de dialogar com outras dimensões da existência humana, como cultura, desejos, aprendizagem, afetos e formas de participação social, e passa a ser interpretada quase exclusivamente pelo olhar diagnóstico.

O problema não está na existência da narrativa biomédica, mas em sua transformação em narrativa única. Quando apenas essa voz ganha legitimidade, reduzem-se os espaços de escuta, resposta e construção coletiva de sentidos. Assim, o sujeito corre o risco de ser reconhecido apenas pela doença que possui, e não pela complexidade de experiências, relações e potencialidades que continuam constituindo sua trajetória humana e educativa.

Nessa direção, a desinformação deixa de ser compreendida apenas como conteúdo falso e passa a ser analisada como processo de ocultação discursiva, simplificação identitária e restrição das possibilidades de participação social. Trata-se de reconhecer que determinadas narrativas podem limitar a autoria dos sujeitos, enfraquecer sua presença nos espaços educativos e reduzir suas possibilidades de produzir sentidos sobre suas próprias experiências.

Narrativas, silenciamentos e monologismo clínico

A reflexão sobre a desinformação demanda uma análise mais ampla das narrativas que circulam socialmente e dos modos pelos quais determinados discursos produzem processos de apagamento simbólico, marginalização social e restrição de formas de reconhecimento. Como afirma Adichie (2009), o perigo da história única não reside apenas na simplificação das experiências humanas, mas na produção de versões hegemônicas que limitam a pluralidade narrativa e reduzem a complexidade dos sujeitos. Quando apenas uma história é contada, outras formas de existência, participação e reconhecimento tornam-se menos visíveis ou deixam de ser consideradas socialmente relevantes.

Sob a perspectiva do pensamento complexo, Morin (2000) argumenta que o ser humano não pode ser compreendido a partir de uma única dimensão explicativa. Aspectos biológicos, culturais, históricos, afetivos e sociais constituem uma trama inseparável da experiência humana. Nesse sentido, toda narrativa que reduz o sujeito a apenas uma de suas características produz uma compreensão fragmentada da realidade e limita as possibilidades de reconhecimento de sua complexidade.

No contexto hospitalar, essa dinâmica manifesta-se quando o estudante passa a ser reconhecido predominantemente pela narrativa biomédica. O diagnóstico clínico torna-se a principal forma de representação do sujeito, obscurecendo dimensões relacionadas à identidade, cultura, desejos, aprendizagens, afetos e formas de participação social. Assim, uma condição real da existência humana passa a ocupar o lugar da totalidade do sujeito.

Essa lógica aproxima-se de discussões recentes sobre apagamento simbólico, capacitismo e aprisionamento sociocultural, que evidenciam como determinadas narrativas podem limitar formas de reconhecimento, pertencimento e participação social de pessoas em situação de vulnerabilidade (MOREIRA; SILVA, 2025; DINIZ; SANTOS; ABREU, 2025). Nesses casos, o problema não se limita à ausência de informação, mas à predominância de discursos que reduzem a pluralidade das experiências humanas a categorias simplificadas e socialmente legitimadas.

A partir da perspectiva bakhtiniana, essa dinâmica pode ser associada ao que neste estudo se denomina monologismo clínico. Para Bakhtin (2003), a linguagem constitui espaço de encontro entre múltiplas vozes sociais e de permanente construção de sentidos. Quando uma única voz adquire posição hegemônica, restringem-se as possibilidades de diálogo, resposta e alteridade. No contexto hospitalar, tal dinâmica pode favorecer a centralidade do discurso biomédico em detrimento de outras dimensões da experiência humana, como aprendizagem, cultura, afetos e participação social.

Nessa perspectiva, o monologismo clínico pode ser compreendido como uma forma específica de desinformação por omissão, na medida em que privilegia a circulação da narrativa biomédica em detrimento de outras dimensões da experiência humana. Embora não produza informações necessariamente falsas, restringe a pluralidade de interpretações sobre o sujeito em situação de adoecimento, contribuindo para processos de apagamento simbólico, redução identitária e empobrecimento narrativo.

Essa discussão também dialoga com as reflexões de Foucault (1979) sobre os regimes de verdade. Segundo o autor, determinados discursos adquirem legitimidade institucional e passam a definir aquilo que pode ser considerado verdadeiro, relevante ou cientificamente válido. No contexto hospitalar, o conhecimento biomédico ocupa posição fundamental para o cuidado e o tratamento, mas sua centralidade pode, em determinadas circunstâncias, fazer com que saberes, experiências e interpretações produzidos pelos estudantes e suas famílias tenham menor visibilidade e reconhecimento institucional, permanecendo à margem dos processos de construção de significados sobre o adoecimento.

O sujeito deixa, então, de ser reconhecido em sua pluralidade e passa a existir predominantemente sob a lógica do diagnóstico. Não se trata de negar a importância do conhecimento médico, mas de questionar sua transformação em narrativa exclusiva sobre a existência humana. Quando apenas essa voz ganha legitimidade, reduzem-se os espaços de escuta, participação e construção coletiva de sentidos.

Nesse contexto, a Pedagogia Hospitalar assume papel fundamental na ruptura desse apagamento simbólico. Ao sustentar processos educativos em contextos de adoecimento, ela contribui para que o estudante permaneça reconhecido como sujeito de aprendizagem, cultura e participação social, e não apenas como objeto de cuidado clínico. A ação pedagógica possibilita que outras

narrativas sobre o sujeito circulem, ampliando formas de pertencimento, reconhecimento e autoria.

À luz de Freire (1996), enfrentar processos de silenciamento e de redução da identidade do estudante ao diagnóstico clínico exige promover práticas pedagógicas capazes de ampliar a leitura crítica do mundo e garantir a participação ativa dos sujeitos na construção de suas próprias narrativas.

Assim, enfrentar a desinformação em contextos hospitalares significa também combater narrativas que reduzem o sujeito à doença. Trata-se de garantir que múltiplas vozes possam emergir nos processos educativos, confrontando discursos hegemônicos e ampliando formas de participação social. Mais do que assegurar acesso à informação, trata-se de criar condições para que estudantes em situação de adoecimento sejam reconhecidos em sua complexidade humana, preservando suas possibilidades de expressão, pertencimento e construção de sentidos sobre suas próprias experiências.

Tecnologia e mediação sociotécnica

As transformações produzidas pelas tecnologias digitais exigem uma compreensão ampliada sobre o papel dos dispositivos técnicos na organização das relações sociais, pedagógicas e informacionais. Em sociedades estruturadas por plataformas, algoritmos e fluxos digitais, a tecnologia participa ativamente da produção de sentidos, da circulação de informações e das formas de visibilidade social. Nessa perspectiva, os sistemas tecnológicos não podem ser compreendidos apenas como instrumentos neutros, mas como elementos constitutivos das dinâmicas culturais, comunicacionais e educativas contemporâneas.

Feenberg (2002) defende que as tecnologias carregam valores sociais, racionalidades políticas e interesses econômicos. Dessa forma, os sistemas técnicos influenciam práticas sociais, modos de interação e relações de poder. As plataformas digitais,

nesse contexto, organizam a circulação dos discursos e participam diretamente da definição de quais narrativas alcançam legitimidade, reconhecimento e visibilidade pública.

Essa discussão aproxima-se da noção de mediação sociotécnica desenvolvida por Queiroz et al. (2025), segundo a qual a tecnologia atua em rede com sujeitos, instituições, linguagens, culturas e contextos históricos específicos. Assim, os efeitos produzidos pelas tecnologias não decorrem apenas de suas características técnicas, mas das formas como são apropriadas, interpretadas e incorporadas às práticas sociais.

Em diálogo com Martín-Barbero (2009), compreende-se que os processos comunicacionais não se limitam à transmissão de mensagens, mas envolvem mediações culturais e tecnológicas que influenciam a produção de sentidos. Nessa perspectiva, a tecnologia participa da construção das formas pelas quais os sujeitos se tornam visíveis, são reconhecidos e podem participar da vida social. As mediações tecnológicas, portanto, não apenas conectam pessoas e informações, mas também configuram possibilidades de inclusão, exclusão, pertencimento e expressão.

Sob a óptica do pensamento complexo, Morin (2000) destaca que os fenômenos tecnológicos devem ser compreendidos em suas múltiplas interações com os contextos humanos, culturais e institucionais. Assim, a tecnologia não pode ser analisada de forma isolada, mas como parte de uma rede de relações que influencia e é influenciada pelos sujeitos. Essa compreensão permite superar visões deterministas, reconhecendo que os efeitos das tecnologias dependem das formas como são mobilizadas nos diferentes contextos sociais.

No ambiente digital, os algoritmos operam sob uma lógica de velocidade, engajamento e monetização. Discursos que exigem tempos diferenciados de escuta, interpretação, acessibilidade ou mediação tendem a ocupar posições periféricas nesse ecossistema técnico. Como evidenciam estudos recentes sobre inclusão,

deficiência e acessibilidade informacional, muitas tecnologias contemporâneas ainda reproduzem barreiras que limitam formas diversas de comunicação e participação social.

Nesse cenário, a Tecnologia Assistiva pode ser compreendida como uma forma de enfrentamento crítico dessas racionalidades técnicas. Ao propor modos de participação e comunicação que não se subordinam exclusivamente às lógicas da velocidade, da produtividade e da performance, a Tecnologia Assistiva amplia possibilidades de presença, interação e permanência nos espaços educativos. Diferentemente das plataformas organizadas pela lógica da visibilidade rápida, a Tecnologia Assistiva prioriza vínculo, comunicação, acessibilidade, continuidade da escolarização e ampliação das formas de participação dos sujeitos.

Ao favorecer recursos como softwares de comunicação alternativa, tablets adaptados, leitores de tela, audiodescrição e diferentes tecnologias acessíveis, a Tecnologia Assistiva possibilita que estudantes com formas não normativas de comunicação ocupem espaços de expressão e autoria frequentemente invisibilizados pelos sistemas técnicos convencionais. Estudos recentes sobre acessibilidade, deficiência visual e inclusão educacional têm demonstrado que tais recursos contribuem não apenas para o acesso à informação, mas também para a ampliação das possibilidades de participação e construção de sentidos pelos sujeitos.

Nesse sentido, a Tecnologia Assistiva atua como mediação sociotécnica contra-hegemônica. Seu papel não consiste apenas em adaptar funcionalidades ou oferecer recursos de acessibilidade, mas em questionar modelos tecnológicos que historicamente foram concebidos a partir de padrões únicos de comunicação, mobilidade e participação. Ao ampliar formas de interação e expressão, a Tecnologia Assistiva contribui para reorganizar práticas e ambientes que, muitas vezes, excluem ou limitam a presença de sujeitos com diferentes necessidades e modos de participação. Mais do que

compensar limitações individuais, ela amplia condições de reconhecimento, pertencimento e protagonismo, deslocando o foco da deficiência para as barreiras presentes nos contextos sociais e tecnológicos.

Essa compreensão aproxima-se da perspectiva de Bakhtin (2003), ao reconhecer a linguagem como espaço de disputa de sentidos e encontro entre múltiplas vozes sociais. A Tecnologia Assistiva não apenas possibilita a comunicação, mas amplia condições para que sujeitos historicamente silenciados participem da produção de sentidos, contestem narrativas simplificadoras e construam formas próprias de expressão e autoria.

Assim, a Tecnologia Assistiva configura-se como instrumento pedagógico, político e sociotécnico de ampliação da polifonia social. Ao favorecer a circulação de múltiplas vozes e experiências, contribui para romper processos de invisibilização e reduzir os efeitos do monologismo clínico, ampliando possibilidades de participação, pertencimento e construção de sentidos por estudantes em situação de adoecimento.

Em um contexto marcado pela crescente plataformização da vida social, as lógicas algorítmicas de visibilidade, engajamento e produtividade tendem a privilegiar conteúdos rápidos, simplificados e facilmente consumíveis. Narrativas relacionadas ao adoecimento, à deficiência e às experiências educativas em contextos hospitalares nem sempre se ajustam a essa lógica, pois demandam tempos diferenciados de escuta, mediação e construção de significados. Nesse cenário, a Tecnologia Assistiva pode ser compreendida como mediação sociotécnica contra-hegemônica, ao favorecer formas ampliadas de participação, comunicação e reconhecimento que tensionam racionalidades centradas exclusivamente na performance, na velocidade e na eficiência.

Pedagogia Hospitalar, Tecnologia Assistiva e ampliação de vozes

A Pedagogia Hospitalar constitui um espaço singular de articulação entre educação, cuidado, inclusão e garantia do direito à escolarização. Em situações de adoecimento, a continuidade dos processos educativos depende não apenas da oferta de conteúdos escolares, mas da manutenção de vínculos pedagógicos, afetivos, sociais e culturais que permitam ao estudante permanecer reconhecido como sujeito de aprendizagem e participação social.

No contexto brasileiro, a continuidade da escolarização de estudantes em situação de adoecimento constitui um direito educacional assegurado por diferentes dispositivos legais e normativos. Em consonância com os princípios da Constituição Federal de 1988, da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996) e da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (Brasil, 2008), a oferta de atendimento educacional em contextos hospitalares busca garantir a permanência dos vínculos escolares e o acesso à educação, mesmo durante períodos de tratamento de saúde. Dessa forma, a Pedagogia Hospitalar ultrapassa uma ação complementar, constituindo-se como estratégia de efetivação do direito à educação e de reconhecimento do estudante como sujeito de direitos.

Nesse contexto, a Tecnologia Assistiva assume papel relevante ao ampliar possibilidades de comunicação, expressão e interação dos estudantes. Mais do que favorecer acessibilidade funcional, seus recursos contribuem para a permanência do estudante nos processos educativos, fortalecendo sua participação e reduzindo barreiras que historicamente dificultam a continuidade da escolarização em contextos de adoecimento.

Essa compreensão desloca a Tecnologia Assistiva de uma perspectiva estritamente instrumental para uma abordagem relacional e sociotécnica. Em consonância com Feenberg (2002) e Queiroz et al. (2025), compreende-se que as tecnologias produzem

efeitos que ultrapassam sua dimensão técnica, influenciando formas de participação, reconhecimento e construção de significados. Assim, a Tecnologia Assistiva não apenas responde a necessidades específicas de comunicação ou mobilidade, mas contribui para a construção de condições efetivas de pertencimento, inclusão e exercício da cidadania.

Em um contexto marcado pela crescente plataformização da vida social, as lógicas algorítmicas de visibilidade, engajamento e produtividade tendem a privilegiar conteúdos rápidos, simplificados e facilmente consumíveis. Narrativas relacionadas ao adoecimento, à deficiência e às experiências educativas em contextos hospitalares nem sempre se ajustam a essa lógica, pois demandam tempos diferenciados de escuta, mediação e construção de significados. Nesse cenário, a Tecnologia Assistiva pode ser compreendida como mediação sociotécnica contra-hegemônica, ao favorecer formas ampliadas de participação, comunicação e reconhecimento que tensionam racionalidades centradas exclusivamente na performance, na velocidade e na eficiência.

Em estudantes com doenças raras de origem genética, especialmente aquelas associadas à fraqueza muscular progressiva, perda da marcha, alterações neurológicas, fadiga crônica ou comprometimentos do tecido conjuntivo, as demandas clínicas frequentemente ocupam posição central nos processos de cuidado. Embora fundamentais para o acompanhamento terapêutico, essas condições não eliminam as possibilidades de aprendizagem, comunicação, autoria e participação social. Por essa razão, torna-se necessário compreender tais estudantes para além de suas limitações funcionais, reconhecendo-os como sujeitos de direitos, cultura e produção de conhecimentos.

As diferentes condições genéticas raras frequentemente associadas a comprometimentos neuromusculares, metabólicos ou do tecido conjuntivo apresentam manifestações clínicas diversas, mas compartilham a necessidade de acompanhamento contínuo e

abordagens multidisciplinares. Estudos sobre Distrofia Muscular de Duchenne, Síndrome de Ehlers-Danlos, Doença de Leigh, MELAS, MERRF e outras condições raras evidenciam que os tratamentos disponíveis incluem fisioterapia, suporte metabólico, acompanhamento clínico especializado, recursos terapêuticos e estratégias voltadas à manutenção da funcionalidade, da autonomia e da qualidade de vida. Embora muitas dessas condições possuam caráter progressivo e, em alguns casos, não disponham de cura, as intervenções terapêuticas buscam preservar capacidades e ampliar possibilidades de participação nos diferentes contextos sociais. Nesse cenário, a continuidade da escolarização deve ser compreendida como dimensão integrante do cuidado, uma vez que aprender, comunicar-se, conviver e produzir conhecimentos também constituem aspectos fundamentais do desenvolvimento humano e da inclusão social (BRASIL,201).

Nesses contextos, recursos como tablets adaptados, softwares de comunicação alternativa, sintetizadores de voz, leitores de tela, teclados virtuais, dispositivos de acesso por toque ou rastreamento ocular e outras tecnologias acessíveis podem favorecer a continuidade da escolarização, permitindo que os estudantes mantenham vínculos com professores, colegas e atividades pedagógicas. Tais recursos tornam-se especialmente relevantes em situações marcadas por limitações motoras, dificuldades de comunicação, fadiga crônica, perda progressiva da mobilidade ou necessidades específicas decorrentes do adoecimento. Dessa forma, a tecnologia atua como mediadora da participação, da comunicação e da permanência escolar, ampliando possibilidades de aprendizagem mesmo em contextos de tratamento prolongado.

Nessa perspectiva, o adoecimento não deve ser compreendido como sinônimo de afastamento impeditivo total da vida escolar. Ao contrário, a presença de mediações pedagógicas e tecnológicas adequadas pode ampliar significativamente as possibilidades de permanência, participação e construção de

conhecimentos. Nesse contexto, a Tecnologia Assistiva atua como elemento mediador capaz de reduzir barreiras físicas, comunicacionais e atitudinais, favorecendo o acesso, a interação e a continuidade dos processos educativos.

Ao possibilitar diferentes formas de comunicação, expressão e produção de conhecimentos, a Tecnologia Assistiva contribui para que estudantes em situação de adoecimento mantenham vínculos com a escola, participem das atividades pedagógicas e construam percursos próprios de aprendizagem. Mais do que viabilizar acessibilidade, esses recursos favorecem a circulação de experiências, saberes, afetos e projetos de vida que frequentemente permanecem em segundo plano diante da centralidade atribuída às demandas clínicas. Dessa forma, ampliam-se as condições para que o estudante seja reconhecido em sua pluralidade, e não exclusivamente a partir do diagnóstico.

Pensar a Pedagogia Hospitalar em diálogo com a desinformação implica reconhecer que as disputas por narrativas também atravessam os modos pelos quais o adoecimento é socialmente representado. Nessa direção, a Tecnologia Assistiva pode ser compreendida como mediação sociotécnica capaz de tensionar discursos reducionistas, ampliar a circulação de diferentes narrativas e perspectivas sobre a experiência do adoecimento e fortalecer processos de inclusão, reconhecimento e participação. Mais do que garantir acesso à informação, trata-se de assegurar condições para que estudantes em situação de adoecimento permaneçam reconhecidos em sua complexidade humana, preservando seus direitos à educação, à convivência social e à construção de suas próprias narrativas.

Considerações finais

As discussões desenvolvidas ao longo deste artigo permitiram compreender que a desinformação ultrapassa a circulação de conteúdos falsos, constitui-se também como

fenômeno discursivo e sociocultural relacionado às formas de representação, reconhecimento e legitimação das experiências humanas. Sob essa perspectiva, determinadas narrativas podem reduzir a complexidade dos sujeitos, produzindo simplificações que limitam possibilidades de reconhecimento, pertencimento e atuação social.

Ao articular desinformação, tecnologia e inclusão, este estudo evidenciou que os processos desinformativos não se manifestam apenas por meio da disseminação de informações incorretas, mas também pela predominância de discursos que silenciam experiências, produzem apagamentos simbólicos e restringem a pluralidade de interpretações sobre a realidade. Nesse sentido, a reflexão sobre o “perigo da história única”, proposta por Adichie (2009), mostrou-se particularmente relevante para compreender como determinadas representações podem reduzir sujeitos a versões parciais de sua existência, obscurecendo a diversidade de trajetórias, saberes e modos de viver.

Em diálogo com Bakhtin (2003), tais processos foram analisados a partir da noção de monologismo clínico, compreendida neste estudo como a predominância da narrativa biomédica na definição da identidade de estudantes em situação de adoecimento. Argumenta-se que, em determinadas circunstâncias, esse monologismo pode constituir uma forma de desinformação por omissão, uma vez que privilegia a circulação de determinadas interpretações em detrimento de outras dimensões da experiência humana. Embora o conhecimento médico seja indispensável para o cuidado e o tratamento, sua transformação em narrativa exclusiva pode contribuir para o apagamento de aspectos relacionados à aprendizagem, à cultura, aos afetos, aos projetos de vida e à participação nos diferentes espaços sociais.

Nesse contexto, a Tecnologia Assistiva foi compreendida não apenas como recurso técnico, mas como mediação sociotécnica capaz de ampliar possibilidades de comunicação, expressão,

aprendizagem e presença social. Ao favorecer diferentes formas de interação e participação, contribui para tensionar narrativas reducionistas e ampliar condições de reconhecimento de estudantes que, muitas vezes, são definidos prioritariamente por suas condições clínicas. Em uma sociedade cada vez mais marcada pela plataformização e por lógicas algorítmicas de visibilidade, tais mediações assumem relevância ainda maior ao favorecer processos de inclusão que valorizam tempos, trajetórias e formas de participação frequentemente pouco reconhecidos pelos sistemas sociotécnicos dominantes.

Defende-se, portanto, que enfrentar a desinformação no campo educacional exige mais do que estratégias de verificação de conteúdos ou identificação de notícias falsas. Exige reconhecer que as disputas por narrativas também atravessam os modos pelos quais determinados sujeitos são representados, escutados e incluídos nos espaços educativos, institucionais e digitais. Promover inclusão, nesse sentido, implica criar condições para que diferentes experiências possam ser reconhecidas em sua complexidade, legitimidade e diversidade.

Por fim, argumenta-se que a Pedagogia Hospitalar e a Tecnologia Assistiva constituem espaços privilegiados de resistência aos processos de redução identitária produzidos por narrativas simplificadoras sobre o adoecimento. Ao favorecer a continuidade da escolarização, a ampliação das possibilidades de comunicação e o reconhecimento da pluralidade humana, essas práticas contribuem para que estudantes em situação de adoecimento sejam compreendidos como sujeitos de direitos, cultura e produção de conhecimentos. Nessa direção, compreender a Tecnologia Assistiva como mediação sociotécnica implica reconhecê-la não apenas como recurso de acessibilidade, mas como instrumento político e pedagógico de democratização das narrativas, fortalecimento da participação social e defesa de uma educação comprometida com a inclusão, a dignidade humana e os direitos humanos. Mais do que

garantir acessibilidade, essas mediações contribuem para ampliar possibilidades de reconhecimento e circulação de diferentes experiências humanas. Assim, incluir significa criar condições para a polifonia, assegurando que estudantes em situação de adoecimento possam narrar suas próprias histórias e participar ativamente da construção dos sentidos que atravessam suas trajetórias de vida.

Referências

ADICHIE, Chimamanda Ngozi. O perigo de uma história única. **TEDGlobal**, Oxford, Reino Unido, jul. 2009. Disponível em: https://www.ted.com/talks/chimamanda_ngozi_adichie_the_danger_of_a_single_story. Acesso em: 02 jun. 2026.

BAKHTIN, Mikhail. **Estética da criação verbal**. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União: Brasília, DF, 23 dez. 1996.

BRASIL. Ministério da Educação. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília, DF: MEC/SEESP, 2008.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Portaria nº 199, de 30 de janeiro de 2014**. Institui a Política Nacional de Atenção Integral às Pessoas com Doenças Raras, aprova as Diretrizes para Atenção Integral às Pessoas com Doenças Raras no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS) e institui incentivos financeiros de custeio. Diário Oficial da União: Brasília, DF, 12 fev. 2014.

CANDAU, Vera Maria Ferrão. **Educação intercultural: mediações necessárias.** Rio de Janeiro: 7 Letras, 2012.

DINIZ, Antonia; SANTOS, Ricardo Pereira dos; ABREU, Paula Alvarez. A desinformação frente à educação inclusiva e o “aprisionamento” sociocultural e político das pessoas com deficiência. In: PÔRTO JR., Gilson; GOMES, Suzete Araujo Oliveira; SILVA, Adriano Alves da (org.). **Ensino, comunicação e desinformação: perspectivas na/para a inclusão.** Palmas, TO: Observatório Edições, 2024. p. 87-108.

FEENBERG, Andrew. **Transforming technology: a critical theory revisited.** New York: Oxford University Press, 2002.

FERREIRA, Cristiane Menezes. Desinformação em saúde nas mídias digitais: evidências empíricas e estratégias de letramento midiático e informacional no Brasil. In: PÔRTO JR., Gilson; FERREIRA, Cristiane Menezes; SILVA, Adriano Alves da; SILVA, Sinomar Soares de Carvalho (org.). **Ensino, comunicação e desinformação: vol. 6 – mídias, redes sociais e big techs.** Palmas, TO: Observatório Edições, 2025. p. 217-234.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder.** Organização e tradução de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa.** São Paulo: Paz e Terra, 1996.

MARTÍN-BARBERO, Jesús. **Dos meios às mediações: comunicação, cultura e hegemonia.** 6. ed. Rio de Janeiro: UFRJ, 2009.

MARTINS, Kelly Cristina; BRAZ, Ruth Maria Mariani; PINTO, Sergio Crespo Coelho da Silva. O desafio de romper a violência simbólica

através da alfabetização midiática no discurso persuasivo sobre homoafetividade/parentalidade: mitos e desinformação que envolvem a educação. In: PÔRTO JR., Gilson; ANDRADE, Luiz Antônio Botelho; SOUZA, Danilo de Melo (org.). **Ensino, comunicação e desinformação: letramento e educação midiática**. Palmas, TO: Observatório Edições, 2024. p. 149-168.

MOREIRA, Cristiano Marins; SILVA, Dagmar de Mello e. Desinformação e capacitismo: impactos sociais e seus desafios para a inclusão. In: PÔRTO JR., Gilson; FERREIRA, Cristiane Menezes; SAMIM, Aline dos Anjos Guimarães; SILVA, Leonardo Pinheiro da (orgs.). **Ensino, comunicação e desinformação: vol. 5 – narrativas sobre pessoas com deficiência (PcD)**. Palmas, TO: Observatório Edições, 2025. p. 191-208.

MORIN, Edgar. **Os sete saberes necessários à educação do futuro**. 2. ed. São Paulo: Cortez; Brasília, DF: UNESCO, 2000.

QUEIROZ, Paulo Pires de; GONÇALVES, Flavia Câmara Neto Athayde; SILVA, Leandro de Souza; LEMOS, Fernanda da Silva; NEVES, Fagner Henrique Guedes. Problematicando questões em Ciência, Tecnologia e Inclusão. In: QUEIROZ, Paulo Pires de (orgs.). **Ensino e Pesquisa em Ciência, Tecnologia e Inclusão**. Rio de Janeiro: Autografia, 2025. p. 17-33.

RIBEIRO, Neyse de Carvalho; LACERDA, Thiago Correa. Superdotação e desinformação: mitos, invisibilidade e desafios para a inclusão. In: PÔRTO JR., Gilson; FERREIRA, Cristiane Menezes; SAMIM, Aline dos Anjos Guimarães; SILVA, Leonardo Pinheiro da (orgs.). **Ensino, comunicação e desinformação: vol. 5 – narrativas sobre pessoas com deficiência (PcD)**. Palmas, TO: Observatório Edições, 2025. p. 173-190.

SANTIAGO, Antônio Heleno Ribeiro; ARAÚJO, Júlio. **Desinformação e anúncios digitais falsos em mídias sociais**. Material de apoio da disciplina Ensino, Comunicação e Desinformação. Programa de Pós-Graduação em Ciências, Tecnologias e Inclusão (PGCTIN/UFF). Niterói: UFF, 2023.

SILVA, Leonardo Pinheiro da; PÔRTO JUNIOR, Francisco Gilson Rebouças. Malinformation: o uso da verdade para desinformar. In: PÔRTO JR., Gilson; CASTRO, Helena Carla; SILVA, Sinomar Soares de Carvalho (orgs.). **Ensino, comunicação e desinformação: vol. 1 – (des)construindo conceitos**. Palmas, TO: Observatório Edições, 2024. p. 57-76.

VIEIRA, Adriana; LIONE, Viviane. Desinformação e inclusão: impactos do preconceito na vida das pessoas com deficiência. In: PÔRTO JR., Gilson; FERREIRA, Cristiane Menezes; SAMIM, Aline dos Anjos Guimarães; SILVA, Leonardo Pinheiro da (orgs.). **Ensino, comunicação e desinformação: vol. 5 – narrativas sobre pessoas com deficiência (PcD)**. Palmas, TO: Observatório Edições, 2025. p. 11-42.

XAVIER NETO, Felipe; ANDRADE, Luiz Antônio Botelho; PÔRTO JUNIOR, Francisco Gilson Rebouças. Desinformação como estratégia de poder: Big Techs, algoritmos e o ataque à democracia brasileira. In: PÔRTO JR., Gilson; FERREIRA, Cristiane Menezes; SILVA, Adriano Alves da; SILVA, Sinomar Soares de Carvalho (orgs.). **Ensino, comunicação e desinformação: vol. 6 – mídias, redes sociais e big techs**. Palmas, TO: Observatório Edições, 2025. p. 55-76.

DESINFORMAÇÃO SOBRE O USO DE TECNOLOGIAS EDUCACIONAIS PARA ESTUDANTES COM TEA: reflexões sobre a robótica educacional

Fabiane Rodrigues Lima
Fabiana Rodrigues Leta

Introdução

Nas últimas décadas, o avanço das tecnologias digitais transformou significativamente as formas de acesso, produção e compartilhamento de informações. Embora esse cenário tenha ampliado as possibilidades de comunicação, interação e aprendizagem, também favoreceu a disseminação de informações falsas ou sem respaldo científico, fenômeno conhecido como desinformação. Segundo Wardle e Derakhshan (2017), a chamada desordem informacional caracteriza-se pela circulação de conteúdos enganosos capazes de influenciar percepções, comportamentos e tomadas de decisão em diferentes esferas da sociedade.

No campo educacional, a desinformação representa um desafio relevante, uma vez que professores, estudantes e famílias estão constantemente expostos a informações produzidas e compartilhadas em ambientes digitais. Para Freire (1996), a educação deve contribuir para a formação de sujeitos críticos e capazes de compreender a realidade de forma reflexiva, tornando-se fundamental o acesso a informações confiáveis para a construção do conhecimento. Nesse sentido, a escola assume papel estratégico no desenvolvimento da capacidade de análise crítica diante da crescente circulação de conteúdos duvidosos presentes nas mídias digitais.

No contexto da educação inclusiva, a desinformação pode afetar a compreensão acerca das potencialidades dos estudantes com Transtorno do Espectro Autista (TEA) e das estratégias pedagógicas mais adequadas ao seu desenvolvimento. Conforme destaca Wing (2011), o autismo constitui uma condição marcada pela diversidade de manifestações e características, não sendo possível compreender todos os indivíduos a partir de um único perfil. Apesar disso, generalizações e estereótipos continuam sendo amplamente disseminados, contribuindo para interpretações simplificadas acerca das capacidades e necessidades das pessoas com TEA.

Paralelamente, as tecnologias educacionais têm ocupado espaço crescente nas discussões sobre inclusão escolar, sendo reconhecidas como importantes recursos para favorecer a participação, a comunicação e a aprendizagem dos estudantes. Entre essas tecnologias, destaca-se a robótica educacional, que possibilita a construção de experiências de aprendizagem mais interativas, colaborativas e significativas. Fundamentada em princípios construcionistas, essa abordagem valoriza a experimentação, a resolução de problemas e a construção ativa do conhecimento pelos estudantes. De acordo com Papert (2008), a aprendizagem torna-se

mais significativa quando os sujeitos participam da criação de projetos e artefatos que possuem sentido para sua realidade.

Diversos estudos têm apontado o potencial da robótica educacional para promover o desenvolvimento cognitivo, social e comunicacional de estudantes com TEA, favorecendo processos inclusivos de aprendizagem (PEDROSA; CALDEIRA; MATOS, 2022). Entretanto, apesar dos benefícios identificados na literatura, ainda existem resistências relacionadas à utilização de tecnologias na educação desses estudantes. Muitas dessas resistências encontram-se associadas a crenças equivocadas, informações descontextualizadas ou conhecimentos sem comprovação científica acerca do autismo e do uso de recursos tecnológicos em ambientes educacionais.

Dessa forma, surge o seguinte problema de reflexão: em que medida a desinformação acerca do autismo e das tecnologias educacionais pode dificultar a adoção da robótica educacional como estratégia pedagógica para estudantes com TEA?

Dessa forma, torna-se relevante refletir sobre como a desinformação pode influenciar a adoção da robótica educacional em práticas inclusivas, especialmente quando concepções equivocadas sobre o TEA e sobre as tecnologias educacionais acabam limitando oportunidades de aprendizagem. Nesse contexto, o presente artigo tem como objetivo analisar como informações equivocadas sobre autismo e tecnologias educacionais podem influenciar a adoção da robótica educacional para estudantes com TEA.

Desinformação e tea

A desinformação caracteriza-se pela circulação de informações falsas, enganosas ou descontextualizadas que podem influenciar a compreensão de fenômenos sociais e científicos. Segundo Wardle e Derakhshan (2017), esse fenômeno não se limita à divulgação de notícias falsas, mas envolve também conteúdos

manipulados, compartilhados sem verificação ou apresentados fora de contexto. No caso do Transtorno do Espectro Autista (TEA), a desinformação manifesta-se por meio da disseminação de informações que reforçam estereótipos e simplificações acerca do transtorno, dificultando a compreensão de sua complexidade.

Entre os principais mitos relacionados ao TEA destacam-se a ideia de que todas as pessoas autistas apresentam as mesmas características, a falsa associação entre vacinas e autismo e a crença de que indivíduos com TEA possuem limitações intransponíveis para a aprendizagem e a interação social. Essas concepções simplificadas desconsideram a diversidade existente dentro do espectro autista. Conforme destaca Wing (2011), o autismo manifesta-se de formas distintas em cada indivíduo, apresentando diferentes níveis de suporte, habilidades e necessidades. Dessa forma, generalizações podem contribuir para a manutenção de preconceitos e estigmas que comprometem processos de inclusão social e educacional.

As consequências da desinformação atingem tanto as famílias quanto os profissionais da educação. Muitas vezes, pais e responsáveis são expostos a conteúdos sem fundamentação científica que prometem tratamentos milagrosos, curas ou soluções rápidas para o autismo. A ampla circulação dessas informações pode gerar expectativas irreais e dificultar a busca por intervenções respaldadas por evidências científicas. No âmbito escolar, a desinformação também pode influenciar a atuação dos professores, levando à construção de expectativas reduzidas acerca das capacidades dos estudantes com TEA e, conseqüentemente, à limitação das oportunidades de participação e aprendizagem oferecidas a esses alunos.

Nesse contexto, a educação assume papel fundamental no enfrentamento da desinformação. Para Freire (1996, p. 25), *“ensinar não é transferir conhecimento, mas criar as possibilidades para a sua própria produção ou a sua construção”*. Tal perspectiva evidencia a importância da formação crítica de professores, estudantes e famílias

para a análise e a validação das informações que circulam nos ambientes digitais. Mais do que transmitir conteúdos, a educação deve promover a capacidade de questionar, investigar e refletir sobre os conhecimentos produzidos socialmente.

Dessa forma, o acesso a informações confiáveis e baseadas em evidências científicas constitui um elemento essencial para a promoção de práticas educacionais inclusivas e para o combate aos estereótipos relacionados ao autismo. O fortalecimento da divulgação científica e da formação crítica dos sujeitos apresenta-se como estratégia importante para reduzir os impactos da desinformação e favorecer uma compreensão mais ampla e humanizada do TEA.

Robótica educacional para estudantes com TEA

A robótica educacional consiste na utilização de dispositivos robóticos e atividades de programação como recursos pedagógicos voltados ao desenvolvimento de conhecimentos, habilidades e competências. Fundamentada em abordagens construcionistas, essa metodologia promove a aprendizagem por meio da experimentação, da resolução de problemas e da construção de projetos significativos para os estudantes. Segundo Papert (2008), a aprendizagem torna-se mais significativa quando os alunos participam ativamente da construção de artefatos que possibilitam a materialização de suas ideias e a resolução de problemas concretos. Nessa perspectiva, o aluno deixa de ocupar uma posição passiva no processo educativo e passa a atuar como protagonista da própria aprendizagem.

De forma semelhante, Valente (1993) destaca que o uso das tecnologias na educação deve ultrapassar a simples transmissão de informações, favorecendo a construção do conhecimento por meio da interação, da reflexão e da resolução de desafios. Nesse contexto, a robótica educacional apresenta-se como uma estratégia pedagógica que integra conhecimentos teóricos e práticos,

estimulando a criatividade, a autonomia e o pensamento crítico dos estudantes.

Os fundamentos da robótica educacional encontram respaldo nas contribuições de Papert (2008), que defende a aprendizagem baseada na construção ativa do conhecimento. Para o autor, os estudantes aprendem de forma mais significativa quando participam da criação de projetos, objetos e soluções relacionadas à sua realidade. Nesse sentido, a robótica educacional possibilita que os alunos criem, testem, analisem erros e aperfeiçoem estratégias, desenvolvendo habilidades cognitivas e socioemocionais de maneira integrada.

No contexto da educação inclusiva, a robótica educacional tem sido apontada como uma estratégia promissora para o desenvolvimento de estudantes com Transtorno do Espectro Autista (TEA). Pesquisas têm demonstrado que a utilização de atividades robóticas pode favorecer diferentes aspectos do desenvolvimento desses estudantes, contribuindo para o aumento da motivação para aprender, o fortalecimento das interações sociais, o estímulo à comunicação e o desenvolvimento de competências relacionadas ao raciocínio lógico e à resolução de problemas.

Estudos recentes de Pedrosa, Caldeira e Matos (2022) indicam que a utilização da robótica educacional com estudantes autistas pode favorecer o engajamento, a comunicação e a participação em atividades colaborativas, contribuindo para processos inclusivos de aprendizagem. Os autores destacam que os ambientes mediados pela robótica oferecem oportunidades para a interação social e para a construção coletiva do conhecimento, aspectos frequentemente apontados como desafios para estudantes com TEA.

Outro aspecto relevante refere-se à possibilidade de adaptação das atividades robóticas às necessidades específicas de cada estudante. A utilização de materiais concretos, recursos visuais, rotinas estruturadas e atividades práticas pode favorecer a participação ativa de alunos com TEA em projetos de robótica,

respeitando suas características individuais e potencializando suas formas de aprendizagem. Essa flexibilidade permite que a robótica educacional seja utilizada como recurso pedagógico acessível e inclusivo em diferentes contextos escolares.

Além do desenvolvimento de habilidades técnicas relacionadas à programação e à construção de protótipos, a robótica educacional pode contribuir para o fortalecimento da autonomia, da criatividade e da capacidade de trabalho em equipe. Tais competências são particularmente relevantes para a formação integral dos estudantes e para a construção de ambientes educacionais mais inclusivos e participativos.

Nesse sentido, a robótica educacional ultrapassa a perspectiva de ensino tecnológico e passa a constituir uma estratégia pedagógica capaz de ampliar oportunidades de aprendizagem, participação e inclusão para estudantes com diferentes perfis e necessidades educacionais. Ao favorecer experiências de aprendizagem significativas e colaborativas, essa abordagem pode contribuir para a valorização das potencialidades dos estudantes com TEA e para a construção de práticas educacionais alinhadas aos princípios da educação inclusiva.

Impactos da desinformação na adoção da robótica educacional

Apesar das potencialidades da robótica educacional, sua implementação em contextos escolares ainda enfrenta desafios relacionados à desinformação. Segundo Wardle e Derakhshan (2017), a circulação de informações incorretas, descontextualizadas ou sem comprovação científica pode influenciar percepções e decisões individuais e coletivas. No contexto educacional, esse fenômeno pode impactar a forma como professores, gestores e famílias compreendem o uso das tecnologias no processo de ensino e aprendizagem.

Um dos aspectos mais recorrentes refere-se à crença de que o uso de tecnologias digitais seria necessariamente prejudicial para

estudantes com TEA. Frequentemente, o debate sobre tecnologias na infância é marcado por discursos que associam qualquer recurso digital ao isolamento social, à dependência tecnológica ou ao comprometimento do desenvolvimento infantil. Entretanto, tais interpretações tendem a desconsiderar que os efeitos das tecnologias dependem das finalidades pedagógicas e das formas de mediação adotadas pelos educadores.

Nesse sentido, Valente (1993) destaca que o uso educacional das tecnologias não deve restringir-se à transmissão de informações, mas favorecer a construção do conhecimento por meio da interação, da reflexão e da resolução de problemas. Nessa mesma perspectiva, Papert (2008) argumenta que as tecnologias podem constituir ferramentas poderosas para a aprendizagem quando possibilitam que os estudantes assumam papel ativo na construção do conhecimento. Assim, embora o uso excessivo e sem intencionalidade pedagógica possa trazer limitações, pesquisas apontam que tecnologias educacionais utilizadas de forma planejada e mediada podem contribuir significativamente para a aprendizagem, a comunicação e a participação dos estudantes.

Nesse contexto, torna-se importante diferenciar o uso recreativo e passivo das tecnologias do uso pedagógico intencional. A robótica educacional não se limita à interação com telas, mas envolve atividades práticas de construção, programação, experimentação e resolução de problemas. Dessa forma, trata-se de uma proposta que estimula a participação ativa dos estudantes e favorece experiências de aprendizagem colaborativas e significativas.

Outra barreira frequentemente observada está associada à ideia de que a robótica educacional seria uma prática excessivamente complexa, destinada apenas a estudantes com elevado desempenho acadêmico ou com interesses específicos na área tecnológica. Essa percepção, muitas vezes reforçada pela falta de informação, contribui para restringir o acesso de alunos com

deficiência a experiências inovadoras de aprendizagem. Ao pressupor que estudantes com TEA não seriam capazes de participar de atividades envolvendo programação ou construção de protótipos, acabam sendo reforçados estereótipos que limitam suas oportunidades de desenvolvimento.

A desinformação também pode contribuir para a manutenção de concepções equivocadas acerca das capacidades dos estudantes autistas. Quando professores ou familiares possuem acesso restrito a informações científicas sobre o TEA, podem desenvolver expectativas reduzidas em relação ao potencial desses estudantes. Tal cenário pode influenciar diretamente as escolhas pedagógicas realizadas na escola, dificultando a adoção de metodologias inovadoras e inclusivas.

Além disso, a falta de conhecimento científico sobre o autismo e sobre o potencial pedagógico das tecnologias educacionais pode gerar insegurança entre professores e gestores escolares. Muitos profissionais relatam dificuldades para integrar recursos tecnológicos às práticas pedagógicas devido à ausência de formação específica e ao receio de utilizar metodologias consideradas complexas ou inadequadas. Nesse sentido, a formação docente desempenha papel fundamental na superação de barreiras relacionadas à desinformação.

De acordo com Freire (1996), a prática educativa exige reflexão crítica sobre a ação pedagógica e compromisso permanente com a construção do conhecimento. Dessa forma, a formação continuada dos professores deve contemplar não apenas aspectos técnicos relacionados ao uso das tecnologias, mas também o desenvolvimento da capacidade de analisar criticamente as informações que circulam na sociedade. No caso da robótica educacional, isso implica compreender suas potencialidades, seus limites e suas possibilidades de adaptação às diferentes necessidades dos estudantes.

Portanto, combater a desinformação também significa criar condições para que tecnologias educacionais, como a robótica, sejam utilizadas de forma consciente, crítica e inclusiva. O acesso a informações fundamentadas em evidências científicas, aliado à formação docente e à divulgação de experiências exitosas, pode contribuir para reduzir preconceitos e ampliar as oportunidades de utilização da robótica educacional com estudantes com TEA.

Considerações finais

A crescente circulação de informações em ambientes digitais tem ampliado os desafios relacionados à identificação e ao enfrentamento da desinformação, especialmente em áreas que envolvem educação, inclusão e tecnologias. No contexto do Transtorno do Espectro Autista (TEA), informações equivocadas ou sem respaldo científico podem contribuir para a manutenção de estereótipos, influenciando a forma como estudantes autistas são compreendidos e atendidos nos espaços educacionais.

Ao longo deste artigo, buscou-se refletir sobre a relação entre desinformação, educação inclusiva e robótica educacional, destacando como a circulação de informações falsas ou distorcidas pode impactar não apenas a compreensão social sobre o TEA, mas também a aceitação de práticas pedagógicas inovadoras. Quando professores, gestores e famílias acreditam que tecnologias digitais são necessariamente prejudiciais ou incompatíveis com as necessidades dos estudantes autistas, acabam, muitas vezes, restringindo oportunidades de aprendizagem potencialmente benéficas.

Nesse sentido, a desinformação não afeta apenas a construção do conhecimento sobre o autismo, mas também pode atuar como uma barreira à inovação pedagógica e à efetivação de práticas educacionais inclusivas. Tal cenário evidencia a importância da divulgação científica e da democratização do acesso a informações fundamentadas em evidências, capazes de subsidiar

decisões pedagógicas mais conscientes e adequadas às necessidades dos estudantes.

Os estudos analisados indicam que a robótica educacional apresenta potencial para favorecer o desenvolvimento cognitivo, social e comunicacional de estudantes com TEA, contribuindo para o fortalecimento da autonomia, da participação e das interações sociais. Quando utilizada de forma planejada e alinhada aos objetivos pedagógicos, essa abordagem pode constituir um importante recurso para a promoção da inclusão escolar e para a valorização das potencialidades dos estudantes autistas.

Por fim, destaca-se que a formação docente assume papel central nesse processo. Professores preparados para analisar criticamente as informações que circulam na sociedade e para compreender as possibilidades pedagógicas das tecnologias educacionais tendem a desenvolver práticas mais inclusivas, reflexivas e fundamentadas cientificamente. Dessa forma, investir na formação continuada, na divulgação científica e na construção de uma cultura de pensamento crítico constitui um caminho fundamental para o enfrentamento da desinformação e para a ampliação das oportunidades educacionais oferecidas aos estudantes com TEA.

Referências

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. 25. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

PAPERT, Seymour. **A máquina das crianças**: repensando a escola na era da informática. Porto Alegre: Artmed, 2008.

PEDROSA, Brenda Simonelly Pereira Santos; CALDEIRA, Maria Carolina da Silva; MATOS, Santer Alvares de. Robótica e Transtorno do Espectro Autista em publicações com foco educacional escolar. **REIN - REVISTA EDUCAÇÃO INCLUSIVA**, Campina Grande,

Brasil, v. 7, n. 2, p. 350–362, 2022. Disponível em: <https://revista.uepb.edu.br/REIN/article/view/485>. Acesso em: 11 jun. 2026.

VALENTE, José Armando. **Diferentes usos do computador na educação**. Campinas: NIED/UNICAMP, 1993.

WARDLE, Claire; DERAKHSHAN, Hossein. **Information Disorder: Toward an Interdisciplinary Framework for Research and Policy Making**. Strasbourg: Council of Europe, 2017.

WING, Lorna. **O autismo e a síndrome de Asperger**. Lisboa: Verbo, 2011.

MITOS, DESINFORMAÇÃO E INVISIBILIDADE ESCOLAR NA DUPLA EXCEPCIONALIDADE (AHSD/TEA)

Danielle de Moraes Góis Diniz
Fernanda Serpa Cardoso
Viviane de Oliveira Freitas Lione

Introdução

A discussão sobre Altas Habilidades ou Superdotação (AHSD) e Transtorno do Espectro Autista (TEA) integra o campo mais amplo da dupla excepcionalidade, conceito introduzido por James J. Gallagher para designar estudantes que apresentam simultaneamente altas habilidades ou superdotação e alguma deficiência, transtorno ou condição coexistente (Gallagher 1988).

Antes dessa sistematização, o próprio Gallagher (1966) já havia discutido os "picos e vales" que demonstravam padrões de pontos fortes e fracos em crianças superdotadas com dificuldades de aprendizagem, sinalizando precocemente a inadequação dos modelos uniformes de desenvolvimento.

Pfeiffer (2015) aprofundou essa perspectiva ao assinalar que os estudantes com Dupla excepcionalidade, apresentam perfis heterogêneos e de difícil reconhecimento institucional, uma vez que forças e fragilidades coexistem de modo mutuamente modulador. Para Fleith e Alencar (2007), a escassez de pesquisas sobre dupla excepcionalidade no Brasil tem contribuído diretamente para a perpetuação de mitos e dificultado a elaboração de propostas educacionais, uma lacuna que persiste mesmo décadas após as primeiras formulações teóricas da área.

No caso específico da articulação entre AHSD e TEA, a dificuldade de identificação não decorre da ausência de indicadores, mas da precariedade dos enquadramentos interpretativos disponíveis na escola, na família e nos serviços de avaliação. Como demonstram Vilarinho-Rezende, Fleith e Alencar (2016), há um aumento de crianças identificadas como superdotadas que apresentam simultaneamente algum transtorno do neurodesenvolvimento, mas tal fenômeno permanece subnotificado justamente porque o estudante só se torna legível quando se aproxima de figuras já estabilizadas no imaginário educacional: ou o aluno brilhante, produtivo e homogêneo, ou o aluno definido exclusivamente pelo déficit. Tudo aquilo que escapa a essa gramática binária tende a ser lido como ruído, desvio ou inconsistência.

Esse problema se agrava quando mitos sobre superdotação, noções empobrecidas de autismo e repertórios frágeis sobre desenvolvimento circulam como se fossem verdades auto evidentes. Nakano, Negreiros e Fusaro (2025), ao investigarem as práticas de profissionais que atuam na área, identificaram a ausência de consenso sobre indicadores e a falta de instrumentos validados como obstáculos centrais à identificação adequada, o que evidencia que a invisibilidade escolar da dupla excepcionalidade não é um acidente isolado, mas o efeito de um processo social mais amplo de desinformação, seleção narrativa e apagamento da complexidade.

Sob essa perspectiva, o presente texto sustenta que os mitos da superdotação e da dupla excepcionalidade, articulados à desinformação estrutural, funcionam como operadores de invisibilização escolar dos estudantes com AHSD e TEA.

Superdotação e dupla excepcionalidade

Para além do modelo reducionista

Um primeiro obstáculo à compreensão da dupla excepcionalidade reside na permanência de concepções estreitas de superdotação, ainda frequentemente associadas apenas a alto quociente intelectual, desempenho escolar uniforme ou precocidade generalizada. Como alertam Nakano, Negreiros e Fusaro (2025, p. 1), *"a identificação das altas habilidades/superdotação (AH/SD) se mostra uma questão complexa e marcada pela falta de consenso"*, o que representa um campo profundamente vulnerável à circulação de mitos. A literatura da área, contudo, tem se deslocado de modelos exclusivamente psicométricos para formulações mais complexas, que consideram a interação entre capacidades, motivação, criatividade e contexto.

Nesse sentido, a contribuição de Renzulli (1978) é seminal. Ao propor o chamado Modelo dos Três Anéis, o autor sustentou que o comportamento superdotado não pode ser reduzido a escores de inteligência, mas emerge da confluência de três traços: habilidade acima da média em algum domínio do conhecimento, elevado envolvimento com a tarefa (compreendido como motivação, perseverança e concentração) e alta criatividade (pensamento original, flexível e divergente). Em suas palavras, a definição de superdotação deve ser *"baseada nas pesquisas mais atuais e válidas sobre o tema, não em mitos"* (Renzulli, 1978, p. 182), o que implica rejeitar critérios uniformes que desconsiderem a natureza contextual e dinâmica das altas habilidades. Essa inflexão teórica é decisiva

porque recoloca a superdotação no plano do desenvolvimento e não apenas no da classificação.

Ao admitir que altas habilidades se expressam de forma desigual, contextual e não linear, torna-se possível compreender por que certos estudantes exibem excelência em algumas áreas e, simultaneamente, vulnerabilidades importantes em outras, padrão que Gallagher (1975) já descrevera como característico de crianças superdotadas com dificuldades coexistentes. Gardner (1983) também contribuiu para essa ampliação ao romper com a ideia de uma inteligência única e homogênea, favorecendo uma leitura mais plural das potencialidades humanas. A consequência direta para o debate sobre invisibilidade escolar é clara: quanto mais restrita for a imagem do sujeito superdotado, menores serão as chances de identificação de estudantes com perfis assíncronicos, heterogêneos ou atravessados por condições coexistentes.

Fleith e Alencar (2007) sintetizam esse argumento ao afirmar que o avanço na pesquisa sobre AHSD está diretamente relacionado à adoção de uma concepção coerente de superdotação, o que significa que reformular o conceito não é exercício meramente acadêmico, mas condição de possibilidade para práticas de identificação mais inclusivas. Em termos educacionais, a escola não identifica apenas com base em evidências; ela identifica a partir daquilo que já aprendeu a considerar reconhecível.

A dupla excepcionalidade como condição complexa

A dupla excepcionalidade não pode ser compreendida como mera sobreposição mecânica entre um dom e um transtorno. Gallagher (1975) já havia assinalado que crianças com alto potencial e dificuldades coexistentes apresentavam padrões desenvolvimentais que não se reduziam nem à categoria dos superdotados nem à dos estudantes com deficiência, o que tornava sua situação educacional particularmente frágil. Pfeiffer (2015) retoma e aprofunda essa tese ao enfatizar que o caso deve ser lido

menos pela lógica da pureza diagnóstica e mais pela da complexidade: a capacidade intelectual ou o talento podem mascarar a presença de uma deficiência, e o inverso também ocorre, quando a deficiência obscurece o talento.

Esse mascaramento recíproco ajuda a explicar por que tantos estudantes passam anos sem identificação adequada ou recebem respostas pedagógicas insuficientes. Vilarinho-Rezende, Fleith e Alencar (2016), em estudo de caso sobre uma criança superdotada em processo de investigação de possível Síndrome de Asperger, documentaram as dificuldades enfrentadas por profissionais diante de perfis que combinam habilidades excepcionais e características comportamentais atípicas. As autoras concluíram que a dupla excepcionalidade exige leitura longitudinal e multidisciplinar do desenvolvimento, porque características diferenciadas de uma criança superdotada podem ser confundidas com transtornos quando avaliadas isoladamente. Em alguns casos, o desempenho elevado leva professores e familiares a subestimar dificuldades emocionais, sociais, atencionais ou adaptativas; em outros, a ênfase nos prejuízos torna invisíveis os recursos cognitivos, criativos e acadêmicos do estudante.

O resultado, como aponta Pfeiffer (2015), é a negação simultânea de dois direitos: o direito ao reconhecimento do potencial e o direito ao suporte especializado. A dupla excepcionalidade, portanto, configura uma condição qualitativamente complexa, em que forças e fragilidades interagem, se mascaram reciprocamente e organizam a expressão do desenvolvimento, não podendo ser entendida como simples soma entre dom e transtorno.

Mitos e filtros de legibilidade

O mito do superdotado homogêneo

Entre os mitos mais persistentes no campo educacional, destaca-se a noção de que o estudante superdotado se sobressai em

todas as áreas, aprende sozinho, é emocionalmente estável e não necessita de apoio sistemático. Fleith e Alencar (2007) identificaram essa crença como um dos principais obstáculos à elaboração de propostas educacionais adequadas, pois ela transforma uma imagem idealizada em critério tácito de reconhecimento. Nakano, Negreiros e Fusaro (2025) reforçam essa análise ao verificar que profissionais da área relatam dificuldades justamente diante de estudantes cujos perfis não correspondem ao estereótipo do aluno uniformemente brilhante, o que revela que os mitos operam não apenas no senso comum, mas também nas práticas especializadas.

Gallagher (1975) já havia demonstrado, décadas antes, que crianças superdotadas podem apresentar simultaneamente picos de excelência e vales de dificuldade, contradizendo empiricamente a premissa da homogeneidade. Renzulli (1978), por sua vez, ao construir o Modelo dos Três Anéis, operou uma ruptura deliberada com os modelos que reduziam a superdotação ao QI, reconhecendo que o comportamento superdotado emerge de confluência contextual e não de uma condição linear, estável e universalmente distribuída. Quando professores e gestores operam com o modelo do superdotado homogêneo, estudantes que apresentam ansiedade, rigidez, baixa tolerância à frustração, dificuldades motoras ou interação social atípica deixam de ser lidos como possíveis sujeitos com AHSD.

Esse mito atua como filtro de legibilidade: ele define, antecipadamente, quem pode ser lido como superdotado e quem deve ser lançado para fora dessa categoria. Como consequência, estudantes com perfis assíncronicos em especial aqueles com dupla excepcionalidade tornam-se menos visíveis aos processos formais e informais de identificação. A invisibilidade, portanto, não nasce da ausência de indicadores, mas do excesso de rigidez nos esquemas interpretativos socialmente disponíveis.

O mito da incompatibilidade entre AHSD e TEA

Outro mito estrutural é a crença de que altas habilidades e TEA seriam condições mutuamente excludentes. Sob essa lógica, sinais de limitação na comunicação social, na flexibilidade comportamental ou no funcionamento adaptativo bastariam para anular a hipótese de superdotação. Vilarinho-Rezende, Fleith e Alencar (2016) mostram, contudo, que certas características frequentemente associadas à superdotação, foco intenso em temas específicos, dificuldade de interação com pares, resistência a mudanças podem sobrepor-se a traços comuns no espectro autista, criando uma zona de ambiguidade que confunde avaliadores despreparados. As autoras assinalam que a dupla excepcionalidade é um fenômeno complexo, porque características diferenciadas de uma criança superdotada podem ser confundidas com transtornos quando não se realiza uma leitura longitudinal e multidisciplinar do desenvolvimento.

Fleith e Alencar (2007) corroboram essa análise ao ressaltar que profissionais devem ter conhecimento aprofundado tanto sobre a superdotação quanto sobre os transtornos do neurodesenvolvimento, bem como sobre as características que os diferenciam e os aproximam. Nakano, Negreiros e Fusaro (2025) identificam, nessa direção, que a ausência de instrumentos psicometricamente validados para a avaliação de populações com dupla excepcionalidade agrava o problema, pois deixa os profissionais sem ferramentas adequadas para discriminar sobreposições fenotípicas. Gallagher (1975), em perspectiva histórica, já alertava para o fato de que crianças com perfis complexos tenderiam a ser mal enquadradas por sistemas avaliativos desenhados para populações homogêneas.

Essa sobreposição fenotípica exige prudência diagnóstica e refinamento conceitual. O problema não está apenas na semelhança aparente entre certos comportamentos, mas no fato de que a escola e os serviços especializados tendem a buscar coerência rápida onde

o desenvolvimento oferece ambiguidade, assincronia e coexistência. Em vez de reduzir o estudante a uma categoria única, a análise precisa considerar história de vida, processos adaptativos, contextos relacionais e modos específicos de manifestação do talento dimensões que o Modelo dos Três Anéis de Renzulli (1978) já colocava no centro da avaliação ao propor que o comportamento superdotado seja lido em relação a pessoas, momentos e circunstâncias específicas, e não como atributo fixo.

O mito da autossuficiência

Há ainda a crença de que estudantes com alto potencial não necessitam de apoio, pois seus recursos compensariam automaticamente quaisquer dificuldades. Trata-se de uma formulação particularmente nociva porque converte potência em obrigação de autonomia plena. Pfeiffer (2015) insiste que intervenções dirigidas a estudantes com dupla excepcionalidade, devem ser individualizadas e precisam contemplar, ao mesmo tempo, dons e limitações, sem negligenciar nenhuma das duas dimensões. Nakano, Negreiros e Fusaro (2025) reforçam que a identificação das AHSD deve incluir, além do diagnóstico, o acompanhamento e a avaliação dos efeitos dos programas de intervenção, uma vez que o potencial elevado não garante por si mesmo a superação de vulnerabilidades sociais e emocionais.

Quando esse princípio não é observado, a escola tende a oferecer respostas mutiladas. O estudante pode receber estímulos voltados ao talento sem acolhimento para seu sofrimento, ou pode ser assistido apenas pelo viés clínico ou deficitário, sem oportunidades reais de enriquecimento e desenvolvimento de potencial. Fleith e Alencar (2007) denominam essa condição de invisibilidade do potencial: ao focalizar exclusivamente as dificuldades, os sistemas escolares deixam de reconhecer e nutrir recursos que poderiam ser decisivos para o desenvolvimento integral do estudante. Em ambos os casos, o que se produz é uma

inclusão parcial, incapaz de responder à complexidade concreta da dupla excepcionalidade.

Desinformação e invisibilidade

Desinformação para além da notícia falsa

Para compreender a persistência desses mitos, é necessário deslocar a análise para o campo da desinformação. Wardle e Derakhshan (2017) mostram que a desordem informacional não se limita à mentira deliberada, mas inclui enquadramentos seletivos, informações descontextualizadas, repertórios frágeis e narrativas enviesadas que passam a circular como se fossem conhecimento legítimo. Isso é particularmente relevante no debate sobre AHSD e TEA, porque a maior parte da desinformação incidente sobre esses estudantes não se apresenta sob a forma de fake news explícita, mas como repetição naturalizada de imagens parciais.

Nakano, Negreiros e Fusaro (2025) ilustram esse ponto ao verificar que, mesmo entre profissionais especializados, persistem práticas avaliativas inconsistentes e concepções heterogêneas sobre o que constitui a superdotação, o que indica que a desinformação não está confinada ao senso comum, mas penetra os próprios espaços técnicos de avaliação. O gênio solitário, o prodígio precoce, o aluno excelente em tudo, o autista sem imaginação complexa ou o superdotado que dispensa apoio são figuras que ganham força por repetição e passam a orientar expectativas de professores, famílias e profissionais. Quando essas imagens se estabilizam, elas funcionam como molduras de percepção: tornam certos perfis imediatamente reconhecíveis e lançam outros à suspeita, ao silêncio ou à exclusão interpretativa.

Renzulli (1978, p. 180) já advertia que qualquer definição de superdotação deve ser baseada em pesquisas válidas *"e não em mitos"*, o que implica reconhecer que o campo é historicamente vulnerável à colonização por narrativas sem fundamento empírico. Gallagher (1988) reforçou essa preocupação ao propor uma agenda

nacional para a educação de superdotados que contemplasse, explicitamente, a desconstrução de estereótipos que impediam o reconhecimento de estudantes com perfis complexos, especialmente aqueles duplamente excepcionais. Spinelli e Santos (2019) observam que a educação midiática se torna central em tempos de desinformação porque os modos de circulação do conhecimento afetam diretamente aquilo que a sociedade toma como plausível. Aplicado ao campo da dupla excepcionalidade, isso significa que o combate à invisibilidade exige não apenas mais instrumentos de avaliação, mas também uma disputa sobre as narrativas que definem quem pode ser visto como inteligente, vulnerável, apoiável ou incluído.

História única e apagamento da complexidade

A noção de *história única* ajuda a compreender por que a invisibilidade escolar é mais do que simples ausência de percepção. O problema não é apenas não ver, mas ver a partir de categorias estreitas demais para acolher a diversidade real dos sujeitos. Quando a superdotação é narrada sempre pelo viés do êxito visível e do ajuste bem-sucedido, como no estereótipo do aluno brilhante e emocionalmente equilibrado descrito e refutado por Renzulli (1978), estudantes com sofrimento psíquico, assincronia, dificuldades adaptativas ou comportamentos atípicos deixam de caber na imagem dominante.

Vilarinho-Rezende, Fleith e Alencar (2016) documentaram com precisão esse mecanismo ao mostrar que crianças com dupla excepcionalidade frequentemente transitam entre diagnósticos inadequados antes de receberem uma avaliação que contemple simultaneamente seu potencial e suas necessidades de suporte. O enquadramento atua como tecnologia de visibilidade: certas características são iluminadas, enquanto outras são sistematicamente desconsideradas; certos comportamentos são lidos como talento, enquanto outros são imediatamente

medicalizados, moralizados ou desqualificados. Fleith e Alencar (2007) assinalam que a falta de formação específica dos profissionais sobre dupla excepcionalidade agrava esse processo, porque sem um repertório conceitual adequado, o avaliador inevitavelmente recorre aos estereótipos disponíveis na cultura.

A historicidade do problema também importa. A desinformação sobre superdotação e dupla excepcionalidade muda conforme os contextos tecnológicos, culturais e institucionais, o que significa que a invisibilidade não é um resíduo do passado, mas um processo ativo de atualização de estereótipos. Gallagher (1988), ao introduzir o conceito de dupla excepcionalidade, já reconhecia que sua consolidação dependia de mudança nas políticas educacionais, na formação de professores e nos sistemas de avaliação, três frentes que, como demonstram Nakano, Negreiros e Fusaro (2025), ainda permanecem carentes de avanços consistentes no contexto brasileiro.

Implicações teóricas e educacionais

A primeira implicação desse debate é epistemológica: não é mais defensável tratar superdotação e TEA como categorias fechadas, autoevidentes ou mutuamente excludentes. A literatura examinada aponta para a necessidade de modelos contextuais, processuais e relacionais, capazes de apreender interações entre capacidades superiores, fragilidades específicas e trajetórias singulares. O Modelo dos Três Anéis de Renzulli (1978) oferece um ponto de partida ao insistir que o comportamento superdotado é relativo a pessoas, momentos e circunstâncias, recusando qualquer essencialismo que fixe o talento como atributo imutável. Reescrever o problema nesses termos significa deslocá-lo de uma lógica de pureza diagnóstica para uma teoria da complexidade desenvolvimental.

A segunda implicação é formativa. Se a invisibilidade decorre, em parte, de repertórios conceituais frágeis, então a

formação inicial e continuada de professores, psicólogos e demais profissionais precisa incorporar de modo consistente os estudos sobre AHSD, dupla excepcionalidade, diagnóstico diferencial e desinformação. Nakano, Negreiros e Fusaro (2025) verificaram que profissionais que atuam na área frequentemente operam sem instrumentos psicometricamente adequados e sem formação específica para lidar com perfis complexos, o que reforça a urgência de programas de capacitação que contemplem as contribuições de autores como Gallagher, Renzulli e Fleith, entre outros. Isso inclui não apenas conteúdos técnicos, mas também reflexão crítica sobre estereótipos, enquadramentos e narrativas socialmente disseminadas.

A terceira implicação é pedagógica e política. O enfrentamento da invisibilidade exige práticas de identificação e atendimento capazes de reconhecer, simultaneamente, potencial e necessidade de apoio. Pfeiffer (2015) insiste que intervenções dirigidas a estudantes 2e devem ser individualizadas, contemplando dons e limitações de modo integrado, sem que nenhuma das duas dimensões seja sacrificada. Em termos concretos, isso demanda currículo flexível, avaliação compreensiva e multidimensional nos moldes propostos por Renzulli (1978) e desenvolvidos por Fleith e Alencar (2007) no contexto brasileiro —, trabalho em rede entre escola e família, interlocução com serviços de saúde e estratégias de educação midiática que desnaturalizam os mitos em circulação.

Considerações finais

A discussão desenvolvida ao longo deste trabalho permitiu compreender que a invisibilidade escolar de estudantes com dupla excepcionalidade não ocorre por ausência de características identificáveis, mas pela permanência de concepções limitadas sobre altas habilidades ou superdotação e Transtorno do Espectro Autista. A presença de mitos, estereótipos e interpretações reducionistas contribui para que muitos estudantes permaneçam sem

reconhecimento adequado de suas potencialidades e de suas necessidades educacionais.

Observou-se que a ideia do superdotado homogêneo, emocionalmente equilibrado e autossuficiente ainda influencia práticas escolares e processos de avaliação, dificultando a identificação de perfis complexos e assíncronicos. Da mesma forma, a crença de que altas habilidades e autismo são condições incompatíveis reforça interpretações equivocadas e respostas pedagógicas insuficientes. Como consequência, muitos estudantes acabam sendo vistos apenas pelas dificuldades ou apenas pelo potencial, sem que suas singularidades sejam consideradas de maneira integrada.

Também foi possível perceber que a desinformação atua como elemento central na manutenção dessa invisibilidade, especialmente quando conceitos simplificados passam a orientar o olhar de professores, famílias e profissionais da educação. Nesse contexto, a ausência de formação específica e de práticas avaliativas mais amplas favorece a reprodução de modelos excludentes e limita a construção de estratégias pedagógicas mais inclusivas.

Diante disso, torna-se necessário ampliar os debates sobre dupla excepcionalidade no contexto educacional brasileiro, fortalecendo processos de formação docente, práticas de identificação multidimensional e propostas pedagógicas que reconheçam simultaneamente potencialidades e necessidades de apoio. A escola precisa desenvolver formas mais flexíveis e sensíveis de compreender o desenvolvimento humano, valorizando a diversidade dos percursos de aprendizagem e garantindo condições reais de inclusão.

Referências

ALENCAR, Eunice Maria Lima Soriano de; FLEITH, Denise de Souza. **Superdotados: determinantes, educação e ajustamento**. São Paulo: EPU, 2001.

FLEITH, Denise de Souza; ALENCAR, Eunice Maria Lima Soriano de (Org.). **Desenvolvimento de talentos e altas habilidades: orientação a pais e professores**. Porto Alegre: Artmed, 2007.

GALLAGHER, James J. Children with developmental imbalances: a psychoeducational definition. In: CRUICKSHANK, William M. (Ed.). **The teacher of brain-injured children**. Syracuse: Syracuse University Press, 1966. p. 21-43.

GALLAGHER, James J. National agenda for educating gifted students: statement of priorities. **Exceptional Children**, v. 55, n. 2, p. 107-114, 1988.

GARDNER, Howard. **Intelligence reframed: multiple intelligences for the 21st century**. New York: Basic Books, 1999.

NAKANO, Tatiana de Cássia; NEGREIROS, Júlia Reis; FUSARO, Luana Hillary. Práticas na identificação das altas habilidades/superdotação segundo relato de profissionais que atuam na área. **Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação**, Rio de Janeiro, v. 33, n. 126, e0254246, 2025. DOI: 10.1590/S0104-40362025003304246.

PFEIFFER, Steven I. Gifted students with a coexisting disability: the twice exceptional. **Estudos de Psicologia**, Campinas, v. 32, n. 4, p. 717-727, 2015. DOI: 10.1590/0103-166X2015000400015.

RENZULLI, Joseph S. What makes giftedness? Reexamining a definition. **Phi Delta Kappan**, v. 60, n. 3, p. 180-184, 1978.

SPINELLI, Egle Müller; SANTOS, Jéssica de Almeida. Saberes necessários da educação midiática na era da desinformação. **Revista Mídia e Cotidiano**, Niterói, v. 13, n. 3, p. 45-61, 2019.

VILARINHO-REZENDE, Daniela; FLEITH, Denise de Souza; ALENCAR, Eunice Maria Lima Soriano de. Desafios no diagnóstico de dupla excepcionalidade: um estudo de caso. **Revista de Psicologia**, v. 34, n. 1, p. 61-84, 2016. DOI: 10.18800/psico.201601.003.

WARDLE, Claire; DERA KHSHAN, Hossein. **Information disorder: toward an interdisciplinary framework for research and policy making**. Strasbourg: Council of Europe, 2017.

DESINFORMAÇÃO CONTÁBIL E ASSIMETRIA INFORMACIONAL NO MERCADO FINANCEIRO BRASILEIRO

Gabriel Machado Santos
Francisco Gilson Rebouças Pôrto Júnior

Introdução

A informação contábil constitui um dos principais instrumentos de suporte à tomada de decisão no ambiente econômico contemporâneo. Em mercados financeiros cada vez mais complexos e integrados, investidores, credores, reguladores e demais usuários dependem da qualidade, da tempestividade e da fidedignidade das demonstrações contábeis para avaliar o desempenho das organizações, mensurar riscos e alocar recursos de maneira eficiente.

Nesse contexto, a transparência das informações financeiras representa um dos pilares para o funcionamento dos mercados de capitais, reduzindo incertezas e promovendo maior confiança entre os agentes econômicos. Estudos recentes reforçam que a qualidade da informação contábil está diretamente relacionada à transparência

corporativa, à governança e à redução da assimetria informacional, influenciando a eficiência dos mercados e a proteção dos investidores.

Nos últimos anos, entretanto, episódios envolvendo grandes organizações brasileiras evidenciaram fragilidades nos mecanismos de divulgação de informações financeiras e suscitaram importantes debates acerca da confiabilidade dos relatórios contábeis.

O caso da Americanas S.A., tornado público em 2023, revelou inconsistências contábeis de grande magnitude relacionadas ao registro de operações financeiras, desencadeando investigações administrativas e criminais, além de provocar expressivos impactos econômicos sobre investidores, credores e o próprio mercado de capitais. Pesquisas recentes têm analisado esse episódio sob diferentes perspectivas, destacando a influência de conflitos de agência, falhas de governança corporativa e limitações nos mecanismos de controle e auditoria.

De forma semelhante, os acontecimentos envolvendo o Banco Master ampliaram o debate acerca da transparência das informações financeiras, da percepção de risco pelos investidores e da relevância dos mecanismos regulatórios para a estabilidade do sistema financeiro.

Embora os contextos institucionais sejam distintos, ambos os episódios despertaram questionamentos sobre a qualidade das informações disponibilizadas ao mercado e sobre a capacidade dos usuários externos de compreender adequadamente a situação econômico-financeira das organizações a partir dos documentos divulgados.

Assim, mais do que analisar eventuais irregularidades específicas, torna-se relevante compreender como processos de divulgação informacional podem influenciar a formação das expectativas dos agentes econômicos e a confiança no mercado.

Nesse cenário, este capítulo parte da premissa de que a **desinformação contábil** representa um fenômeno distinto da fraude contábil, embora possa estar associada a ela.

Enquanto a fraude pressupõe a intenção deliberada de manipular registros ou ocultar fatos patrimoniais, a desinformação contábil compreende um conjunto mais amplo de práticas capazes de comprometer a adequada compreensão da realidade econômica da entidade pelos usuários das demonstrações financeiras.

Essa desinformação pode manifestar-se por meio de omissões relevantes, evidenciação insuficiente, divulgação seletiva, excesso de complexidade nas informações apresentadas ou interpretações induzidas por escolhas de divulgação que dificultam a correta avaliação da situação patrimonial e financeira da organização. Sob essa perspectiva, a desinformação não se restringe ao descumprimento das normas contábeis, mas alcança situações em que a informação divulgada deixa de cumprir plenamente sua função econômica de reduzir incertezas.

A partir dessa compreensão, propõe-se que a desinformação contábil seja analisada como um dos mecanismos responsáveis pela ampliação da **assimetria informacional**. A teoria da assimetria informacional pressupõe que administradores e demais agentes internos possuem maior conhecimento acerca da situação econômica da entidade do que investidores, credores e demais usuários externos.

Em condições normais, a divulgação de informações contábeis de qualidade reduz essa diferença de conhecimento, contribuindo para decisões mais eficientes. Contudo, quando a informação financeira apresenta limitações quanto à sua completude, clareza, representação fidedigna ou tempestividade, essa diferença tende a se ampliar, aumentando a incerteza, os custos de monitoramento e o risco percebido pelos participantes do mercado.

Nessa perspectiva, a desinformação contábil pode ser compreendida não apenas como uma consequência de problemas de governança, mas como um elemento capaz de produzir e intensificar a assimetria informacional.

Essa abordagem representa uma ampliação da discussão tradicional presente na literatura. Grande parte das pesquisas concentra-se na qualidade da informação contábil, no gerenciamento de resultados ou na fraude corporativa. Neste capítulo, propõe-se um enfoque integrador, no qual a desinformação contábil é compreendida como um fenômeno informacional que conecta aspectos relacionados à governança corporativa, à auditoria independente, à regulação, à qualidade da divulgação financeira e à eficiência dos mercados. Dessa forma, os episódios envolvendo Americanas S.A. e Banco Master deixam de ser analisados exclusivamente como acontecimentos isolados e passam a constituir evidências documentais que permitem compreender como fragilidades na divulgação da informação podem comprometer a confiança dos investidores e a eficiência do mercado financeiro brasileiro.

Diante desse contexto, estabelece-se o seguinte problema de pesquisa: **em que medida a desinformação contábil observada nos casos Americanas S.A. e Banco Master contribuiu para ampliar a assimetria informacional entre administradores, investidores e demais usuários das demonstrações financeiras?** Para responder a essa questão, o objetivo deste capítulo consiste em **analisar as causas da desinformação contábil nos casos Americanas S.A. e Banco Master, discutindo seus efeitos sobre a assimetria informacional e a confiança no mercado financeiro brasileiro.**

Por fim, este capítulo busca contribuir para a literatura contábil ao propor uma interpretação teórica segundo a qual a desinformação contábil atua como um mecanismo de intensificação da assimetria informacional. Sob essa perspectiva, pretende-se ampliar o debate sobre a qualidade da informação financeira,

oferecendo uma estrutura analítica que articula conceitos da Contabilidade, da Economia da Informação e da Governança Corporativa, utilizando os casos Americanas S.A. e Banco Master como evidências documentais para discutir desafios contemporâneos relacionados à transparência e à credibilidade das informações contábeis no mercado financeiro brasileiro.

Referencial teórico

A informação contábil constitui um dos principais mecanismos de comunicação entre as organizações e os diversos usuários interessados em seu desempenho econômico-financeiro.

Em um ambiente caracterizado pela crescente complexidade das operações empresariais e pela elevada velocidade de circulação das informações, a utilidade dos relatórios contábeis ultrapassa o mero atendimento às exigências legais, assumindo papel estratégico na redução das incertezas e na orientação das decisões de investimento, financiamento e avaliação de riscos.

A qualidade da informação contábil, nesse contexto, representa um dos pilares para a eficiência dos mercados financeiros, uma vez que influencia diretamente a capacidade dos agentes econômicos de interpretar a realidade patrimonial das organizações (Comitê de pronunciamentos contábeis, 2019; Santos et al., 2023).

A base normativa desse entendimento encontra-se na Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro, aprovada pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC 00 (R2)), que estabelece que o objetivo dos relatórios financeiros é fornecer informações úteis aos investidores existentes e potenciais, credores por empréstimos e demais credores na tomada de decisões relacionadas ao fornecimento de recursos à entidade.

O pronunciamento destaca que a utilidade da informação depende, primordialmente, de sua relevância e de sua representação fidedigna, características qualitativas fundamentais

complementadas pela comparabilidade, verificabilidade, tempestividade e compreensibilidade. Estudos recentes demonstram que essas características permanecem como referência para a avaliação da qualidade da informação financeira produzida pelas organizações (Comitê de pronunciamentos contábeis, 2019; Santos et al., 2023).

Segundo o CPC 00 (R2), para ser útil, a informação financeira deve ser relevante e representar fidedignamente aquilo que se propõe a representar. Essa orientação demonstra que a simples divulgação de dados financeiros não garante sua utilidade econômica, sendo indispensável que a informação represente adequadamente os eventos patrimoniais e seja capaz de influenciar o processo decisório dos usuários.

Conforme destacam Andrade e Lemes (2023), a melhoria da qualidade informacional está diretamente associada ao aperfeiçoamento dos critérios de reconhecimento, mensuração e evidenciação previstos nas normas contábeis.

A literatura recente reforça essa perspectiva ao demonstrar que a qualidade da informação contábil está diretamente relacionada à eficiência dos mercados e à redução das incertezas econômicas. Santos et al. (2023) observaram que as características qualitativas previstas na Estrutura Conceitual ampliam a transparência dos relatórios financeiros e contribuem para tornar as informações mais úteis aos usuários externos.

De forma semelhante, Canongia, Silva e Macedo (2023) destacam que a relevância das informações contábeis permanece como elemento essencial para o mercado de capitais mesmo após uma década de adoção das IFRS no Brasil.

Embora a normatização represente importante avanço para a harmonização das práticas contábeis, a literatura demonstra que a qualidade da informação não depende exclusivamente do cumprimento formal das normas.

Menezes Teodósio et al. (2023) verificaram que informações contábeis de maior qualidade estão associadas à redução do risco sistemático percebido pelos investidores, evidenciando que a transparência contábil produz efeitos econômicos concretos sobre o comportamento do mercado. Esses resultados reforçam a ideia de que a qualidade da informação influencia a percepção de risco e o processo de formação de preços dos ativos financeiros.

Essa constatação reforça a compreensão de que a qualidade informacional deve ser analisada sob uma perspectiva econômica, e não apenas normativa. Nesse sentido, Andrade e Lemes (2023) verificaram que a adoção do CPC 47 elevou a relevância da informação contábil (*value relevance*), indicando que melhorias nos critérios de reconhecimento das receitas podem aumentar a capacidade das demonstrações financeiras de refletir a realidade econômica das empresas e subsidiar decisões de investidores e analistas.

Além da observância das normas técnicas, diversos fatores organizacionais influenciam a qualidade da informação financeira. A governança corporativa, os sistemas de controle interno, a independência da auditoria e os incentivos gerenciais constituem elementos capazes de potencializar ou restringir a qualidade dos relatórios contábeis. Andrade e Fujino (2023) argumentam que a qualidade da informação resulta da interação entre estruturas de governança, políticas contábeis e mecanismos institucionais de divulgação, não sendo consequência exclusiva da conformidade normativa.

Sob essa perspectiva, a qualidade da informação contábil não deve ser compreendida apenas como uma característica técnica dos relatórios financeiros, mas como resultado de um processo institucional que envolve normas, incentivos econômicos, mecanismos de governança e estruturas de fiscalização.

Estudos recentes demonstram que ambientes institucionais mais robustos favorecem a produção de informações mais

confiáveis, ampliando a eficiência dos mercados e reduzindo os custos informacionais para investidores e credores (Andrade; Fujino, 2023; Menezes Teodósio et al., 2023).

Outro aspecto relevante refere-se ao comportamento dos usuários diante do crescente volume de informações disponibilizadas pelas organizações. A literatura contemporânea destaca que a utilidade da informação não depende apenas de sua disponibilidade, mas também da capacidade de ser compreendida e processada pelos usuários. Informações excessivamente complexas ou fragmentadas podem reduzir sua efetividade, ainda que estejam em conformidade com os requisitos normativos previstos no CPC 00 (R2), comprometendo sua função econômica de reduzir incertezas (Comitê de pronunciamentos contábeis, 2019; AndradE; Fujino, 2023).

Esse entendimento amplia a discussão tradicional sobre qualidade da informação contábil. A utilidade econômica dos relatórios financeiros depende não apenas da precisão técnica dos registros, mas também da capacidade de comunicar, de forma clara, tempestiva e compreensível, os eventos relevantes para a tomada de decisão. Nesse sentido, a adequada evidenciação das informações relevantes aumenta a capacidade dos usuários de interpretar as demonstrações financeiras e fortalece a qualidade informacional percebida (Comitê de pronunciamentos contábeis, 2019; Santos et al., 2023).

Nesse contexto, torna-se evidente que a qualidade da informação contábil representa um elemento central para a redução das imperfeições informacionais existentes nos mercados. Quanto maior a capacidade dos relatórios financeiros de representar fidedignamente a realidade econômica da entidade, menor tende a ser a incerteza enfrentada pelos usuários externos. Em sentido oposto, limitações relacionadas à relevância, transparência, compreensibilidade ou representação fidedigna podem comprometer a efetividade da comunicação contábil, ampliando as

diferenças informacionais entre administradores e investidores (Menezes Teodósio et al., 2023; Andrade; Fujino, 2023).

É justamente nessa lacuna que se insere a discussão proposta neste capítulo. Embora a literatura apresente significativo avanço na compreensão da qualidade da informação contábil, observa-se menor desenvolvimento teórico acerca dos mecanismos pelos quais informações de baixa qualidade podem produzir **desinformação contábil** e, conseqüentemente, ampliar a **assimetria informacional**.

Nesse sentido, Andrade e Fujino (2023) reconhecem que fatores institucionais, escolhas de divulgação e mecanismos de governança podem comprometer a qualidade informacional mesmo em ambientes de conformidade normativa, abrindo espaço para novas interpretações sobre o papel da desinformação contábil na ampliação das imperfeições informacionais do mercado.

A literatura contábil tradicional concentra-se principalmente na qualidade da informação financeira, no gerenciamento de resultados, na fraude contábil e nas práticas de divulgação (*disclosure*). Entretanto, observa-se uma lacuna teórica relacionada à compreensão da **desinformação contábil** como fenômeno específico capaz de comprometer a interpretação da realidade econômica das organizações pelos usuários externos.

Nesse sentido, a desinformação contábil pode ser compreendida como uma falha no processo comunicacional da Contabilidade, na qual informações divulgadas, omitidas ou apresentadas de forma inadequada reduzem a capacidade dos usuários de tomar decisões fundamentadas (Comitê de pronunciamentos contábeis, 2019; Dechow; Ge; Schrand, 2010).

Diferentemente da fraude contábil, que pressupõe necessariamente uma intenção deliberada de distorcer informações financeiras, a desinformação contábil apresenta uma abordagem mais ampla, envolvendo situações em que a informação, embora formalmente divulgada, não cumpre plenamente sua função econômica de reduzir incertezas. Conforme destacam Healy e Palepu

(2001), a divulgação financeira possui papel essencial na redução dos problemas informacionais existentes entre gestores e investidores, sendo que limitações na transparência podem comprometer a eficiência dos mercados. Assim, a insuficiência informacional, a complexidade excessiva dos relatórios ou a evidenciação inadequada de riscos podem contribuir para a formação de percepções equivocadas pelos usuários.

A partir dessa perspectiva, este capítulo propõe compreender a desinformação contábil como o processo pelo qual informações financeiras deixam de representar adequadamente a realidade econômica da entidade, seja por omissão, divulgação incompleta, baixa transparência ou dificuldade de interpretação pelos usuários, ampliando a distância informacional entre agentes internos e externos.

Essa abordagem aproxima-se da discussão sobre assimetria informacional desenvolvida por Akerlof (1970), ao demonstrar que diferenças no acesso e na qualidade das informações podem gerar decisões econômicas ineficientes e perda de confiança nos mercados.

Nesse contexto, a desinformação contábil torna-se relevante para compreender eventos corporativos em que investidores, credores e demais *stakeholders* tomam decisões baseadas em informações que posteriormente revelam limitações quanto à sua capacidade de representar a situação econômico-financeira da organização. Dessa forma, a análise da desinformação contábil permite ampliar o debate sobre qualidade da informação, governança corporativa e transparência, estabelecendo uma conexão direta com a assimetria informacional e com os mecanismos de confiança necessários ao funcionamento do mercado financeiro (Jensen; Meckling, 1976; Verrecchia, 2001).

Portanto, a desinformação contábil não deve ser analisada exclusivamente como um problema técnico da Contabilidade, mas como um fenômeno econômico e institucional que envolve a relação

entre empresas, usuários da informação e mecanismos de controle. Ao comprometer a capacidade dos relatórios financeiros de comunicar adequadamente os riscos e resultados empresariais, a desinformação pode ampliar a assimetria informacional e afetar a eficiência do processo decisório no mercado de capitais.

A assimetria informacional representa uma das principais imperfeições dos mercados econômicos, caracterizada pela existência de diferenças no nível, na qualidade e na disponibilidade das informações entre os agentes envolvidos em uma relação econômica. Embora o conceito tenha origem nos estudos clássicos de Akerlof (1970), Spence (1973) e Stiglitz (2000), pesquisas continuam demonstrando que a desigualdade informacional permanece como um dos principais desafios para a eficiência dos mercados financeiros, especialmente em ambientes nos quais investidores dependem das informações divulgadas pelas organizações para avaliar riscos e oportunidades (Healy; Palepu, 2001; Scott, 2023).

No mercado de capitais, a assimetria informacional ocorre principalmente porque administradores possuem acesso privilegiado às informações internas da empresa, enquanto investidores externos dependem dos relatórios financeiros e dos mecanismos de divulgação corporativa para compreender a situação econômica da organização. Nesse sentido, a qualidade do *disclosure* torna-se um mecanismo essencial para reduzir essa diferença informacional, pois informações completas, tempestivas e confiáveis permitem decisões econômicas mais eficientes (Verrecchia, 2001; Scott, 2023).

Estudos sobre divulgação e informação financeira reforçam que a transparência corporativa exerce influência sobre o nível de assimetria informacional observado no mercado. A qualidade da divulgação financeira constitui elemento relevante para a redução das incertezas enfrentadas pelos investidores e para o aprimoramento do processo de avaliação econômica das

organizações. Dessa forma, a informação contábil deixa de ser apenas um requisito normativo e passa a representar um mecanismo econômico capaz de contribuir para a redução das falhas de mercado (Ball, 2023; Verrecchia, 2001).

No contexto brasileiro, pesquisas indicam que a qualidade das informações contábeis está relacionada à percepção de risco dos investidores e à capacidade de avaliação econômica das empresas. A adoção das normas internacionais de contabilidade, o fortalecimento dos mecanismos de governança corporativa e o aprimoramento das exigências regulatórias contribuíram para o desenvolvimento da qualidade dos relatórios financeiros, embora permaneçam desafios relacionados à complexidade das informações divulgadas e à capacidade dos usuários de interpretá-las adequadamente (Soderstrom; Sun, 2007; Santos et al., 2023).

A assimetria informacional também está diretamente relacionada aos conflitos de agência, pois gestores podem possuir incentivos para selecionar, enfatizar ou retardar determinadas informações conforme seus interesses econômicos ou estratégicos.

Nesse sentido, a governança corporativa, a auditoria independente e os controles internos funcionam como mecanismos destinados a reduzir a possibilidade de comportamentos oportunistas e ampliar a confiabilidade das informações disponibilizadas aos usuários externos (Jensen; Meckling, 1976; Velte, 2023).

A literatura demonstra ainda que a simples existência de informações disponíveis não garante a eliminação da assimetria informacional.

A qualidade da comunicação financeira depende da capacidade dos relatórios contábeis de apresentar informações relevantes, compreensíveis e capazes de representar adequadamente os riscos econômicos enfrentados pelas organizações. Assim, relatórios excessivamente complexos, divulgações incompletas ou evidenciações insuficientes podem

manter ou até ampliar a distância informacional entre gestores e investidores (Christensen; Glover; Wolfe, 2014).

Nesse sentido, este capítulo estabelece uma relação direta entre assimetria informacional e **desinformação contábil**. Propõe-se que a desinformação contábil representa uma condição capaz de intensificar a desigualdade informacional existente entre empresas e usuários externos, pois reduz a capacidade dos relatórios financeiros de cumprir sua função econômica de comunicação e redução da incerteza.

Dessa forma, quando informações relevantes não são adequadamente divulgadas, interpretadas ou compreendidas, investidores podem tomar decisões baseadas em uma percepção incompleta da realidade econômica da organização, aumentando riscos e comprometendo a confiança no mercado financeiro.

A governança corporativa constitui um dos principais mecanismos institucionais destinados a reduzir conflitos de interesse, ampliar a transparência organizacional e fortalecer a qualidade das informações divulgadas ao mercado. Em ambientes caracterizados pela separação entre propriedade e gestão, os administradores possuem maior acesso às informações internas da organização, criando condições para a existência de conflitos de agência e assimetrias informacionais. Dessa forma, estruturas de governança eficientes buscam estabelecer mecanismos de monitoramento e controle capazes de alinhar os interesses dos gestores aos objetivos dos acionistas e demais usuários da informação contábil (IBGC, 2023; Jensen; Meckling, 1976).

A literatura contemporânea destaca que práticas adequadas de governança corporativa contribuem para melhorar a qualidade dos relatórios financeiros, pois fortalecem os processos de supervisão, controle interno e prestação de contas (*accountability*).

Elementos como conselhos de administração independentes, comitês de auditoria atuantes, sistemas de gerenciamento de riscos e auditoria externa qualificada são considerados instrumentos

importantes para aumentar a confiabilidade das demonstrações financeiras e reduzir a possibilidade de falhas informacionais (OECD, 2023; VELTE, 2023).

Nesse contexto, a auditoria independente desempenha papel relevante na validação das informações financeiras divulgadas pelas organizações, funcionando como um mecanismo de redução da incerteza dos usuários externos.

Entretanto, a efetividade da auditoria depende da independência profissional, da qualidade dos procedimentos aplicados e da capacidade de identificar riscos relevantes associados às demonstrações contábeis. Estudos sobre auditoria destacam a importância dos mecanismos de assecuração e monitoramento para a qualidade das informações disponibilizadas aos usuários externos (Defond; Zhang, 2014).

Assim, a governança corporativa e os mecanismos de controle assumem papel fundamental na prevenção da desinformação contábil, pois atuam como barreiras institucionais destinadas a garantir maior transparência e confiabilidade informacional. Quando esses mecanismos apresentam fragilidades, aumenta o risco de que investidores e demais *stakeholders* tomem decisões baseadas em informações incompletas ou inadequadas, ampliando a assimetria informacional existente no mercado financeiro (OECD, 2023; IBGC, 2023).

Portanto, a análise da governança e dos controles corporativos torna-se indispensável para compreender os fatores que influenciam a qualidade da informação contábil e seus efeitos sobre a confiança dos agentes econômicos.

A partir das discussões apresentadas, observa-se que a relação entre qualidade da informação contábil e assimetria informacional ultrapassa a perspectiva tradicional de simples divulgação financeira.

A informação contábil possui função econômica essencial ao permitir que investidores, credores e demais usuários externos

reduzam incertezas e avaliem adequadamente o desempenho e os riscos das organizações. Entretanto, quando essa informação apresenta limitações quanto à relevância, representação fidedigna, transparência ou compreensibilidade, pode ocorrer um processo de ampliação da distância informacional entre gestores e usuários externos (Comitê de pronunciamentos contábeis, 2019; Scott, 2023).

Nesse contexto, este capítulo propõe a compreensão da **desinformação contábil** como um vetor de intensificação da assimetria informacional. Diferentemente da fraude contábil, que envolve necessariamente uma ação intencional de manipulação ou ocultação de informações, a desinformação contábil representa um fenômeno mais amplo, relacionado à incapacidade da informação divulgada de comunicar adequadamente a realidade econômica da entidade.

Essa condição pode ocorrer por meio de omissões relevantes, evidenciações insuficientes, excesso de complexidade informacional ou divulgação incapaz de demonstrar adequadamente riscos e incertezas (Healy; Palepu, 2001; Verrecchia, 2001).

A literatura sobre divulgação financeira demonstra que a transparência corporativa possui papel fundamental na redução das imperfeições do mercado, pois permite maior equilíbrio informacional entre empresas e investidores. Entretanto, quando os mecanismos de governança, auditoria e controle apresentam limitações, a informação contábil pode deixar de cumprir sua função de reduzir incertezas, favorecendo interpretações equivocadas e decisões econômicas inadequadas (OECD, 2023; IBGC, 2023).

Dessa forma, estabelece-se neste estudo que a desinformação contábil constitui um fenômeno capaz de conectar fragilidades na qualidade da informação, problemas de governança e aumento da assimetria informacional. Essa relação será utilizada como fundamento para a análise documental dos casos Americanas S.A. e Banco Master, buscando compreender como eventos

relacionados à divulgação financeira podem afetar a confiança dos agentes econômicos e a eficiência do mercado financeiro brasileiro.

Metodologia

O presente capítulo caracteriza-se como uma pesquisa de abordagem **qualitativa**, de natureza **descritiva e analítica**, desenvolvida por meio de **pesquisa documental**. A escolha dessa abordagem justifica-se pela necessidade de compreender, em profundidade, como a divulgação das informações contábeis e financeiras pode influenciar a percepção dos usuários externos e contribuir para a formação e ampliação de assimetrias informacionais no mercado financeiro brasileiro. A pesquisa foi realizada no período de **janeiro a julho de 2026**, abrangendo o levantamento, a seleção, a organização e a análise dos documentos relacionados aos casos investigados.

Conforme Flick (2022), a pesquisa qualitativa permite compreender fenômenos em seus contextos, considerando os significados, as relações e as interpretações construídas a partir dos dados analisados. De forma complementar, Creswell e Creswell (2023) destacam que a abordagem qualitativa é adequada para investigações que buscam compreender fenômenos complexos a partir da interpretação de informações e evidências contextualizadas. Nesse sentido, a abordagem adotada mostra-se pertinente ao objetivo deste estudo, uma vez que a investigação não se concentra na mensuração estatística de variáveis, mas na interpretação das informações contábeis, financeiras e institucionais relacionadas aos casos selecionados.

Quanto aos objetivos, a pesquisa caracteriza-se como **descritiva e analítica**, pois busca identificar, descrever e interpretar aspectos relacionados à qualidade da informação contábil, à transparência, à governança corporativa e aos mecanismos de divulgação presentes nos documentos analisados. Conforme Gil (2022), a pesquisa descritiva tem como finalidade a descrição das

características de determinado fenômeno ou população, podendo também estabelecer relações entre os elementos investigados. A dimensão analítica deste estudo decorre, portanto, da interpretação das evidências documentais e do estabelecimento de relações entre as categorias teóricas utilizadas para compreender o fenômeno investigado.

Quanto aos procedimentos técnicos, foi adotada a **pesquisa documental**, uma vez que o estudo foi desenvolvido a partir da análise de documentos públicos relacionados aos casos Americanas S.A. e Banco Master. Segundo Gil (2022), a pesquisa documental utiliza materiais que podem constituir fontes relevantes para a investigação científica, especialmente quando esses documentos são analisados de acordo com objetivos específicos de pesquisa. Dessa forma, os documentos selecionados constituem fontes fundamentais para compreender como as informações financeiras foram produzidas, divulgadas e apresentadas aos diferentes usuários e como essas informações podem ser relacionadas à assimetria informacional.

O **corpus documental** foi composto por demonstrações financeiras, notas explicativas, relatórios da administração, fatos relevantes, comunicados ao mercado, pareceres e relatórios de auditoria independente, documentos disponibilizados por órgãos reguladores, manifestações institucionais e demais documentos públicos diretamente relacionados aos eventos analisados.

Considerando sua pertinência em relação aos objetivos da pesquisa e às categorias analíticas estabelecidas.

A seleção dos documentos observou os seguintes critérios: **(a)** relação direta com os acontecimentos investigados; **(b)** disponibilidade pública; **(c)** relevância para a compreensão das informações financeiras divulgadas; e **(d)** contribuição para a análise das categorias teóricas estabelecidas no referencial teórico. Esses critérios tiveram como finalidade assegurar que o corpus documental fosse constituído por fontes pertinentes ao problema de

pesquisa e capazes de fornecer evidências para a interpretação dos fenômenos investigados.

A análise documental foi orientada por categorias analíticas construídas a partir do referencial teórico desenvolvido neste capítulo.

Foram estabelecidas cinco categorias de análise: (i) **qualidade da informação contábil**; (ii) **transparência e divulgação financeira**; (iii) **governança corporativa e mecanismos de controle**; (iv) **desinformação contábil**; e (v) **assimetria informacional**. Essas categorias permitiram organizar as evidências documentais e analisar de que maneira determinadas características das informações divulgadas podem influenciar a capacidade dos usuários externos de compreender a realidade econômico-financeira das organizações.

Para a interpretação dos dados, foi utilizada a **análise de conteúdo**, conforme a abordagem proposta por Bardin (2016). Esse procedimento possibilita organizar e interpretar o conteúdo presente nos documentos selecionados, permitindo identificar elementos recorrentes, significados, relações e padrões relevantes para os objetivos da investigação. Nesse sentido, a análise foi estruturada em três etapas: **pré-análise, exploração do material e tratamento, inferência e interpretação dos resultados**, conforme a sistematização proposta pela autora.

Na etapa de **pré-análise**, foram selecionados e organizados os documentos considerados pertinentes aos casos Americanas S.A. e Banco Master, observando-se os critérios previamente estabelecidos.

Na etapa de **exploração do material**, os documentos foram examinados de acordo com as categorias analíticas definidas, buscando-se identificar informações relacionadas à qualidade contábil, à transparência, à governança, aos mecanismos de controle, à desinformação contábil e à assimetria informacional.

Por fim, na etapa de **tratamento e interpretação**, as evidências identificadas foram relacionadas ao referencial teórico, buscando-se compreender os mecanismos pelos quais limitações na produção, divulgação ou compreensão das informações financeiras podem contribuir para a ampliação das diferenças informacionais entre os agentes econômicos (Bardin, 2016).

A escolha dos casos **Americanas S.A. e Banco Master** ocorre em razão da relevância dos respectivos acontecimentos para o debate contemporâneo sobre transparência, confiança, governança e qualidade das informações financeiras no mercado brasileiro. A análise comparativa dos documentos relacionados aos dois casos permite observar diferentes contextos institucionais e identificar elementos comuns ou distintos relacionados aos processos de divulgação e comunicação das informações financeiras.

Ressalta-se, contudo, que a análise não possui como finalidade estabelecer julgamentos jurídicos, determinar a ocorrência de ilícitos ou atribuir responsabilidades individuais. O propósito é compreender, sob uma perspectiva **contábil e econômica**, como os processos de produção, divulgação e comunicação das informações financeiras podem influenciar a percepção dos agentes econômicos e contribuir para a redução ou ampliação da assimetria informacional no mercado financeiro brasileiro.

Assim, a metodologia adotada permite analisar a relação entre **desinformação contábil e assimetria informacional**, considerando que a qualidade da informação financeira constitui elemento relevante para a redução das incertezas e para o fortalecimento da capacidade decisória dos usuários, busca-se compreender como limitações informacionais, fragilidades de governança, mecanismos de controle ou dificuldades de comunicação financeira podem contribuir para ampliar as diferenças de conhecimento entre as organizações e os participantes do mercado financeiro.

A opção pela pesquisa qualitativa, documental e orientada pela análise de conteúdo mostra-se, portanto, coerente com o problema e o objetivo estabelecidos neste capítulo, uma vez que possibilita examinar os documentos selecionados de maneira contextualizada e interpretativa, articulando as evidências empíricas às categorias teóricas relacionadas à qualidade da informação contábil, à governança corporativa, à desinformação contábil e à assimetria informacional (Flick, 2022; Gil, 2022; Bardin, 2016; Creswell; Creswell, 2023).

Resultados e discussão

Considerando os documentos públicos relacionados aos casos Americanas S.A. e Banco Master. Dessa forma, busca-se interpretar as evidências documentais não apenas quanto aos acontecimentos específicos de cada caso, mas também quanto aos mecanismos pelos quais limitações na qualidade, na divulgação e na compreensão das informações financeiras podem contribuir para a ampliação da assimetria informacional e afetar a confiança dos agentes econômicos no mercado financeiro brasileiro.

Análise documental do caso Americanas S.A.: desinformação contábil, transparência e assimetria informacional

O caso Americanas S.A. constitui uma evidência relevante para analisar a relação entre qualidade da informação contábil, transparência e assimetria informacional no mercado financeiro brasileiro. A análise dos documentos públicos relacionados ao caso evidencia que os acontecimentos produziram uma reavaliação da percepção dos agentes de mercado acerca da situação econômico-financeira da companhia, especialmente em relação às operações envolvendo obrigações com fornecedores e operações de natureza financeira.

Esse resultado reforça que a qualidade da informação contábil não depende apenas da existência de registros, mas

também de sua capacidade de representar e comunicar adequadamente a realidade econômica das transações aos usuários externos. A Estrutura Conceitual estabelece que a informação financeira útil deve apresentar relevância e representação fidedigna, características fundamentais para subsidiar decisões econômicas (Comitê de pronunciamentos contábeis, 2019).

No caso Americanas, a análise concentrou-se especialmente na forma como determinadas operações relacionadas ao financiamento das compras junto a fornecedores foram refletidas nas demonstrações financeiras. A questão central envolve a interpretação econômica dessas operações, considerando se suas características correspondiam exclusivamente a obrigações comerciais ou se apresentavam elementos semelhantes aos de operações financeiras. Essa distinção é relevante porque a classificação e a apresentação das obrigações podem afetar a interpretação da estrutura financeira, do endividamento e dos riscos da organização (Comitê de pronunciamentos contábeis, 2021; International accounting standards board, 2023).

A literatura sobre divulgação financeira demonstra que a comunicação corporativa exerce papel importante na redução dos problemas informacionais entre gestores e investidores. Os administradores possuem maior acesso às informações internas da organização, enquanto os usuários externos dependem das informações divulgadas para avaliar sua situação econômica e financeira. Dessa forma, limitações na transparência ou na qualidade da divulgação podem favorecer decisões baseadas em informações incompletas (Healy; Palepu, 2001).

Esse aspecto relaciona-se diretamente ao conceito de **desinformação contábil** proposto neste capítulo. A desinformação não se restringe à ausência de informações, podendo também estar relacionada à forma como informações relevantes são estruturadas, evidenciadas e comunicadas aos usuários. A literatura sobre *disclosure* demonstra que as escolhas relacionadas à divulgação

influenciam o ambiente informacional do mercado e a capacidade dos investidores de avaliar o valor e os riscos associados às organizações (Verrecchia, 2001).

Outro aspecto identificado refere-se à interpretação dos indicadores financeiros pelos agentes econômicos. Informações relacionadas ao endividamento, à geração de caixa e à estrutura das obrigações são relevantes para decisões de investimento e concessão de crédito. Nesse sentido, a informação contábil exerce função econômica quando contribui para reduzir incertezas e apoiar a avaliação dos riscos e do desempenho das organizações (Scott, 2023).

A análise do caso permite observar, portanto, que a assimetria informacional pode decorrer não apenas da inexistência de informações, mas também de limitações em sua qualidade, clareza ou representação. Essa situação é compatível com a perspectiva da teoria da agência, segundo a qual a separação entre propriedade e gestão cria conflitos de interesses e diferentes níveis de informação entre os agentes envolvidos (Jensen; Meckling, 1976).

Nesse contexto, mecanismos de governança, auditoria e controle assumem importância para ampliar a confiabilidade das informações divulgadas. A governança corporativa estabelece mecanismos destinados a fortalecer a transparência, a supervisão e a prestação de contas, enquanto a auditoria independente contribui para aumentar a confiabilidade das demonstrações financeiras (Instituto brasileiro de governança corporativa, 2023; Defond; Zhang, 2014).

Assim, os documentos analisados indicam que a forma de apresentação e comunicação das informações relacionadas a dívidas, fornecedores, créditos e financiamentos é relevante para a compreensão da situação econômico-financeira da companhia. Sob a perspectiva deste capítulo, limitações nessa comunicação podem contribuir para ampliar a distância entre a realidade econômica da organização e a percepção formada pelos usuários externos.

Análise documental do caso Banco Master: transparência, percepção de risco e confiança informacional

A análise do caso Banco Master deve considerar as particularidades do setor financeiro, no qual a confiança dos agentes econômicos e a percepção de risco possuem papel relevante. Instituições financeiras estão submetidas a mecanismos específicos de regulação e supervisão, e a qualidade das informações divulgadas constitui elemento importante para a avaliação de sua situação financeira e dos riscos associados às suas operações (Banco central do Brasil, 2024).

Os documentos públicos relacionados ao Banco Master permitem identificar discussões envolvendo transparência, estrutura financeira, riscos e percepção do mercado. Sob a perspectiva da assimetria informacional, informações incompletas ou de difícil interpretação podem aumentar a incerteza dos usuários e dificultar a avaliação da situação econômico-financeira da instituição. Nesse sentido, a qualidade da comunicação financeira constitui mecanismo relevante para reduzir diferenças informacionais entre a administração e os usuários externos (Healy; Palepu, 2001; Verrecchia, 2001).

A análise do caso sob a perspectiva da desinformação contábil não implica afirmar previamente a existência de irregularidades. O objetivo é compreender como a disponibilidade, a clareza e a forma de apresentação das informações financeiras podem influenciar a percepção dos agentes econômicos. A Estrutura Conceitual destaca a importância da relevância, da representação fidedigna e da compreensibilidade para que a informação financeira cumpra adequadamente sua função decisória (Comitê de pronunciamentos contábeis, 2019).

Esse aspecto é particularmente relevante no setor bancário, no qual a percepção dos riscos pode afetar as expectativas dos participantes do mercado. A literatura econômica demonstra que

diferenças na disponibilidade e na qualidade das informações podem gerar incerteza e comprometer a eficiência das decisões econômicas (Stiglitz, 2000). Além disso, mecanismos de governança e supervisão contribuem para fortalecer a transparência e a confiança nas instituições financeiras (Banco Central do Brasil, 2024; Organisation for economic co-operation and development, 2023).

A análise do caso Banco Master, portanto, reforça a necessidade de compreender a desinformação contábil para além da existência de erros ou fraudes. Neste capítulo, o conceito é utilizado para representar situações nas quais a informação disponibilizada aos usuários não é suficiente, clara ou adequada para permitir a compreensão da realidade econômica da organização. Sob essa perspectiva, transparência, governança e qualidade informacional constituem elementos relevantes para a redução da assimetria informacional e o fortalecimento da confiança no sistema financeiro.

Discussão integrada: desinformação contábil como mecanismo de ampliação da assimetria informacional

A análise comparativa dos casos Americanas S.A. e Banco Master permite identificar que a informação contábil exerce papel central na relação entre organizações e mercado. Embora os dois casos apresentem características institucionais distintas, ambos possibilitam discutir como a qualidade, a transparência e a forma de comunicação das informações influenciam a capacidade dos agentes econômicos de avaliar riscos, desempenho e perspectivas futuras.

Os resultados reforçam a proposição central deste capítulo de que a **desinformação contábil pode atuar como mecanismo de ampliação da assimetria informacional**. Essa conclusão decorre da análise conjunta das evidências documentais e do referencial teórico, segundo o qual a informação financeira desempenha função essencial na redução das incertezas e no suporte às decisões econômicas (Comitê de pronunciamentos contábeis, 2019; Healy; Palepu, 2001; Scott, 2023).

A principal contribuição analítica consiste em compreender que a assimetria informacional não decorre exclusivamente da ausência de informações. Ela também pode surgir quando as informações divulgadas apresentam limitações de qualidade, clareza, relevância ou capacidade de representar adequadamente a realidade econômica.

Nessa perspectiva, a desinformação contábil constitui uma dimensão qualitativa da assimetria informacional, caracterizada pela distância entre a informação disponibilizada e a capacidade efetiva dos usuários de compreender seus efeitos econômicos.

Assim, propõe-se o seguinte encadeamento teórico:

Quadro 1 – Encadeamento teórico-analítico da desinformação contábil e da assimetria informacional

Etapa do seu modelo	Base teórica principal	Autores
1. Fragilidade → Governança e controles	Teoria da Agência	Jensen e Meckling (1976); Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (2023); Organisation for Economic Co-operation and Development (2023).
2. Deterioração → Qualidade da informação	Gerenciamento de resultados / qualidade dos lucros	Dechow, Ge e Schrand (2010).
3. Opacidade → Desinformação contábil	Proposição autoral do capítulo	Proposição analítica desenvolvida neste capítulo.

4. Impacto Assimetria informacional	→	Assimetria informacional / seleção adversa	Akerlof (1970); Spence (1973); Stiglitz (2000).
5. Desfecho Incerteza e confiança	→	Informação, risco e mercado	Healy e Palepu (2001); Verrecchia (2001); Scott (2023)

Fonte: Elaborado pelo autor (2026), com base em Jensen e Meckling (1976), Akerlof (1970), Spence (1973), Stiglitz (2000), Healy e Palepu (2001), Verrecchia (2001), Dechow, Ge e Schrand (2010), Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (2023) e Organisation for Economic Co-operation and Development (2023).

Na primeira etapa, **fragilidades de governança e de controles** podem aumentar os riscos relacionados à produção, supervisão e divulgação das informações. Essa relação encontra fundamento na Teoria da Agência, segundo a qual a separação entre propriedade e gestão cria conflitos de interesses e custos de monitoramento (Jensen; Meckling, 1976).

A literatura contemporânea de governança também destaca a importância dos mecanismos de supervisão, transparência e prestação de contas para reduzir riscos relacionados à conduta corporativa (Instituto brasileiro de governança corporativa, 2023; Organisation for economic co-operation and development, 2023).

Na segunda etapa, essas fragilidades podem estar associadas à **deterioração da qualidade da informação**. A literatura sobre qualidade dos lucros demonstra que diferentes características das informações contábeis influenciam sua utilidade para os usuários e suas consequências econômicas (Dechow; Ge; Schrand, 2010). Portanto, a qualidade informacional constitui uma etapa intermediária entre os mecanismos internos da organização e os efeitos percebidos pelos usuários externos.

Na terceira etapa, **a opacidade informacional** é relacionada à desinformação contábil. Essa etapa constitui a principal proposição

analítica deste capítulo. A desinformação contábil é compreendida como um fenômeno no qual a informação formalmente disponibilizada não permite, de maneira adequada, que os usuários compreendam a realidade econômica da organização. Essa proposição amplia a discussão tradicional sobre qualidade da informação ao enfatizar não apenas a existência da informação, mas sua capacidade efetiva de comunicar e reduzir incertezas.

Na quarta etapa, a limitação da qualidade ou da compreensão das informações pode contribuir para a **ampliação da assimetria informacional**.

A literatura econômica demonstra que diferenças no acesso e na qualidade das informações afetam as decisões dos agentes e podem gerar ineficiências nos mercados (Akerlof, 1970; Spence, 1973; Stiglitz, 2000). No contexto contábil, a divulgação financeira constitui um mecanismo importante para reduzir essas diferenças entre gestores e usuários externos (Healy; Palepu, 2001).

Por fim, na quinta etapa, a ampliação da assimetria informacional pode produzir **maior incerteza e redução da confiança** dos participantes do mercado.

A qualidade da divulgação financeira influencia o ambiente informacional e a capacidade dos investidores de avaliar adequadamente o valor e os riscos das organizações (VERRECCHIA, 2001). Assim, quanto maior a distância entre a informação divulgada e a compreensão efetiva dos usuários, maior tende a ser a incerteza associada às decisões econômicas.

Os resultados encontrados indicam, portanto, que a transparência contábil deve ser compreendida como elemento relevante para a eficiência dos mercados financeiros. Quando a informação contábil cumpre adequadamente sua função econômica, contribui para reduzir incertezas e aproximar as percepções dos diferentes agentes.

Em sentido contrário, limitações na qualidade, na clareza ou na capacidade representativa das informações podem favorecer

decisões baseadas em percepções incompletas e ampliar a assimetria informacional.

Dessa forma, a análise dos casos Americanas S.A. e Banco Master sustenta a proposição de que a **desinformação contábil pode ser compreendida como um mecanismo intermediário entre fragilidades na governança e na qualidade informacional e a ampliação da assimetria informacional.**

Essa interpretação constitui a principal contribuição analítica do capítulo e permite articular Contabilidade, Economia da Informação e Governança Corporativa na compreensão dos efeitos da informação financeira sobre a confiança e a eficiência do mercado brasileiro.

Resultados e discussão

Este capítulo teve como objetivo **analisar as causas da desinformação contábil nos casos Americanas S.A. e Banco Master, discutindo seus efeitos sobre a assimetria informacional e a confiança no mercado financeiro brasileiro.** Com base na análise documental e na articulação das evidências encontradas com o referencial teórico, considera-se que o objetivo proposto **foi atendido**, uma vez que foi possível identificar elementos relacionados à qualidade da informação contábil, à transparência, à governança corporativa, aos mecanismos de controle e à comunicação financeira nos dois casos analisados.

A pesquisa partiu da premissa de que a qualidade da informação contábil constitui um importante mecanismo para reduzir as imperfeições informacionais existentes entre as organizações e seus usuários externos.

O referencial teórico demonstrou que informações relevantes, fidedignas, compreensíveis e tempestivas contribuem para reduzir incertezas e apoiar decisões de investidores, credores e demais usuários.

Em sentido contrário, limitações na qualidade ou na comunicação das informações podem dificultar a avaliação da realidade econômico-financeira das organizações e ampliar a distância informacional entre os diferentes agentes.

A revisão teórica também evidenciou avanços consolidados na literatura sobre qualidade da informação contábil, governança corporativa, teoria da agência, divulgação financeira e assimetria informacional.

Entretanto, identificou-se uma lacuna na sistematização da **desinformação contábil como categoria analítica específica**, sobretudo quanto à sua relação com a ampliação da assimetria informacional. Diante dessa lacuna, o capítulo propôs compreender a desinformação contábil como uma condição na qual as informações financeiras disponibilizadas não permitem aos usuários compreender adequadamente a realidade econômica da entidade, seja em decorrência de omissões relevantes, divulgação insuficiente, baixa transparência, excesso de complexidade ou dificuldades de interpretação.

A análise documental dos casos Americanas S.A. e Banco Master demonstrou que, embora os acontecimentos apresentem características institucionais distintas, ambos permitem discutir a importância da qualidade e da transparência das informações para a formação das percepções dos agentes econômicos.

Os documentos analisados evidenciam que a forma como informações financeiras são produzidas, apresentadas e comunicadas pode influenciar a capacidade dos usuários externos de avaliar riscos, desempenho e situação econômico-financeira das organizações.

No caso **Americanas S.A.**, a análise documental evidenciou a ocorrência de **fraude contábil relacionada ao tratamento e à apresentação de operações envolvendo obrigações com fornecedores**, cuja natureza financeira não teria sido adequadamente refletida nas informações disponibilizadas ao

mercado. O caso demonstra como a manipulação ou apresentação inadequada de informações contábeis pode comprometer a representação da realidade econômico-financeira da entidade, induzir os usuários a interpretações equivocadas e ampliar a assimetria informacional. Nesse sentido, a fraude identificada no caso constitui uma manifestação concreta da problemática analisada neste capítulo, na medida em que a informação disponibilizada aos usuários não refletia adequadamente a realidade econômica das operações.

No caso **Banco Master**, a análise documental identificou elementos que levantam **possíveis indícios de fraude e de desinformação financeira**, especialmente relacionados à transparência das informações, à percepção de risco e à compreensão da real situação econômico-financeira da instituição.

Diferentemente do caso Americanas, em que a fraude contábil constitui elemento central já identificado no caso, a análise do Banco Master deve ser tratada com cautela, utilizando-se a expressão **possível fraude**, enquanto os elementos documentais forem objeto de investigação e apuração. Sob a perspectiva deste capítulo, esses indícios são relevantes porque evidenciam como informações insuficientes, inadequadamente comunicadas ou capazes de induzir interpretações equivocadas podem contribuir para a desinformação contábil, ampliar a assimetria informacional e afetar a confiança dos agentes no mercado financeiro.

Dessa forma, a análise dos dois casos permite responder ao problema de pesquisa ao demonstrar que **a fraude contábil, no caso Americanas S.A., e os indícios de possível fraude associados à desinformação financeira, no caso Banco Master, evidenciam diferentes manifestações de fragilidades informacionais capazes de ampliar a assimetria entre administradores e usuários externos.**

Enquanto o caso Americanas evidencia os efeitos da fraude sobre a representação da realidade econômica da entidade, o caso Banco Master permite discutir os riscos associados à insuficiência, à

complexidade e à baixa transparência das informações. Em ambos os casos, a limitação da capacidade dos usuários de compreender adequadamente a situação econômico-financeira das organizações pode elevar a incerteza, dificultar a avaliação de riscos e comprometer a confiança no mercado.

A resposta ao problema, contudo, deve ser interpretada dentro dos limites da pesquisa. A análise documental não permite afirmar que a desinformação contábil tenha sido, isoladamente, a causa dos efeitos observados nos casos estudados. O que os resultados permitem sustentar é que **fragilidades na qualidade, na transparência e na comunicação das informações podem funcionar como mecanismos de ampliação da assimetria informacional**, especialmente quando os usuários externos dependem dessas informações para formar suas expectativas e tomar decisões econômicas.

Como contribuição teórica, o capítulo propõe uma estrutura analítica que relaciona **fragilidades de governança e controles; deterioração da qualidade da informação; desinformação contábil; ampliação da assimetria informacional; aumento da incerteza e possível perda de confiança**. Essa estrutura articula elementos da teoria da agência, da qualidade da informação contábil, da divulgação financeira e da economia da informação, contribuindo para uma interpretação integrada dos efeitos da informação contábil sobre o ambiente informacional do mercado.

Nesse sentido, a principal contribuição do estudo está na proposição da **desinformação contábil como categoria analítica**, e não na afirmação de que se trata de um conceito já consolidado na literatura contábil. A proposta desenvolvida neste capítulo amplia a discussão sobre qualidade da informação ao deslocar o foco exclusivamente da existência ou conformidade da informação para sua capacidade efetiva de comunicar a realidade econômica da organização e reduzir as incertezas enfrentadas pelos usuários.

Sob a perspectiva prática, os resultados reforçam a importância do fortalecimento dos mecanismos de **governança corporativa, controles internos, auditoria independente e transparência financeira**. Esses mecanismos podem contribuir para elevar a qualidade das informações disponibilizadas ao mercado e reduzir riscos relacionados à assimetria informacional. Além do atendimento às exigências normativas, torna-se relevante priorizar a clareza, a compreensibilidade, a relevância e a representação fidedigna das informações divulgadas.

O estudo apresenta, entretanto, limitações. A primeira decorre da utilização exclusiva de **documentos públicos**, não tendo sido realizadas entrevistas ou outras formas de coleta de dados primários com administradores, investidores, auditores, reguladores ou demais agentes envolvidos nos casos analisados. A segunda limitação está relacionada à análise de apenas **dois casos específicos**, o que impede a generalização dos resultados para todas as organizações ou segmentos do mercado financeiro brasileiro.

Além disso, por se tratar de uma análise qualitativa e documental, as conclusões devem ser compreendidas como interpretações fundamentadas nas evidências documentais selecionadas e não como demonstrações estatísticas de causalidade.

Como agenda para **novas pesquisas**, recomenda-se inicialmente o desenvolvimento e a validação de instrumentos capazes de **operacionalizar e mensurar a desinformação contábil**, transformando a proposição conceitual apresentada neste capítulo em indicadores observáveis. Estudos futuros também poderão investigar a relação entre desinformação contábil e **custo de capital, valor de mercado, volatilidade dos ativos, confiança dos investidores, gerenciamento de resultados e qualidade da governança corporativa**.

Sugere-se, ainda, a realização de pesquisas empíricas com **investidores, analistas, auditores, gestores e reguladores**, buscando compreender como diferentes usuários interpretam informações

contábeis consideradas complexas, incompletas ou insuficientemente transparentes. Estudos experimentais também poderão verificar se diferentes formas de apresentação das informações alteram a percepção de risco e as decisões dos usuários.

Outra possibilidade consiste na realização de **estudos comparativos entre setores econômicos**, considerando que a natureza e a complexidade das informações podem variar significativamente entre instituições financeiras, empresas comerciais, companhias industriais e organizações de outros segmentos. Pesquisas internacionais também poderão verificar se a relação proposta entre desinformação contábil e assimetria informacional apresenta comportamento semelhante em diferentes ambientes regulatórios e institucionais.

Por fim, estudos que acompanhem a evolução da qualidade das informações contábeis ao longo do tempo poderão analisar os efeitos de mudanças na divulgação financeira sobre a percepção de risco, o comportamento dos investidores e a confiança no mercado. Dessa forma, a proposição desenvolvida neste capítulo poderá ser examinada em diferentes contextos e situações, contribuindo para seu aperfeiçoamento conceitual e para o desenvolvimento de novas pesquisas sobre a desinformação contábil na Contabilidade.

Referências

AKERLOF, George A. The market for "lemons": quality uncertainty and the market mechanism. **The Quarterly Journal of Economics**, Oxford, v. 84, n. 3, p. 488–500, 1970.

ANDRADE, Liliane Maria Nery; FUJINO, Asa. Condicionantes da qualidade da informação contábil à luz do regime de informação do sistema de governança corporativa: uma aproximação conceitual. **Boletim de Conjuntura (BOCA)**, Boa Vista, v. 16, n. 48, p. 533–562, 2023. DOI: 10.5281/zenodo.10443460.

ANDRADE, Juliana Carvalho; **LEMES**, Sirlei. Adoção do CPC 47 e a qualidade da informação contábil sob a perspectiva do value relevance. **Revista de Contabilidade do Mestrado em Ciências Contábeis da UERJ**, Rio de Janeiro, v. 28, n. 1, p. 72–93, 2023. DOI: 10.12957/rcmccuerj.2023.81047.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Relatório de Estabilidade Financeira**. Brasília, DF: Banco Central do Brasil, 2024.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2016.

BALL, Ian. **Dynamic information provision: rewarding the past and guiding the future**. [S. l.]: arXiv, 2023.

CANONGIA, Marco Aurélio Goulart; SILVA, Cristina Maria Monteiro da Fonseca da; MACEDO, Marcelo Alvaro da Silva. Value relevance da informação contábil após 10 anos de IFRS no Brasil. **Sociedade, Contabilidade e Gestão**, Rio de Janeiro, v. 18, n. 1, p. 80–94, 2023. DOI: 10.21446/scg_ufrj.v0i0.56380.

CHRISTENSEN, Hans B.; HAIL, Luzi; LEUZ, Christian. **Economic analysis of widespread mandatory adoption of IFRS**.

CHRISTENSEN, Brant E.; GLOVER, Steven M.; WOLFE, Christopher J. Do critical audit matter paragraphs in the audit report change nonprofessional investors' decision to invest? **Auditing: A Journal of Practice & Theory**, v. 33, n. 4, p. 71–93, 2014.

COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS. **CPC 00 (R2): Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro**. Brasília, DF: CPC, 2019.

COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS. **CPC 26 (R1): Apresentação das Demonstrações Contábeis**. Brasília, DF: CPC, 2021.

CRESWELL, John W.; CRESWELL, J. David. **Research design: qualitative, quantitative, and mixed methods approaches**. 6. ed. Thousand Oaks: Sage, 2023.

DECHOW, Patricia; GE, Weili; SCHRAND, Catherine. Understanding earnings quality: a review of the proxies, their determinants and their consequences. **Journal of Accounting and Economics**, Amsterdam, v. 50, n. 2–3, p. 344–401, 2010.

DEFOND, Mark; ZHANG, Jieying. A review of archival auditing research. **Journal of Accounting and Economics**, Amsterdam, v. 58, n. 2–3, p. 275–326, 2014. DOI: 10.1016/j.jacceco.2014.09.002.

FLICK, Uwe. **An introduction to qualitative research**. 7. ed. London: Sage, 2022.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2022.

HEALY, Paul M.; PALEPU, Krishna G. Information asymmetry, corporate disclosure, and the capital markets: a review of the empirical disclosure literature. **Journal of Accounting and Economics**, Amsterdam, v. 31, n. 1–3, p. 405–440, 2001.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GOVERNANÇA CORPORATIVA. **Código das melhores práticas de governança corporativa**. 6. ed. São Paulo: IBGC, 2023.

INTERNATIONAL ACCOUNTING STANDARDS BOARD. **IFRS Accounting Standards**. London: IFRS Foundation, 2023.

JENSEN, Michael C.; MECKLING, William H. Theory of the firm: managerial behavior, agency costs and ownership structure. **Journal of Financial Economics**, Amsterdam, v. 3, n. 4, p. 305–360, 1976.

MENEZES TEODÓSIO, Igor Rodrigo; MEDEIROS, Jislene Trindade; VASCONCELOS, Alessandra Carvalho de; DE LUCA, Márcia Martins Mendes. Qualidade das informações contábeis e risco sistemático no mercado acionário brasileiro. **Revista Catarinense da Ciência Contábil**, Florianópolis, v. 22, e3357, 2023. DOI: 10.16930/2237-766220233357.

ORGANISATION FOR ECONOMIC CO-OPERATION AND DEVELOPMENT. **G20/OECD principles of corporate governance 2023**. Paris: OECD Publishing, 2023. DOI: 10.1787/ed750b30-en.

SANTOS, Ítalo da Costa; SANTOS, Kaio Luís de Azevêdo; QUEIROZ, Luziana Maria Nunes de; ARAUJO, Priscilla Pimentel Diogenes Gois de. O impacto do CPC 00 na qualidade da informação contábil. **Almanaque Multidisciplinar de Pesquisa**, [S. l.], v. 9, n. 2, 2023.

SCOTT, William R. **Financial accounting theory**. 9. ed. Toronto: Pearson, 2023.

SODERSTROM, Naomi S.; SUN, Kevin J. IFRS adoption and accounting quality: a review. **European Accounting Review**, v. 16, n. 4, p. 675–702, 2007.

SPENCE, Michael. Job market signaling. **The Quarterly Journal of Economics**, Oxford, v. 87, n. 3, p. 355–374, 1973.

STIGLITZ, Joseph E. The contributions of the economics of information to twentieth century economics. **The Quarterly Journal of Economics**, Oxford, v. 115, n. 4, p. 1441–1478, 2000.

VELTE, Patrick. The link between corporate governance and corporate financial misconduct: a review of archival studies and implications for future research. **Management Review Quarterly**, Springer, 2023.

VERRECCHIA, Robert E. Essays on disclosure. **Journal of Accounting and Economics**, Amsterdam, v. 32, n. 1–3, p. 97–180, 2001.

DESINFORMAÇÃO E EDUCAÇÃO INCLUSIVA: o podcast como estratégia de educação midiática e combate às fake news no contexto escolar

Luciana Quintana

Introdução

A transformação digital ampliou o acesso à informação, mas também favoreceu a disseminação de conteúdos enganosos. A velocidade com que informações circulam em redes sociais, aplicativos de mensagens e plataformas digitais dificulta processos de verificação. No contexto da Educação Inclusiva, essa realidade assume especial relevância, pois informações incorretas podem influenciar decisões familiares, práticas pedagógicas e políticas educacionais.

A inclusão escolar pressupõe o reconhecimento da diversidade humana e o compromisso com a participação de todos os estudantes. Entretanto, discursos desinformativos frequentemente reforçam estigmas e visões reducionistas sobre deficiência e transtornos do neurodesenvolvimento. Dessa forma,

torna-se necessário discutir estratégias capazes de promover pensamento crítico e ampliar o acesso a informações confiáveis.

Problema e Objetivos

Problema de pesquisa: de que maneira a desinformação interfere na Educação Inclusiva e como um podcast educativo pode contribuir para o enfrentamento das fake news no contexto escolar?

Objetivo geral: analisar os impactos da desinformação na Educação Inclusiva e propor um podcast como estratégia de educação midiática.

Objetivos específicos: identificar mitos recorrentes; discutir impactos sociais e educacionais; promover reflexão crítica; apresentar um produto educacional voltado à divulgação científica.

Referencial Teórico

A educação midiática e a inclusão escolar consolidam-se como pilares indissociáveis no enfrentamento à desinformação e às *fake news* na contemporaneidade. O ecossistema digital exige do ambiente educativo uma reconfiguração de suas práticas pedagógicas. Não basta apenas transferir conteúdos didáticos para suportes tecnológicos; torna-se urgente desenvolver o letramento crítico dos estudantes.

A desinformação escolar é combatida por meio do letramento digital transversal. O podcast surge como ferramenta de inclusão que, ao transcender as limitações visuais e de leitura, promove a autonomia cognitiva e a checagem de fatos.

A transformação radical no consumo e compartilhamento de informações provocada pelo avanço das tecnologias digitais trouxe para o ambiente escolar o desafio complexo da desinformação, frequentemente materializada em notícias falsas que afetam diretamente o senso crítico dos estudantes.

Diante desse cenário, a educação inclusiva assume um papel indispensável, demandando que os processos de ensino-aprendizagem ofereçam ferramentas cognitivas para que todos os alunos consigam compreender e questionar a realidade ao seu redor.

Essa necessidade dialoga diretamente com a célebre premissa de Paulo Freire de que a leitura do mundo precede a leitura da palavra, indicando que o combate à desinformação no ecossistema escolar contemporâneo exige capacitar o estudante para interpretar criticamente a realidade mediada pelas telas.

Assim, a alfabetização midiática vai muito além do simples domínio técnico de ferramentas e dispositivos digitais. O letramento midiático desenvolve habilidades que atualmente são essenciais, oportunizando assim que o sujeito possa participar de forma ativa na sociedade, de forma crítica, ética e com responsabilidade.

Quando articulada à perspectiva inclusiva, essa abordagem precisa ser flexibilizada para acolher as especificidades de estudantes com deficiência visual, auditiva ou cognitiva, impedindo que qualquer sujeito seja marginalizado.

Essa visão converge com o conceito de Educomunicação, onde Soares (2011), defende a construção de ecossistemas comunicativos abertos e democráticos no espaço escolar, onde a intencionalidade pedagógica promove a equidade e a autonomia de indivíduos historicamente vulnerabilizados.

É nesse horizonte que o podcast desponta como uma estratégia metodológica de expressivo valor pedagógico e inclusivo. Por se estruturar como um formato eminentemente focado no áudio, ele rompe barreiras textuais e visuais tradicionais, facilitando o acesso de alunos com deficiência visual ou com severas dificuldades de leitura e escrita, ao mesmo tempo em que engaja o público jovem por meio de uma linguagem conectada ao seu cotidiano.

Ao ser integrado ao planejamento didático, o podcast atua como um catalisador de dinâmicas essenciais, impulsionando a desconstrução de narrativas manipuladoras por meio da análise de estruturas de boatos, estimulando o protagonismo estudantil na pesquisa e checagem de fatos, e favorecendo a acessibilidade cognitiva ao respeitar os diferentes ritmos de aprendizagem da neurodiversidade escolar.

O enfrentamento das notícias falsas exige, portanto, um esforço institucional que conecte o debate teórico à prática social e comunitária dos alunos. Alinhando-se aos objetivos da Estratégia Brasileira de Educação Midiática da Secretaria de Comunicação Social, a resiliência de uma comunidade contra a desinformação depende de práticas educativas voltadas para a verificação rigorosa de fontes e para o uso consciente das redes sociais.

A produção de podcasts consolida essa articulação ao viabilizar projetos como agências de checagem escolares, nas quais os estudantes debatem e desmistificam conteúdos enganosos que circulam em suas próprias redes de convívio, expandindo o saber escolar para além dos muros da instituição.

Dessa forma, a integração entre educação midiática, combate à desinformação e práticas inclusivas não representa uma escolha metodológica eletiva, mas sim uma exigência democrática contemporânea. A utilização do podcast como recurso didático democratiza o letramento informacional e une a acessibilidade ao pensamento crítico, cumprindo a função social da escola de formar cidadãos conscientes, autônomos e preparados para navegar eticamente no universo digital.

Diante da proliferação massiva de conteúdos intencionalmente falsos ou distorcidos, a escola assume o papel de formar cidadãos autônomos. O uso do *podcast* emerge nesse cenário como um instrumento pedagógico potente. Ele viabiliza tanto a construção de competências analíticas quanto a garantia de acessibilidade universal.

O fenômeno da desinformação afeta as dinâmicas sociais e compromete o debate público democrático.

De acordo com Santaella (2021), a velocidade com que as narrativas falsas circulam pelas redes digitais supera a capacidade de verificação dos usuários comuns. Esse fluxo é impulsionado por algoritmos projetados para engajar através da emoção, e não do critério factual. No espaço escolar, esse cenário reflete-se na reprodução de preconceitos e na aceitação acrítica de conteúdos imagéticos, sonoros ou textuais.

Como destaca Bacich e Moran (2018), combater essa realidade exige transitar de uma postura passiva de consumo para uma postura ativa de investigação e curadoria. A educação midiática deixa de ser uma atividade complementar e assume o status de eixo curricular transversal obrigatório para a sobrevivência cognitiva no século XXI.

A inclusão escolar ganha novos contornos quando intersectada com os desafios da cultura digital. Promover uma educação inclusiva não se restringe à presença física de estudantes com deficiência ou em vulnerabilidade social na sala de aula; envolve a garantia de ferramentas para a participação social plena. Mantoan (2015) sinaliza que a exclusão frequentemente se manifesta na ausência de alternativas de expressão e recepção de saberes.

Quando os materiais de combate à desinformação são puramente textuais ou visuais complexos, estudantes com deficiência visual, dislexia ou dificuldades acentuadas de letramento são marginalizados do processo de checagem. A vulnerabilidade informacional amplia-se onde faltam recursos de acessibilidade pedagógica.

É sob essa perspectiva que a produção de *podcasts* revela sua alta utilidade pedagógica e inclusiva. O formato em áudio opera sob a ótica do Desenho Universal para a Aprendizagem (DUA), beneficiando múltiplos perfis cognitivos e sensoriais de forma simultânea.

Para Freire (2019), o processo de conscientização e leitura de mundo consolida-se por meio do diálogo e da autoria. Ao planejar, pesquisar, roteirizar e gravar um episódio de *podcast*, o estudante vivencia o papel de produtor de mídia. Esse protagonismo estudantil é fundamental para desmistificar a engrenagem de produção das notícias. Os alunos aprendem a checar fontes, diferenciar fatos de opiniões e compreender o impacto ético de suas próprias publicações virtuais.

A estruturação dessa estratégia no ecossistema escolar pode ser organizada em etapas interdependentes, como na ordem a seguir:

a)Mapeamento de Rumores: Identificação de notícias suspeitas compartilhadas na comunidade escolar.

b)Checagem e Curadoria: Investigação da veracidade do conteúdo por meio de fontes oficiais e científicas.

c)Roteirização Coletiva: Redação do texto em linguagem simples, dividindo funções de locução e edição de áudio.

d)Gravação e Acessibilidade: Captação do áudio combinada com a elaboração de transcrições textuais para estudantes surdos.

A dimensão inclusiva do *podcast* atua em duas frentes complementares. Na recepção, o áudio atende diretamente às necessidades de estudantes cegos ou com baixa visão, eliminando as barreiras da leitura tradicional de telas. Na produção, o caráter multifacetado do projeto permite que cada aluno contribua com suas habilidades específicas.

O estudante com dificuldades de escrita pode ter grande destaque na locução ou na sonoplastia; o aluno com TEA (Transtorno do Espectro Autista), focando no rigor técnico da pesquisa de dados

estruturados. Conforme aponta Jenkins (2014), a cultura participativa nas escolas prospera quando há caminhos diversos para a criação e a validação do conhecimento individual dentro do coletivo.

Conclui-se que o uso de *podcasts* como ferramenta pedagógica responde aos desafios contemporâneos da desinformação ao aliar o rigor da educação midiática ao acolhimento da educação inclusiva. O combate às *fake news* ganha eficácia quando deixa de ser uma imposição proibitiva e passa a ser uma construção reflexiva exercitada no cotidiano escolar.

Ao transformar salas de aula em espaços de produção midiática acessível, a escola cumpre sua função social de assegurar o direito à informação, o desenvolvimento do pensamento crítico e a emancipação digital de todos os educandos, sem exceção.

O papel do professor orientador consolida-se como mediador indispensável na transição entre o consumo passivo de mídias e a produção crítica de *podcasts*.

A implementação de uma estratégia pedagógica focada em educação midiática e inclusão não ocorre de forma espontânea. Ela exige uma curadoria pedagógica intencional e planejada.

De acordo com Tardif (2014), os saberes docentes mobilizados na ação pedagógica integram tanto o domínio dos conteúdos quanto a sensibilidade para adaptar as ferramentas tecnológicas às realidades heterogêneas da sala de aula. O docente deixa de ser o detentor exclusivo da informação e assume o papel de arquiteto de ambientes de aprendizagem colaborativos, garantindo que a tecnologia sirva à inclusão e ao desenvolvimento do pensamento crítico, e não à exclusão ou à mera distração.

A mediação docente no combate às *fake news* exige o desenvolvimento da competência de "aprender a duvidar" de forma metodológica. Conforme defende Kenski (2012), o professor deve propor desafios que estimulem os estudantes a analisar a arquitetura das plataformas digitais, as intenções econômicas por trás dos

cliques e os mecanismos de engajamento que propagam a desinformação.

No desenvolvimento do *podcast*, essa orientação traduz-se em oficinas de checagem conduzidas pelo docente. O professor ensina a identificar o viés de confirmação, a realizar a leitura lateral de abas no navegador e a cruzar dados com agências de checagem e bases científicas confiáveis. Essa postura investigativa transforma o ambiente escolar em um laboratório vivo de formação cidadã.

Sob o olhar da educação inclusiva, a gestão da sala de aula pelo professor requer a aplicação prática do Desenho Universal para a Aprendizagem (DUA) durante todas as etapas do projeto radiofônico. Libâneo (2013) enfatiza que o planejamento didático deve prever a diversidade de ritmos, interesses e capacidades dos educandos como a norma, e não como a exceção.

Ao mediar a produção do *podcast*, o professor atua para eliminar barreiras atitudinais e de comunicação, através da mediação docente no DUA

- **Flexibilização de Tempos:** Organização de cronogramas flexíveis que respeitem o tempo de processamento cognitivo de cada estudante.
- **Diversificação de Funções:** Distribuição equitativa de tarefas, valorizando as habilidades neurodiversas (pesquisa minuciosa, edição técnica ou comunicação oral).
- **Múltiplas Formas de Expressão:** Estímulo ao uso de recursos sonoros, efeitos sonoros (sonoplastia) e transcrições textuais simultâneas para contemplar diferentes canais de aprendizagem.

Além disso, a atuação do professor orientador se estende à construção de um ambiente de segurança psicológica e respeito mútuo. A produção de mídia escolar envolve a exposição da voz e das ideias dos alunos, o que pode gerar insegurança, especialmente

em estudantes com histórico de exclusão ou dificuldades de comunicação.

Prensky (2012) aponta que os estudantes da era digital respondem melhor a desafios reais onde suas vozes são validadas e ouvidas fora dos muros da escola. O papel do docente é, portanto, criar redes de apoio entre os próprios alunos, promovendo o trabalho entre pares onde a cooperação substitui a competição. Dessa forma, a produção do *podcast* atua como um catalisador de empatia, no qual os estudantes aprendem a ouvir o outro com o mesmo rigor crítico com que analisam as notícias da internet.

Por fim, a mediação pedagógica culmina na avaliação formativa e processual de todo o percurso. O foco do professor orientador não se restringe à qualidade técnica do produto final de áudio, mas concentra-se no amadurecimento reflexivo demonstrado pela turma. Avalia-se a evolução da autonomia do estudante diante das fontes de informação, sua capacidade de trabalhar em equipe e o compromisso ético assumido com a verdade.

Ao exercer uma mediação sensível e tecnicamente embasada, o docente consolida o *podcast* não apenas como uma ferramenta tecnológica passageira, mas como uma estratégia política e pedagógica de resistência democrática e de acolhimento à diversidade humana no espaço escolar.

Percurso metodológico da produção de podcasts na escola detalhado

A introdução de mídias sonoras no espaço escolar exige um planejamento que supere o uso meramente instrumental da tecnologia. Conforme aponta Moran (2018), as metodologias ativas ganham sentido quando colocam o estudante no centro do processo de aprendizagem, transformando a sala de aula em um espaço de pesquisa, criação e colaboração.

A produção de um *podcast* pedagógico materializa essa premissa, estruturando-se em quatro fases distintas: curadoria

temática, roteirização, gravação e edição, e distribuição, conforme demonstrado acima e detalhado abaixo em ordem de execução do fluxo.

A. Curadoria Temática e Pesquisa

A primeira fase consiste na delimitação do tema e no levantamento de fontes. Os estudantes deixam de ser receptores passivos e passam a atuar como investigadores. Freire (2019) argumenta que a educação autêntica envolve a investigação do "universo temático" dos educandos, conectando os conteúdos curriculares à leitura de mundo.

Nesta etapa, o professor orienta a turma a mapear problemas locais, temas científicos ou debates históricos, ensinando-os a checar a veracidade das informações e a selecionar fontes bibliográficas e documentais confiáveis.

B. Roteirização e Linguagem Audiovisual

O roteiro é a espinha dorsal do projeto radiofônico. Escrever para o ouvido exige uma transposição didática específica, caracterizada pela clareza, concisão e oralidade. Segundo Meditsch (2002), a escrita radiofônica deve simular a conversação espontânea para prender a atenção do ouvinte.

Os alunos aprendem a estruturar o texto em blocos, prevendo vinhetas de introdução, momentos de transição musical (cortinas sonoras), desenvolvimento das ideias centrais e encerramento. Essa atividade qualifica a competência escritora e a capacidade de síntese textual.

C. Gravação e Edição Técnica

A etapa técnica envolve a materialização do roteiro por meio da captação de voz e do trabalho de sonoplastia. A gravação exercita a postura corporal, a dicção, a entonação e a escuta atenta do outro.

A edição, por sua vez, constitui um exercício de organização lógica e estética. É o momento em que os estudantes cortam ruídos, ajustam os volumes das trilhas de fundo (em *background*) e inserem os efeitos sonoros necessários para dar ritmo à narrativa, conforme os parâmetros de criatividade discutidos por Kenski (2012).

D. Distribuição e Compartilhamento

O ciclo pedagógico fecha-se com a publicação do material para além dos muros da escola. Compartilhar o conhecimento produzido confere relevância social ao esforço dos estudantes.

Ao disponibilizar os episódios em plataformas de *streaming* de áudio de acesso público ou na rádio poste da escola, a comunidade escolar é integrada ao debate. Esse movimento oportuniza a validação dos jovens como produtores de cultura e de saberes relevantes para a sociedade.

A dimensão temporal e a articulação da autonomia

A estruturação de um cronograma em fases não visa à mera eficiência produtiva, mas sim à garantia de um tempo pedagógico que respeite a ecologia do aprendizado.

De acordo com Freire (2019), o tempo da educação autêntica é o tempo do diálogo, do amadurecimento e da conscientização. A pressa tecnicista anula o pensamento crítico, transformando a tecnologia em um fim em si mesma. O planejamento bimestral a seguir justifica-se pela necessidade de dilatar o espaço de reflexão de cada educando, conforme o ciclo de maturação cognitiva descrito abaixo.

- A Quinzena da Investigação Dialógica

A destinação das duas primeiras semanas exclusivamente à pesquisa e à delimitação temática fundamenta-se na necessidade de romper com a cultura do imediatismo digital. Em uma sociedade saturada por fluxos contínuos de informação instantânea, o ato de

desacelerar para checar dados assume um caráter de resistência pedagógica.

Sob o prisma de Moran (2018), a imersão inicial em fontes seguras reconstrói o papel do estudante como um sujeito que interroga a realidade, transformando a curiosidade ingênua em curiosidade epistemológica. Este período prolongado permite que alunos com ritmos diferenciados de processamento cognitivo localizem seu espaço de contribuição sem a pressão da entrega imediata.

- A Quinzena da Estética Textual (Roteirização)

O período dedicado à transposição do texto para a linguagem oral ativa zonas específicas da competência comunicativa. Meditsch (2002) lembra que a escrita radiofônica não é uma cópia menor da escrita impressa, mas uma arquitetura sonora que exige sensibilidade artística e empatia com o ouvinte.

Dedicar duas semanas a esse refinamento garante que o grupo debata a fundo as nuances das palavras, o peso dos silêncios e a ética do discurso. Teoricamente, esta etapa promove a inclusão ao validar diferentes formas de inteligência verbal, permitindo que a escrita coletiva dilua as dificuldades individuais de ortografia em favor da potência da argumentação oral.

- A Quinzena da Materialização Tecnológica

O bloco dedicado ao manejo técnico do som representa o ponto em que o pensamento abstrato ganha corpo físico e estético. Como argumenta Kenski (2012), a apropriação tecnológica pelos estudantes só gera emancipação quando eles compreendem os mecanismos de produção por trás da mensagem.

Ao reservar um tempo substancial para a captura e a edição, evita-se a exclusão daqueles que não possuem familiaridade prévia com as ferramentas digitais. O tempo dilatado transforma o erro

técnico em uma oportunidade de aprendizagem colaborativa, onde o domínio da ferramenta é socializado entre os pares.

- A Quinzena da Validação e da Alteridade

O fechamento do cronograma com a escuta coletiva e a circulação social do conhecimento cumpre a função de devolver a produção à comunidade, fechando o ciclo da práxis freiriana. A publicação do *podcast* para além dos muros escolares não é um ato de vaidade institucional, mas uma necessidade pedagógica de dar sentido real ao esforço do educando.

Ao se perceberem escutados, os jovens experimentam a cidadania ativa. A escuta do trabalho do outro desenvolve a alteridade, ensinando a turma a acolher a diversidade de opiniões, estilos e abordagens que caracterizam uma sociedade democrática e plural.

Sistemática de avaliação pedagógica formativa e processual

A avaliação de um projeto de mídia escolar não pode se pautar nos moldes tradicionais de exames punitivos ou meramente classificatórios. Luckesi (2011) defende que a avaliação da aprendizagem deve ser um ato diagnóstico e inclusivo, que subsidie a tomada de decisões do professor para o avanço do aluno, em vez de apenas registrar uma nota final.

No contexto da produção de *podcasts*, adota-se uma abordagem estritamente formativa, focada no acompanhamento processual de cada estudante, como no Tripé da Avaliação Formativa descrito abaixo:

A. Autoavaliação Reflexiva

Ao final de cada etapa (pesquisa, roteiro e gravação), os estudantes respondem a questionários individuais ou participam de rodas de conversa para avaliar o próprio desempenho.

Eles analisam suas dificuldades técnicas, o cumprimento dos prazos estabelecidos e o nível de engajamento com o grupo. Esse exercício desenvolve a metacognição e a autonomia, permitindo que o educando reconheça seus pontos fortes e os aspectos que necessitam de melhoria.

B. Avaliação por Pares

O trabalho em equipe exige o exercício constante da alteridade e da cooperação. Na avaliação por pares, os integrantes de um mesmo grupo analisam a contribuição mútua para o sucesso do projeto, enquanto grupos diferentes oferecem *feedbacks* construtivos sobre os episódios dos colegas antes da publicação final.

Essa dinâmica, fundamentada nos princípios de cooperação de Demo (2015), fortalece o respeito mútuo, a capacidade de aceitar críticas e o refinamento do senso estético e argumentativo da turma.

C. Rubricas de Desempenho Didático

Para garantir a transparência e a objetividade do processo avaliativo, o professor utiliza rubricas preestabelecidas e compartilhadas com a turma desde o início do projeto. Essas matrizes dividem a avaliação em critérios claros com diferentes níveis de proficiência (excelente, satisfatório, em desenvolvimento). Os critérios sugeridos englobam:

- **Rigor Conceitual:** Veracidade, profundidade da pesquisa e uso correto das fontes de informação.
- **Colaboração e Trabalho em Equipe:** Participação ativa nas reuniões, respeito às decisões coletivas e divisão justa de tarefas.
- **Qualidade Técnica e Linguagem:** Clareza na locução, criatividade na sonoplastia, organização e coerência do roteiro.

Ao diversificar os instrumentos de avaliação, o docente assegura que o foco pedagógico recaia sobre as competências socioemocionais e cognitivas desenvolvidas ao longo de toda a jornada, e não apenas no acabamento técnico do produto de áudio final.

Fundamentação filosófica da matriz de rubricas

A avaliação por meio de rubricas detalhadas afasta-se definitivamente do paradigma do exame tradicional, que historicamente funcionou como um instrumento de exclusão, rotulação e seleção social. Baseando-se nos estudos de Luckesi (2011), a avaliação formativa assume uma função estritamente amorosa e diagnóstica: ela acolhe a situação atual do estudante para projetar os passos necessários ao seu crescimento, sem julgá-lo de forma estanque.

A matriz de critérios objetivos teoricamente atua como um escudo contra a arbitrariedade da nota subjetiva. Ao partilhar as regras do jogo com a turma desde o início, o professor descentraliza o poder e estabelece uma relação de transparência e mutualidade, conforme a dinâmica da avaliação formativa descrita abaixo, onde a divisão dos critérios abrange as múltiplas dimensões do desenvolvimento humano:

- **A Dimensão Ético-Cognitiva (Rigor Conceitual):** Avalia-se o compromisso com a verdade e a profundidade investigativa. Em tempos de desinformação programada, o rigor na checagem converte-se em uma competência de sobrevivência democrática.
- **A Dimensão Estético-Narrativa (Estrutura e Linguagem):** Observa-se a capacidade de transpor o conhecimento formal para uma linguagem acessível e atraente. Avaliar a clareza textual significa reconhecer o

direito do outro de compreender a mensagem transmitida.

- **A Dimensão Socioemocional (Trabalho Coletivo e Inclusão):** Este critério coloca o foco pedagógico na cooperação humana. Conforme preconiza Demo (2015), a autoria se fortalece no diálogo com o coletivo. Avalia-se como o grupo acomodou as diferenças e garantiu que os membros neurodiversos ou com dificuldades de comunicação tivessem suas contribuições valorizadas, combatendo ativamente a exclusão interna.
- **A Dimensão Técnica-Operacional (Qualidade e Sonoplastia):** A busca pela qualidade do áudio não se ampara em um preciosismo estético, mas no respeito ao ouvinte. Um áudio bem equalizado e limpo garante o conforto da escuta e a eficácia da transmissão do conhecimento.
- **A Dimensão Política da Acessibilidade:** A exigência da transcrição textual e do uso de tecnologias assistivas eleva a inclusão de um plano idealizado para uma prática concreta. Avaliar a acessibilidade significa incutir no estudante a consciência de que seu produto cultural deve estar disponível para todos, sem barreiras linguísticas ou sensoriais.

Acessibilidade digital e ferramentas para inclusão

A tecnologia na educação só cumpre sua função social quando atua como ferramenta de equalização de oportunidades. Mantoan (2015) afirma que a escola inclusiva é aquela que abre espaço para todos os alunos, sem exceções, e que reorganiza suas práticas para acolher a diversidade humana de modo incondicional.

No desenvolvimento de projetos de áudio, a acessibilidade digital deve ser pensada desde a concepção da atividade, garantindo autonomia tanto para os estudantes que produzem quanto para a

comunidade que consome o material, como demonstrado abaixo na Arquitetura do Podcast Inclusivo:

A. Softwares Livres e Plataformas de Edição Acessíveis

A escolha das ferramentas técnicas deve priorizar a gratuidade e a usabilidade. O *software* de edição de áudio *Audacity* destaca-se no cenário educacional por ser multiplataforma, gratuito e possuir ampla compatibilidade com leitores de tela (como NVDA e JAWS) para computadores. Isso viabiliza a participação de estudantes com deficiência visual no processo de edição técnica.

Para dispositivos móveis, aplicativos simplificados como o *WavePad* ou o próprio gravador nativo do sistema operacional permitem manipulações rápidas por meio de comandos de voz e interfaces táteis limpas, democratizando o manuseio por alunos com diferentes níveis de coordenação motora.

B. Transcrição Textual e Textos Alternativos

A produção de mídia sonora gera barreiras comunicacionais para pessoas surdas ou com deficiência auditiva. Para solucionar esse obstáculo, todo *podcast* escolar deve vir acompanhado de sua transcrição textual integral textual disponibilizada no site da escola ou na descrição do episódio.

A utilização de ferramentas automatizadas de conversão de voz em texto, como o *Google Docs Voice Typing* ou aplicativos de inteligência artificial de transcrição aberta, agiliza esse processo, cabendo aos alunos a revisão ortográfica e a inserção de marcadores de som (exemplo: música alegre ao fundo).

C. Diversidade de Funções e Desenho Universal

O Desenho Universal para a Aprendizagem (DUA) orienta o planejamento para que o mesmo objetivo pedagógico possa ser alcançado por diferentes caminhos. Se um estudante possui severas limitações na fala, sua contribuição essencial pode concentrar-se na

redação detalhada do roteiro, na pesquisa de fontes na internet ou na seleção de efeitos sonoros.

Da mesma forma, alunos com transtorno do espectro autista (TEA) que manifestem hipersensibilidade auditiva podem atuar na coordenação editorial do projeto, garantindo que o cronograma seja cumprido. A diversificação de papéis assegura que a tecnologia funcione como um elemento de inclusão e emancipação sociodigital, eliminando os riscos de segregação na sala de aula.

Paulo Freire defende uma educação crítica baseada no diálogo e na problematização da realidade. Essa perspectiva contribui para compreender a necessidade de formar sujeitos capazes de analisar informações e questionar discursos dominantes.

Maria Teresa Eglér Mantoan destaca que a inclusão escolar exige transformações estruturais e culturais na escola. A simples presença do estudante não garante inclusão; é necessário assegurar participação e aprendizagem.

Pierre Lévy discute os impactos da cultura digital e da inteligência coletiva na circulação do conhecimento. Manuel Castells analisa a sociedade em rede e os novos fluxos informacionais. Esses autores oferecem bases para compreender a produção e disseminação da desinformação em ambientes digitais.

Epitemologia da acessibilidade e justiça digital

A escolha do *software* livre *Audacity* e a implementação de comandos textuais de teclado transcendem a dimensão instrumental e situam-se no campo da justiça digital e da equidade educacional.

Mantoan (2015) adverte que a verdadeira inclusão não se resume a inserir o estudante com deficiência no espaço físico comum, mas sim em transformar a arquitetura curricular e material para que ele possa exercer sua autonomia intelectual nas mesmas condições que os demais.

Quando o ambiente escolar está devidamente informado e amparado por conhecimentos técnicos sobre acessibilidade, a

tecnologia deixa de ser uma barreira invisível e passa a atuar como um elemento de emancipação.

A substituição do mouse por atalhos lógicos de teclado reconfigura a relação do estudante cego com o objeto de conhecimento. O mouse é um dispositivo intrinsecamente visual e espacial; exigir seu uso exclusivo em softwares de edição significa sentenciar o aluno com deficiência visual à exclusão ou à eterna dependência de um leitor vidente.

Os comandos estruturados do *Audacity* realizam uma tradução temporal e lógica do som

A mediação de um docente bem-informado sobre essas possibilidades técnicas e teóricas impede que o estudante com deficiência seja relegado a funções periféricas ou meramente figurativas no grupo.

Munido de leitores de tela configurados e dominando a lógica dos atalhos, o aluno cego assume o papel de técnico, de criador e de editor chefe. A tecnologia inclusiva, portanto, desconstrói o viés da incapacidade e reconstrói o espaço escolar como um território de justiça epistêmica, onde todas as mentes e todas as vozes têm o direito pleno de produzir cultura e ciência.

4. Desinformação, Pós-Verdade e Educação Midiática

A desinformação pode ser compreendida como a circulação de informações falsas ou enganosas capazes de influenciar percepções e comportamentos. O conceito de pós-verdade refere-se a contextos nos quais emoções e crenças exercem maior influência que evidências objetivas.

Nesse cenário, a educação midiática surge como ferramenta fundamental. Ela envolve competências relacionadas à leitura crítica da mídia, à verificação de fontes, à análise de discursos e à produção ética de conteúdo. Para a Educação Inclusiva, essas competências são essenciais, pois contribuem para combater preconceitos e narrativas excludentes.

Educação Inclusiva e Barreiras Atitudinais

A legislação brasileira reconhece o direito à educação inclusiva. Contudo, a efetivação desse direito ainda encontra obstáculos. Entre eles destacam-se as barreiras atitudinais, frequentemente alimentadas pela desinformação.

Mitos como “a inclusão prejudica os demais estudantes”, “alunos com deficiência aprendem menos” ou “o AEE substitui a sala de aula comum” continuam circulando em diferentes espaços. Tais discursos influenciam expectativas, decisões pedagógicas e relações sociais.

Fake News sobre Inclusão Escolar

Entre os exemplos mais frequentes encontram-se falsas informações sobre autismo, TDAH, deficiência intelectual e direitos educacionais. Em muitos casos, conteúdos sem embasamento científico são compartilhados como se fossem evidências.

As consequências incluem aumento do preconceito, insegurança das famílias, adoção de práticas inadequadas e enfraquecimento das políticas inclusivas. O enfrentamento desse fenômeno requer estratégias de comunicação acessíveis e permanentes.

Metodologia

Este estudo caracteriza-se como pesquisa bibliográfica de natureza qualitativa, articulada à proposição de um produto educacional. Foram considerados documentos legais, produções acadêmicas e obras de referência sobre inclusão, comunicação e educação midiática.

Como produto educacional propõe-se o podcast “Inclusão sem Mitos”, estruturado em episódios temáticos voltados para professores, estudantes, famílias e gestores escolares.

Produto Educacional: Podcast Inclusão sem Mitos

O podcast tem como objetivo democratizar o acesso ao conhecimento científico e combater a desinformação. Os episódios abordam temas como fake news, autismo, TDAH, AEE, capacitismo, direitos educacionais, verificação de fontes e educação midiática.

Sugestão de episódios:

1. O que é desinformação?
2. Mitos sobre autismo.
3. Fake news sobre TDAH.
4. O papel do AEE.
5. Inclusão baseada em evidências.
6. Capacitismo e redes sociais.
7. Como verificar informações.
8. Educação midiática para professores.
9. Família e inclusão.
10. Construindo uma cultura inclusiva.

Discussão

A utilização de podcasts apresenta vantagens pedagógicas importantes. Trata-se de um recurso acessível, de baixo custo e compatível com diferentes contextos formativos. Além disso, favorece a aproximação entre universidade, escola e comunidade.

Ao traduzir conhecimentos científicos para uma linguagem acessível, o podcast contribui para reduzir a distância entre produção acadêmica e prática educacional. Dessa forma, pode fortalecer a formação continuada e ampliar o alcance das discussões sobre inclusão.

Considerações Finais

A desinformação constitui uma barreira significativa para a consolidação da Educação Inclusiva. O enfrentamento desse problema exige ações educativas permanentes, desenvolvimento do pensamento crítico e fortalecimento da educação midiática.

O podcast “Inclusão sem Mitos” apresenta potencial para atuar como ferramenta de divulgação científica, formação continuada e promoção de uma cultura inclusiva baseada em evidências. Ao combater fake news e ampliar o acesso a informações confiáveis, contribui para a defesa dos direitos educacionais e para a valorização da diversidade humana.

Referências

BRASIL. **Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015.** Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência. Brasília: MEC,, 2015.

BRASIL. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva.** Brasília: MEC, 2008.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em redes.** São Paulo: Paz e Terra.

DEMO, Pedro. **Aprender como autor.** São Paulo: Atlas, 2015.

DEMO, Pedro. Educação hoje: “novas” tecnologias, pressões e oportunidades. Campinas: Papirus, 2015.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia.** São Paulo: Paz e Terra.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido.** 68. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2019.

JENKINS, Henry; FORD, Sam; GREEN, Joshua. **Cultura da conexão: criando valor e significado por meio da mídia propagável.** Rio de Janeiro: Aleph, 2014.

LÉVY, Pierre. **Cibercultura.** São Paulo: Editora 34.

LUCKESI, Cipriano Carlos. **Avaliação da aprendizagem escolar: estudos e proposições**. 22. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Inclusão escolar: o que é? por quê? como fazer?**. 5. ed. São Paulo: Summus, 2015.

MEDITSCH, Eduardo. **O jornalismo é uma forma de conhecimento?** Covilhã: Biblioteca Online de Ciências da Comunicação (BOCC), 2002. Disponível em: <http://bocc.ufp.pt/pag/meditsch-eduardo-jornalismo-conhecimento.pdf>. Acesso em: 16 jul. 2026.

OPENAI. ChatGPT. Versão GPT-4. ferramenta de inteligência artificial voltada à produção de textos e suporte acadêmico. 2026. Disponível em: <https://openai.com>. Acesso em: 16 jul. 2026.

PRENSKY, Marc. **Aprendizagem baseada em jogos digitais**. São Paulo: Senac São Paulo, 2021.

SANTAELLA, L. **A pós-verdade é verdadeira ou falsa?** São Paulo: Estação das Letras e Cores, 2018.

SANTAELLA, L. As irmãs siamesas fake news e pós-verdade expandidas nas deepfakes. **TECCOGS – Revista Digital de Tecnologias Cognitivas**, n. 23, p. 15-24, 202

TARDIF, Maurice. **Saberes docentes e formação profissional**. 17. ed. Petrópolis: Vozes, 2014.

UNESCO. **Educação para Todos: diretrizes para inclusão educacional**.

KENSKI, Vani Moreira. **Tecnologias e ensino presencial e a distância**. 9. ed. Campinas: Papyrus, 2012.

DESINFORMAÇÃO E NEURODIVERGÊNCIA: sobre os atravessamentos na Educação Inclusiva

Helemy dos Santos Ferreira Mendanha
Francisco Gilson Rebouças Pôrto Júnior

Introdução

O conceito de desinformação não se constitui em um conceito novo (Brisola; Bezerra, 2018), porém no contexto contemporâneo da hiperconectividade assume contornos exponenciais de proporções incontroláveis. Fato esse que torna a comunicação uma espécie de operadora tanto na circulação de informações quanto na produção e disseminação de desinformação em larga escala (Castells, 2009; Wardle; Derakhshan, 2017).

Nesse ambiente, a profusão de características, sintomas e checklists voltados ao autodiagnóstico de neurodivergência¹ tem se

¹ Entende-se aqui o conceito de neurodivergência conforme abordado no e-book "Transtornos da aprendizagem: abordagem neurobiológica e Multidisciplinar" pelos organizadores Rotta, Ohlweiler e Riesgo (2016), onde embora não especifique o termo fundamenta o conceito através da definição de transtornos do neurodesenvolvimento e da análise da

intensificado, favorecendo a circulação de muitas informações equivocadas e a simplificação de condições complexas.

Embora conteúdos dessa natureza possam ampliar a visibilidade do tema, também podem contribuir para a banalização de diagnósticos, quando a identificação com determinados traços passa a ser considerada de forma isolada como equivalente a uma avaliação clínica ampla, especializada e contextualizada. Como apontado por Yeung, Ng e Abi-Jaoude (2022), em estudo sobre conteúdos relacionados ao TDAH no TikTok, por exemplo, onde 52% dos vídeos mais populares analisados continham informações enganosas.

No Brasil, o direito a um sistema educacional inclusivo contempla estudantes com deficiência, transtorno do espectro autista, altas habilidades ou superdotação, com base na igualdade de oportunidades e sem discriminação, de acordo com o Decreto nº 12.773, que institui a Política Nacional de Educação Especial Inclusiva e a Rede Nacional de Educação Especial Inclusiva — posteriormente regulamentado pela Portaria nº 421/2026.

Considerando esse cenário, realizaremos neste estudo uma análise sobre os efeitos da desinformação na promoção da Educação Inclusiva acerca da neurodivergência em ambientes educativos.

Metodologia

A metodologia abordada aqui será a pesquisa exploratória bibliográfica, pois a partir deste procedimento técnico realizaremos um levantamento de documentos já elaborados com o propósito de aprimorar ideias e evidenciar problemas (Gil, 2010).

Baseado na definição de Pádua (p. 34, 2007), a caracterização desta pesquisa se dará de forma qualitativa quanto a abordagem, pois compreende-se como um estudo que procura se ater “com o

variabilidade biológica e genética do cérebro humano. O que hoje é compreendido como uma arquitetura neural diferente resultado de uma heterogeneidade neurobiológica.

significado dos fenômenos e processos sociais, levando em consideração as motivações, crenças, valores, representações sociais, que permeiam a rede de relações sociais (PÁDUA, 2007, p. 34, grifo da autora).

Para organização da investigação de forma mais delimitada será utilizado o procedimento de mapeamento. De acordo com Biembengut (2008), este procedimento compreende a identificação, classificação, organização, reconhecimento (ou análise) das concepções teóricas e resultados principais de produções existentes.

A partir desse esboço, o mapeamento será realizado por meio de buscas nos bancos de dados do Google Acadêmico, periódicos da CAPES, ERIC - Institute of Education Sciences e numa plataforma auxiliar de Inteligência Artificial — Perplexity IA.

Como guia de busca serão usados os seguintes descritores: DESINFORMAÇÃO E NEURODIVERGÊNCIA, MISINFORMATION AND NEURODIVERGENCE, DISINFORMATION AND NEURODIVERGENCE nos bancos de dados e plataforma auxiliar, respectivamente mencionados acima.

Resultados e Discussões

Embora o objetivo deste trabalho esteja localizado nos atravessamentos da desinformação no campo da Educação Inclusiva, mais especificamente no que se refere ao público neurodivergente, a escolha por termos descritores mais amplos deu-se de forma proposital e propositiva, buscando evidenciar a visibilidade — ou a invisibilização — dessa população e de suas demandas no campo científico e educacional.

O mapeamento com a utilização dos descritores mencionados na seção anterior retornou os seguintes resultados:

Tabela 1 – Resultados quantitativos da busca em diferentes fontes e descritores

DESCRITORES	FONTES	
	GOOGLE ACADÊMICO	PERPLEXITY (IA)
DESINFORMAÇÃO E NEURODIVERGÊNCIA	TOTAL 108	TOTAL 15
	FILTRADOS 3	FILTRADOS 9
	RELEVANTES 0	RELEVANTES 1
MISINFORMATION AND NEURODIVERGENCE	TOTAL 3580	TOTAL 24
	FILTRADOS 213	FILTRADOS 7
	RELEVANTES 5	RELEVANTES* 0
DISINFORMATION AND NEURODIVERGENCE	TOTAL 1100	TOTAL 43
	FILTRADOS 66	FILTRADOS 11
	RELEVANTES* 0	RELEVANTES* 0

Fonte: Elaboração própria (2026). * Excluindo duplicatas.

Num primeiro momento, os descritores foram inseridos sem nenhuma filtragem, retornando no Google Acadêmico um total de 108 resultados para o descritor DESINFORMAÇÃO E NEURODIVERGÊNCIA, 3580 resultados para o descritor MISINFORMATION AND NEURODIVERGENCE e 1100 resultados DISINFORMATION AND NEURODIVERGENCE.

Depois foi aplicada a filtragem para selecionar somente resultados em formato de artigo, resultando assim no Google Acadêmico em 3 artigos para o descritor DESINFORMAÇÃO E NEURODIVERGÊNCIA, 213 para o descritor MISINFORMATION AND NEURODIVERGENCE e 66 para o descritor DISINFORMATION AND NEURODIVERGENCE.

Destes resultados, selecionou-se a relevância para o presente trabalho a partir da leitura dos títulos e resumos. Destacando-se assim, artigos para o descritor MISINFORMATION AND NEURODIVERGENCE e nenhum artigo para os descritores DESINFORMAÇÃO E NEURODIVERGÊNCIA e DISINFORMATION AND NEURODIVERGENCE. Este último, visto que foram excluídas as duplicatas.

As buscas também foram realizadas em uma fonte de Inteligência Artificial, a escolhida no caso foi a Perplexity IA, onde inseriu-se o seguinte *prompt*²:

"Comporte-se como pesquisador doutor da área de Ciências, Tecnologias e Inclusão e me indique artigos que abordem os descritores XXXXXXXX"

Como número total dos resultados retornaram 15 para o descritor DESINFORMAÇÃO E NEURODIVERGÊNCIA, 24 para o descritor MISINFORMATION AND NEURODIVERGENCE e 43 para o descritor DISINFORMATION AND NEURODIVERGENCE.

Aplicando a mesma filtragem que foi aplicada no Google Acadêmico —somente resultados em formato de artigo —, retornaram 9 artigos para o descritor DESINFORMAÇÃO E NEURODIVERGÊNCIA, 5 para o descritor MISINFORMATION AND NEURODIVERGENCE e 11 para o descritor DISINFORMATION AND NEURODIVERGENCE.

² No contexto utilizado aqui, Inteligência Artificial, trata-se do comando executado no modelo IA utilizado na busca de uma resposta específica.

Após selecionada a relevância segundo a leitura dos títulos e resumos, a triagem resultou em 1 artigo — no formato *Preprint*³ — para o descritor MISINFORMATION AND NEURODIVERGENCE e nenhum artigo para os descritores DESINFORMAÇÃO E NEURODIVERGÊNCIA e DISINFORMATION AND NEURODIVERGENCE. Assim como no Google Acadêmico, os últimos descritores mencionados tiveram os dados duplicados excluídos.

Além das fontes de busca apresentadas na Tabela 1, também se pesquisou nas páginas dos Periódicos da CAPES e ERIC - Institute of Education Sciences, porém nenhum dos descritores utilizados retornou resultados, portanto, esses dados não compuseram a tabela.

Deste mapeamento, após a triagem relatada, foram selecionados 6 artigos científicos⁴ a serem analisados segundo a proposta deste estudo, conforme identificados na tabela a seguir.

Tabela 2 – Artigos mapeados*

TÍTULO	AUTOR(ES)	ANO
TikTok-inspired self-diagnosis and its implications for educational psychology practice	Foster; Ellis	2024
Support needs for students with autism spectrum disorder beyond university accommodations: enhancing educator awareness — a literature review	Hallam; Young; Grigg; Schenk; Cilliers; Hattery	2024
**Neurodiversidade e os traços neurodivergentes não evidentes: guias de boas práticas institucionais	Beni; Bagatini; Baroni; Cardoso; Gomes; Lopes; Jover	2025

³ Formato de artigo científico em versão preliminar que embora já esteja disponibilizado publicamente no repositório, ainda não foi revisado por pares e formalmente aceito em uma revista acadêmica.

⁴ Sendo um deles ainda *Preprint*.

e um modelo para inclusão no ensino superior e no ambiente de trabalho		
Autistic Children's Wellbeing at School: A Systematic Review	Carroll; Simpson; Adams	2026
Formative framework for inclusive faculty development in higher education	Colmenárez; Luengo; Bustillos; Quintero	2026
Social Media Influence on ADHD Self-Diagnosis and Misdiagnosis: A Narrative Review of Clinical Risks and Epidemiological Trends	Kwiatkowski; Leżańska; Palyga; Sowińska; Cieślak; Demkow; Paluszkiewicz; Marcinkowska; Siemińska; Bryg	2026

Fonte: Elaboração própria (2026). *Após a triagem. ***SciELO Preprints*.

Os artigos selecionados possuem em comum abordagens que examinam os desafios enfrentados por indivíduos neurodivergentes em contextos acadêmicos e/ou digitais. De forma mais específica, elencaremos abaixo cada um deles e seus respectivos recortes de relevância para nossa investigação.

Em *"TikTok-inspired self-diagnosis and its implications for educational psychology practice"*, Foster e Ellis (2024) abordam sob uma perspectiva psicológica, porque os jovens buscam o TikTok atrás de autodiagnóstico em relação a condições de saúde mental e neurodivergência.

Os autores aplicam teorias de identidade social e pertencimento para mostrar que o autodiagnóstico pode gerar validação e senso de comunidade a jovens que por barreiras diversas, não têm acesso a um diagnóstico formal. Apontando também, o papel dos algoritmos na criação de "bolhas de

confirmação” e discutindo como psicólogos educacionais podem se apropriar dessas plataformas de forma proativa para divulgar informações baseadas em evidências científicas e apoiar os jovens em seus processos de construção identitária.

Embora o conteúdo das redes sociais possa ser clinicamente impreciso, ele contribui para reduzir o estigma e facilita a busca por ajuda. Nesse sentido, a inclusão ocorre por uma via informal e ainda não regulamentada, que precisa avançar para reconhecer as experiências identitárias desses jovens e, ao mesmo tempo, enfrentar as barreiras estruturais que os levam ao autodiagnóstico informal.

Na revisão de literatura *“Support needs for students with autism spectrum disorder beyond university accommodations: enhancing educator awareness — a literature review”*, Hallam et al. (2024) destacam que estudantes com Transtorno do Espectro Autista (TEA) enfrentam desafios sociais e sensoriais significativos que frequentemente levam a taxas de conclusão de curso mais baixas. E que acomodações acadêmicas padrão (como tempo extra para avaliações) por si só são insuficientes para promover inclusão e permanência no Ensino Superior.

Embora Hallam et al. (2024) estejam realizando abordagem especificamente sobre estudantes com Transtorno do Espectro Autista (TEA), compreendemos este como relevante, pois se enquadra no amplo escopo da neurodivergência. E nesse estudo apontam que a falta de conhecimento especializado e a presença de visões distorcidas dentro das universidades constituem barreiras críticas esses estudantes.

O estudo evidencia que a desinformação não se limita à circulação de “fatos falsos” online, mas também está relacionada à falta de letramento sobre neurodiversidade nas instituições. Sem informações adequadas e uma compreensão mais consciente do tema, as universidades deixam de apoiar estudantes

neurodivergentes, reforçam processos de exclusão e fazem com que esses alunos enfrentem sozinhos sistemas burocráticos complexos.

No *preprint* “*Neurodiversidade e os traços neurodivergentes não evidentes: guias de boas práticas institucionais e um modelo para inclusão no ensino superior e no ambiente de trabalho*” de Beni et al. (2025) propõem um modelo conceitual e diretrizes práticas para promover a inclusão de pessoas neurodivergentes, especificamente com TEA (nível 1 de suporte) e TDAH, no Ensino Superior e no mercado de trabalho. Fundamentados no lema “Nada sobre nós sem nós”⁵, os autores utilizam uma metodologia participativa para identificar traços não evidentes que geralmente são mascarados ou ignorados por políticas institucionais.

O estudo evidencia que a inclusão efetiva depende do combate a mitos e da adoção de uma nova compreensão sobre o funcionamento neurológico humano, correlacionando-se de forma direta ao combate à desinformação como uma ferramenta para superar o desconhecimento institucional e os estigmas que cercam a neurodiversidade.

Carroll, Simpson e Adams (2026), no artigo “*Autistic Children’s Wellbeing at School: A Systematic Review*”, embora tratem especificamente de estudantes autistas no ensino fundamental e médio, apresentam uma revisão sistemática de 11 estudos voltados ao bem-estar desse público no contexto escolar.

A revisão identifica que o bem-estar desses alunos é multidimensional, abrangendo aspectos emocionais, sociais, acadêmicos, físicos e relacionados às perspectivas de futuro. Sendo principais operadores para a promoção desse bem-estar

⁵ Charlton (1998), relata o lema adaptado da luta contra o *Apartheid* para a causa da deficiência como expressão máxima da demanda de emancipação, autodeterminação e poder político do movimento das pessoas com deficiência no mundo todo. Para Sasaki (2007), o lema “Nada sobre nós, sem nós” parte do princípio de que nenhuma decisão ou resultado sobre pessoas com deficiência deve ser concebido sem a participação plena e efetiva destas mesmas pessoas.

funcionários escolares de apoio, relacionamentos positivos entre pares e ambientes sensoriais adequados. Em contrapartida, o bullying, a falta de estrutura e ambientes barulhentos são elencados como grandes barreiras.

Este artigo se correlaciona a falta de conhecimento adequado e a presença de mensagens mal-informadas com impactos negativos no bem-estar e na identidade de estudantes autistas, prejudicando a forma como eles se percebem e como são aceitos no ambiente escolar.

Aponta ainda que, geralmente, o nível de conhecimento e treinamento dos educadores sobre o autismo é deficiente. E essa carência de informações precisas, ou uso de definições genéricas e inadequadas reproduz atitudes negativas que dificultam a criação de ambientes inclusivos e atuam como uma barreira significativa para o bem-estar dos estudantes.

No artigo *“Formative framework for inclusive faculty development in higher education”*, Colmenárez et al. (2026) apresentam um framework formativo para a inclusão no Ensino Superior, propondo uma transição fundamental do paradigma do déficit para o paradigma da diferença. Um modelo acadêmico que deixa de tratar a diversidade como uma deficiência a ser corrigida e passa a encará-la como uma variabilidade humana legítima que enriquece o ambiente educacional.

Ao articular seis dimensões centrais, incluindo o Desenho Universal para a Aprendizagem (DUA), avaliações inclusivas e o uso ético da Inteligência Artificial para personalizar o ensino sem desumanizá-lo, o estudo defende que a inclusão deve ser uma estratégia de design proativo e uma questão de justiça social, em vez de apenas adaptações para alunos específicos. Propondo assim capacitação de docentes para transformarem as culturas institucionais, garantindo que a equidade e a participação plena sejam pilares da inovação pedagógica universitária.

Nesse âmbito, os autores destacam que a IA generativa pode reproduzir as convenções da escrita acadêmica sem possuir compreensão semântica ou justificativa epistêmica, o que gera riscos de "aparência de coerência" confundida com legitimidade acadêmica, podendo resultar na propagação de desinformação e alucinações algorítmicas.

Por isso, o framework propõe que os professores atuem como validadores do conhecimento, preservando sua autoridade epistêmica ao verificar e contextualizar as informações geradas por ferramentas tecnológicas. A supervisão humana, nesse sentido, é indispensável para evitar que a IA amplifique desigualdades ou ofereça feedbacks de baixa qualidade baseados em dados enviesados.

Em *"Social Media Influence on ADHD Self-Diagnosis and Misdiagnosis: A Narrative Review of Clinical Risks and Epidemiological Trends"* de Kwiatkowski et al. (2026), analisam como as redes sociais, especialmente o TikTok, influenciam a percepção e o diagnóstico do TDAH em adultos. Mesmo que as plataformas digitais colaborem para reduzir o estigma e ajudem na identificação desse grupo, os autores alertam que mais da metade do conteúdo viral é clinicamente impreciso.

A promoção dessa desinformação pode gerar a autodiagnóstico equivocado e pressiona o sistema de saúde, resultando em um aumento drástico nas prescrições medicamentosas e em riscos de diagnósticos errôneos. Destaca-se ainda que algoritmos de recomendação e a ampliação da telemedicina sem a rigorosidade de critérios clínicos agravam esse cenário epidemiológico. Recomendando-se assim que profissionais de saúde ajustem suas práticas clínicas para lidar com pacientes que modelaram suas expectativas por informações online não checadas.

Ao relacionar esse debate à Educação Inclusiva, observa-se que a generalização de sintomas comuns pode favorecer

autodiagnósticos imprecisos e gerar demandas por adaptações escolares sem o rigor clínico previsto pelo DSM-5-TR. Além disso, a cibercondria⁶ e a vulnerabilidade de estudantes com TDAH ao uso problemático de telas evidenciam a necessidade de a escola fortalecer a literacia digital e atuar em parceria com referências científicas, a fim de garantir que os recursos de inclusão sejam direcionados a estudantes com prejuízos funcionais reais.

Ainda que nenhum dos artigos tratem explicitamente do conceito desinformação, esses retornaram como resultados aos termos buscadores utilizados, pois permeiam os efeitos do conceito na efetivação da inclusão de estudantes neurodivergentes.

Cabe destacar também que dos trabalhos mapeados, apenas uma pesquisa analisa o contexto brasileiro e ainda consta em formato *preprint*, ou seja, os trabalhos com esta interface ainda são escassos no país, constituindo uma lacuna de pesquisa.

Considerações Finais

A desinformação sobre a neurodivergência manifesta-se de forma latente como o próprio "Paradigma do Déficit", que erroneamente rotula a diferença humana como uma patologia ou "falta" a ser corrigida. No ambiente educacional, essa desinformação é alimentada por uma superestima e generalização de parte dos sistemas de ensino e educadores no que se refere a sua compreensão sobre condições neurodivergentes, reproduzindo assim práticas que forcem a conformidade e padronização em vez de promoverem o suporte real.

Nas redes sociais, a desinformação cria um ciclo de retroalimentação perigoso, onde o algoritmo das plataformas induz

⁶ De acordo com Starcevic e Berle (2013), cibercondria é o efeito que leva pessoas excessivamente angustiadas ou ansiosas com sua saúde a realizarem repetidas e excessivas buscas relativas à saúde na Internet para ficarem mais assustadas e ansiosas. Podendo também pode ser compreendido como uma forma de busca de segurança, sendo uma manifestação mista de saúde e hipocondria.

ao autodiagnóstico de condições neurodivergentes baseado em sintomas genéricos que ignoram complexidades clínicas. Em termos de inclusão, isso significa que as instituições enfrentam o desafio de acolher identidades digitais muitas vezes construídas sobre bases frágeis.

De forma prática, a desinformação reflete no mascaramento social e na invisibilidade de traços neurodivergentes não evidentes, fazendo com que persistam mitos associados à "preguiça" ou "falta de esforço" que forcem os indivíduos se exaurirem para parecerem neurotípicos, um processo que pode levar de forma culminante ao esgotamento psíquico, burnout, colapso funcional.

Quando a diversidade é vista sob esse paradigma, as consequências para a promoção da Educação Inclusiva são devastadoras diminuindo as expectativas dos docentes sobre o potencial dos alunos e prejudicando o vínculo de confiança necessário para o aprendizado. A falta de literacia sobre neurodiversidade entre o corpo docente resulta em ambientes de alta demanda, que permanecem excludentes por serem pensados e planejados apenas para corpos e mentes "normativos", ignorando barreiras sensoriais e sociais críticas aumentando índices de reprovação e evasão.

Cabe ainda chamar atenção ao fato dessa pesquisa ter localizado dentre os artigos, apenas um localizado no cenário nacional, ainda em formato *preprint*, o que reforça evidência de lacuna a ser preenchida neste campo de estudo.

Referências

BENI, Priscila Ferreira; BAGATINI, Daniela Duarte da Silva; BARONE, Dante Augusto de Couto; CARDOSO, Denise Andrade; GOMES, Fabiana Baptista Maurer; AMARAL, Liz; LOPES, Maura Corcini; JOVER, Renato Schneider Rivero. Neurodiversidade e os traços neurodivergentes não evidentes: guias de boas práticas institucionais e um modelo para inclusão no ensino superior e no

ambiente de trabalho. *SciELO Preprints*, 29 maio 2025. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.12091>. Acesso em: 20 jul. 2026.

BIEMBENGUT, Maria Salett. **Mapeamento na pesquisa educacional:** mapa teórico. Rio de Janeiro: Ciência Moderna, 2008.

BRASIL. **Decreto nº 12.773**, de 8 de dezembro de 2025. Altera o Decreto no 12.686, de 20 de outubro de 2025, que institui a Política Nacional de Educação Especial Inclusiva e a Rede Nacional de Educação Especial Inclusiva. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, ano 162, n. 234, p. 4, 9 dez. 2025. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2025/decreto/d12773.htm Acesso em: 20 jul. 2026.

BRASIL. Ministério da Educação. **Portaria nº 421**, de 15 de maio de 2026. Regulamenta a Política Nacional de Educação Especial Inclusiva e operacionaliza a Rede Nacional de Educação Especial Inclusiva. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, n. 91, p. 45, 18 maio 2026. Disponível em: <https://www.in.gov.br/web/dou/-/portaria-mec-n-421-de-15-de-maio-de-2026-706292988> Acesso em: 20 jul. 2026.

BRISOLA, Anna.; BEZERRA, Arthur Coelho. Desinformação e circulação de “fake news”: distinções, diagnóstico e reação. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 19., 2018, Londrina. **Anais eletrônicos...** Londrina: UEL, 2018. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/354655091_DESINFORMACAO_E_CIRCULACAO_DE_FAKE_NEWS_DISTINCOES_DIAGNOSTICO_E_REACAO. Acesso em: 20 jul. 2026.

CARROLL, Annette; SIMPSON, Kate; ADAMS, Dawn. Autistic Children's Wellbeing at School: A Systematic Review. **Review Journal of Autism and Developmental Disorders**, [S. l.], 11 mar. 2026. DOI: <https://doi.org/10.1007/s40489-026-00540-6>. Acesso em: 20 jul. 2026.

CASTELLS, Manuel. **Communication power**. Oxford: Oxford University Press, 2009.

CHARLTON, James I. **Nothing about us without us**: disability oppression and empowerment. Berkeley: University of California Press, 1998. Disponível em: <https://www.ucpress.edu/book/9780520224810/nothing-about-us-without-us>. Acesso em: 10 ago. 2026.

COLMENÁREZ, María; LUENGO, Dílida; BUSTILLOS, Mayra; QUINTERO, Yolvy. Formative framework for inclusive faculty development in higher education. **Frontiers in Education**, Lausanne, v. 11, e1855198, 2026. Disponível em: <https://doi.org/10.3389/feduc.2026.1855198>[cite: 2]. Acesso em: 20 jul. 2026.

FOSTER, Alma; ELLIS, Natasha. TikTok-inspired self-diagnosis and its implications for educational psychology practice. **Educational Psychology in Practice**, v. 40, n. 4, p. 491-508, 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/02667363.2024.2409451>. Acesso em: 20 jul. 2026.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

HALLAM, Catherine; YOUNG, Jennifer; GRIGG, Kim Koranda; SCHENK, Lisa; CILLIERS, Hannah; HATTERY, Zarren. Support needs for students

with autism spectrum disorder beyond university accommodations: enhancing educator awareness — a literature review. **Journal of Scholarly Engagement**, v. 7, n. 2, p. 71-81, 2024. Disponível em: <https://scholarlyengagement.com/2024/12/11/support-needs-for-students-with-autism-spectrum-disorder-beyond-university-accommodations-enhancing-educator-awareness-a-literature-review/> Acesso em: 20 jul. 2026.

KWIATKOWSKI, Mateusz; LEŻAŃSKA, Zofia; PAŁYGA, Emil; SOWIŃSKA, Joanna; CIEŚLAK, Aleksandra; DEMKOW, Sara; PALUSZKIEWICZ, Natalia; MARCINKOWSKA, Katarzyna; SIEMIŃSKA, Karolina; BRYG, Sandra. Social Media Influence on ADHD Self-Diagnosis and Misdiagnosis: A Narrative Review of Clinical Risks and Epidemiological Trends. **Quality in Sport**, Toruń, v. 59, e72787, 2026. DOI: <https://doi.org/10.12775/QS.2026.59.72787>. Disponível em: <https://doi.org/10.12775/QS.2026.59.72787>. Acesso em: 20 jul. 2026. PÁDUA, E. M. M. de. *Metodologia da pesquisa*. abordagem teórico-prática. 13.ed. Campinas: Papirus, 2007.

ROTTA, Newra Tellechea; OHLWEILER, Lygia; RIESGO, Rudimar dos Santos (org.). **Transtornos da aprendizagem**: abordagem neurobiológica e multidisciplinar. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2016. E-book.

SASSAKI, Romeu Kazumi. Nada sobre nós, sem nós: da integração à inclusão – Parte 1. **Revista Nacional de Reabilitação**, São Paulo, ano X, n. 57, p. 8-16, jul./ago. 2007. Disponível em: <https://www.sinprodf.org.br/wp-content/uploads/2012/01/nada-sobre-n%C3%93s-sem-n%C3%93s1.pdf>. Acesso em: 08 ago. 2026.

STARCEVIC, Vladan; BERLE, David. Cyberchondria: towards a better understanding of excessive health-related Internet use. **Expert**

Review of Neurotherapeutics, v. 13, n. 2, p. 205-213, 2013. DOI: 10.1586/ern.12.162. Acesso em: 08 ago. 2026.

WARDLE, Claire; DERAKHSHAN, Hossein. **Information disorder: toward an interdisciplinary framework for research and policy making**. Strasbourg: Council of Europe, 2017. Disponível em: <https://edoc.coe.int/en/media/7495-information-disorder-toward-an-interdisciplinary-framework-for-research-and-policy-making.html#> . Acesso em: 20 jul. 2026.

YEUNG, Anthony; NG, Enoch; ABI-JAOUDE, Elia. TikTok and attention-deficit/hyperactivity disorder: a cross-sectional study of social media content quality. **Canadian Journal of Psychiatry**, v. 67, n. 12, p. 899-906, 2022. DOI: 10.1177/07067437221082854.

A DESINTERPRETAÇÃO DE INDICADORES SOCIAIS E A DESINFORMAÇÃO NAS REDES SOCIAIS: Um Estudo sobre a Política de Assistência Social

Marcele Barros de Oliveira

Introdução

No ecossistema midiático contemporâneo, a informação deixou de ser distribuída apenas por canais centralizados para ser mediada por mecanismos descentralizados, onde as redes sociais operam como o principal canal de distribuição de notícias para a maioria dos adultos.

Entretanto, essa democratização do acesso veio acompanhada de um desafio sistêmico: a propagação em larga escala de informações falsas que mimetizam o estilo jornalístico convencional para enganar deliberadamente o público, fenômeno amplamente conhecido como fake news.

Essa problemática assume contornos críticos quando aplicada às políticas de assistência social. Os indicadores desta área — que envolvem dados complexos sobre acolhimento institucional,

execução orçamentária e índices de desenvolvimento como o Indicador de Desenvolvimento do CRAS (IDCRAS) e Indicador de Desenvolvimento do CREAS (IDCREAS) — exigem uma interpretação técnica que frequentemente entra em conflito com a lógica de consumo rápido e superficial das plataformas digitais. A desinformação prospera no vácuo dessa interpretação correta.

Quando dados oficiais são lançados sem o suporte de sua metodologia ou contexto histórico, eles tornam-se vulneráveis a "fábricas de desinformação" que os transformam em instrumentos de manipulação ideológica ou financeira.

Este artigo explora as engrenagens multidisciplinares que permitem que um indicador legítimo de política social seja distorcido e viralizado como uma notícia falsa, minando a confiança nas instituições e prejudicando a proteção de populações vulneráveis.

A pesquisa parte da seguinte questão: de que maneira a descontextualização de dados técnicos produzidos no âmbito da assistência social e a arquitetura de priorização algorítmica das redes sociais convergem para transformar indicadores oficiais em instrumentos de desinformação e fake news?

A partir dessa problemática, tem como objetivo geral analisar os mecanismos multidisciplinares — econômicos, psicológicos, algorítmicos e antropológicos — que possibilitam que dados oficiais relacionados à política de assistência social sejam descontextualizados, distorcidos, ressignificados e posteriormente viralizados como notícias falsas no ambiente digital. Para alcançar esse propósito, busca-se, especificamente, identificar os tipos de desinformação mais recorrentes no campo da assistência social, especialmente aqueles decorrentes da divulgação de números isolados, da supressão ou omissão de fontes e da retirada de informações de seu contexto original; examinar de que modo os algoritmos de recomendação e as características do formato de vídeo nativo das plataformas digitais participam da seleção,

priorização e circulação de conteúdos capazes de produzir maior engajamento emocional, mesmo quando apresentam menor aderência à veracidade técnica dos dados; discutir as predisposições psicológicas dos usuários diante da desinformação, considerando particularmente a Percepção de Terceira Pessoa (Third-Person Perception – TPP) e os diferentes perfis de credulidade e suscetibilidade à aceitação de conteúdos desinformativos; e, por fim, avaliar o papel da transparência pública e da literacia midiática como estratégias fundamentais para prevenção, enfrentamento e mitigação dos danos provocados pela desinformação na gestão pública, especialmente no que diz respeito à compreensão, contextualização, circulação e apropriação social dos indicadores oficiais da política de assistência social.

Metodologia

Este estudo utiliza uma abordagem qualitativa de caráter exploratório e analítico, fundamentada na revisão sistemática e análise de conteúdo de fontes multidisciplinares.

A base de dados compreende oito eixos bibliográficos principais que incluem análise econômica da desinformação, roteiros técnicos de gestão assistencial no Rio de Janeiro, estudos sobre o alcance algorítmico do Facebook na Ibero-América, pesquisas de psicologia comportamental sobre o efeito de terceira pessoa e perspectivas antropológicas sobre o conceito de "fake".

A análise integrou a prática da gestão social do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) com as teorias globais sobre o ciclo vicioso da desinformação.

Fundamentação Teórica

O Problema dos "Números sem Contexto" na Assistência Social

Na gestão do SUAS, a informação é uma ferramenta imprescindível para a tomada de decisão baseada em evidências.

Contudo, uma das formas mais eficazes de desinformação é a apresentação de dados oficiais em "fatias finas" (thin slices), o que impossibilita que o usuário médio julgue a veracidade técnica do que consome.

A divulgação de números isolados sobre a quantidade de pessoas acolhidas ou recursos investidos, sem explicar a metodologia de produção desses dados, constrói uma percepção distorcida da realidade. Por exemplo, informações falsas sugerem frequentemente que o acolhimento em abrigos públicos é permanente ou irrestrito, ignorando as diretrizes de provisoriidade e reinserção social previstas nas orientações técnicas federais.

Essa desinterpretação compromete o debate público, reduzindo políticas complexas a manchetes sensacionalistas que buscam provocar indignação ou reforçar preconceitos contra populações vulneráveis.

A Economia da Desinformação e a Fabricação da Legitimidade

A criação de notícias falsas é impulsionada por uma lógica econômica de baixo investimento e alto benefício monetário. Sites de desinformação mimetizam layouts, fontes e cores de veículos de notícias legítimos ou órgãos oficiais para "fabricar legitimidade".

Economicamente, a desinformação opera como um negócio de clickbait: manchetes alarmistas atraem cliques que geram receita publicitária, independentemente da veracidade do dado apresentado.

Este sistema é retroalimentado por um ciclo vicioso: agentes não-humanos (social bots) amplificam o alcance inicial de uma narrativa falsa, criando a ilusão de um consenso coletivo. Uma vez viralizada, a desinformação captura os "compartilhadores benignos" — cidadãos motivados pelo desejo de alertar sua comunidade ou por "impaciência" em verificar a procedência, acabando por validar o conteúdo fraudulento.

Algoritmos como Gatekeepers: O Mundo do "Headline-Primacy"

As redes sociais atuam como novos gatekeepers, onde a visibilidade não é determinada pela autoridade da fonte, mas por critérios algorítmicos que visam manter o usuário na plataforma. No Facebook, há uma priorização clara de vídeos nativos e transmissões ao vivo (Live Vídeo), que retêm a atenção por mais tempo.

Essa dinâmica prejudica a interpretação correta dos indicadores sociais por dois motivos principais:

Simplificação Excessiva: Dados técnicos complexos são condensados em vídeos curtos (frequentemente < 1 minuto) para maximizar o engajamento, sacrificando o rigor necessário para a compreensão das políticas de assistência.

Primazia da Manchete: A plataforma opera sob o modelo de Headline-primacy, onde o título atraente precede o fato. O algoritmo premia conteúdos que despertam emoções intensas (indignação, surpresa), características intrínsecas às fake news que distorcem dados de assistência social para gerar lucro publicitário ou influência política.

Psicologia do Consumo: Percepção de Terceira Pessoa (TPP)

O comportamento do cidadão diante do dado oficial é moldado pela Percepção de Terceira Pessoa (TPP): a crença de que as fake news afetam muito mais os "outros" (o grupo político oposto) do que a si mesmo. Isso leva indivíduos com identidades partidárias fortes a compartilharem descontextualizações de dados por acreditarem que estão "expondo uma verdade" que os oponentes são incapazes de enxergar.

A pesquisa segmenta os usuários em perfis críticos:

Impacientes: Confiam em redes sociais e rádio, compartilhando rapidamente sem verificar fontes.

Crédulos: Acreditam em quase todos os tipos de mídia e não percebem a desinformação como um problema democrático.

Vítimas do Viés de Confirmação: Indivíduos que aceitam dados distorcidos desde que validem suas crenças pré-existentes, o que facilita a criação de "câmaras de eco" algorítmicas.

Discussão

A análise integrada das fontes permite discutir que a desinformação sobre a assistência social não é meramente um erro técnico de leitura, mas um deslocamento da dimensão constativa para a dimensão performativa do discurso. De uma perspectiva antropológica, o dado oficial (constativo/verdadeiro) perde importância frente ao dado "eficaz" (performativo/impactante), que serve para sustentar uma luta política ou ideológica.

Nesse sentido, indicadores de vigilância socioassistencial tornam-se armas em uma "guerra de narrativas". A discussão central reside na falência dos métodos tradicionais de transparência passiva. Enquanto os órgãos públicos se limitam a publicar balanços e prontuários, as redes de desinformação utilizam a "hipótese do esvaziamento" (*shallowing hypothesis*), promovendo o pensamento superficial e o processamento emocional rápido.

Um ponto crítico na discussão é a eficácia do fact-checking. Embora iniciativas de verificação tenham crescido na Ibero-América, elas enfrentam o desafio da distribuição algorítmica. O aumento da duração de um vídeo para explicar a complexidade de um indicador social (como a diferença entre acolhimento e internação) resulta, frequentemente, em menor interação por visionado. Isso cria um paradoxo: para ser tecnicamente correto, o conteúdo torna-se

algoritmicamente invisível; para ser visível, ele deve mimetizar a simplificação da desinformação.

Além disso, a memória humana sofre do "Efeito de Influência Contínua". Mesmo quando um dado de assistência social é oficialmente corrigido, a desinterpretação original permanece disponível no sistema cognitivo do usuário, influenciando julgamentos futuros sobre a política pública. Isso sugere que o combate à desinformação não deve ser apenas reativo (após a mentira), mas proativo, através de uma comunicação pública ativa e contextualizada que antecipe possíveis distorções.

Por fim, a discussão sobre regulação versus educação mostra que indivíduos com alta TPP tendem a preferir a literacia midiática à regulação estatal. Eles apoiam o treinamento para que "os outros vulneráveis" aprendam a discernir a verdade, o que abre uma oportunidade política para que o Estado invista em programas de educação para o consumo crítico da informação sem ser acusado de censura.

Conclusão

A transformação de dados oficiais de assistência social em fake news resulta de um processo estruturado que explora a economia da atenção, a arquitetura algorítmica e vieses psicológicos profundos. A descontextualização proposital de números técnicos serve a propósitos de lucro ou dominação ideológica, aproveitando-se de uma audiência que carece de ferramentas para julgar a fidedignidade de indicadores complexos.

Para mitigar este cenário, conclui-se que a transparência de dados é insuficiente se for apenas "passiva". É imperativo que a gestão do Sistema único de Assistência Social (SUAS) adote uma comunicação pública estratégica e acessível, capaz de traduzir o rigor técnico para a linguagem das redes sociais sem perder a essência.

Paralelamente, o investimento em literacia midiática deve ser encarado como uma política de proteção social, capacitando o cidadão a navegar no ambiente digital sem comprometer seus direitos e a integridade da democracia.

Referências

Brasil. MDS. NOB/SUAS; **Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais**; Orientações Técnicas (CREAS/PAIF).

Copeman, J. & Da Col, G. (Eds.). **FAKE: Anthropological Keywords**. Hau Books.

Dafonte-Gómez, A. et al. **Uso del vídeo para el fact-checking en Facebook (2016-2021)**. Profesional de la información.

Di Domenico, G. et al. Fake news, social media and marketing: A systematic review. **Journal of Business Research**.

Ferrante, M. & Parroco, A. M. **Media and fake news: An analysis of citizens' attitudes in European countries**.

Jang, S. M. & Kim, J. K. Third person effects of fake news: Fake news regulation and media literacy interventions. **Computers in Human Behavior**.

Kshetri, N. & Voas, J. **The Economics of "Fake News"**. IT Trends, IEEE.

Oliveira, M. B. **Roteiro de Podcast: Informação e desinformação na Secretaria Municipal de Assistência Social do Rio de Janeiro**.

DESINFORMAÇÃO E DISCURSO DE ÓDIO PROPAGADOS NAS MÍDIAS NORTISTAS SOBRE INDÍGENAS E QUILOMBOLAS: notas de uma pesquisa em construção

Lígia das Neves Santos
Francisco Gilson Rebouças Pôrto Júnior

Introdução

A reconfiguração do ecossistema informacional contemporâneo, impulsionada pela digitalização das práticas comunicacionais e pela centralidade das plataformas algorítmicas, alterou de maneira estrutural os modos de produção, circulação e legitimação do conhecimento socialmente compartilhado. A mídia deixou de operar exclusivamente como mediadora institucional da informação para integrar um sistema descentralizado, marcado pela velocidade, pela fragmentação discursiva e pela lógica da economia da atenção. Nesse cenário, consolida-se o fenômeno da infodemia, caracterizado pela superabundância de conteúdos (precisos ou não) que dificulta a distinção entre fontes confiáveis e narrativas manipuladas (ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE, 2020).

A infodemia não constitui apenas um problema quantitativo de excesso informacional. Trata-se de uma desordem estrutural que compromete a formação da opinião pública e reconfigura os critérios de validação do conhecimento. Wardle e Derakhshan (2017) distinguem desinformação de erro involuntário ao enfatizar a intencionalidade estratégica na produção e disseminação de conteúdos enganosos. A desinformação opera como instrumento de disputa política e simbólica, explorando vulnerabilidades cognitivas, afetivas e identitárias dos públicos e amplificando polarizações preexistentes. Esse processo articula-se diretamente à circulação de discursos de ódio, entendidos como práticas discursivas que reproduzem, legitimam ou intensificam desigualdades estruturais.

Na Região Norte do Brasil, marcada por forte presença de povos indígenas e comunidades quilombolas, essas estruturas históricas assumem expressão concreta nas disputas por território, reconhecimento cultural e representação pública. A mídia, enquanto espaço estratégico de produção simbólica, pode atuar tanto como espelho social quanto como lente interpretativa. Enquanto espelho, reflete tensões e desigualdades já existentes; enquanto lente, seleciona, enquadra e hierarquiza acontecimentos, produzindo efeitos de amplificação ou distorção (ENTMAN, 1993).

Neste capítulo, apresentamos as discussões teóricas que perpassam a pesquisa de Iniciação Científica (PIBIC) intitulada: "Alfabetização Midiática e Combate à Desinformação: Discurso de Ódio Propagados nas Mídias Nortistas sobre Indígenas e Quilombolas" no subprojeto "Discurso de Ódio Contra Indígenas e Quilombolas: Levantamento de Fontes de Desinformação Presente nas Mídias do Norte do Brasil", desenvolvida com financiamento do Observatório Nacional dos Preconceitos (INCT-Preconceitos), que é uma rede científica de pesquisa financiada pelo CNPq que investiga, mapeia e monitora formas de preconceito e discriminação no Brasil.

Pensando referenciais metodológicos para a pesquisa: o norte

A invisibilidade midiática constitui uma das formas mais persistentes de exclusão simbólica. Conforme Hall (1997), a representação é processo constitutivo das identidades culturais. Quando povos indígenas e quilombolas aparecem apenas de forma episódica, estigmatizada ou secundária, consolida-se uma percepção pública limitada de sua complexidade histórica e sociopolítica. Bourdieu (1997) observa que os meios de comunicação exercem poder simbólico ao definir agendas e naturalizar determinadas perspectivas como universais, contribuindo para a reprodução de preconceitos estruturais.

Diante desse cenário, a alfabetização midiática emerge como estratégia e metodologia fundamental de enfrentamento à desinformação e ao discurso de ódio. Buckingham (2019) define-a como o desenvolvimento de competências críticas que permitem compreender os processos de produção, circulação e recepção das mensagens midiáticas. A perspectiva freireana aprofunda essa abordagem ao afirmar que a leitura do mundo precede a leitura da palavra (Freire, 1987), indicando que a formação crítica deve capacitar sujeitos a interpretar as estruturas de poder que atravessam a comunicação.

Assim, durante a pesquisa, compreendemos a mídia como espaço de disputa simbólica que permitiu analisar de que modo práticas discursivas contribuem para a manutenção ou o questionamento de hierarquias sociais. Também se investigou as formas pelas quais a desinformação e o discurso de ódio incidem sobre povos indígenas e quilombolas na Região Norte, identificando padrões narrativos, mapeando vieses coloniais e problematizando estratégias educativas orientadas à promoção de uma cultura comunicacional ética, plural e comprometida com o reconhecimento da diversidade étnico cultural.

Diante desse contexto, o presente estudo teve como objetivo geral levantar as práticas e estratégias discursivas utilizadas no

processo de construção da desinformação, sob a forma de discurso de ódio contra povos indígenas e quilombolas, considerando sua incidência no contexto midiático contemporâneo. Como objetivos específicos, buscou-se analisar como notícias e conteúdos midiáticos foram construídos para gerar discurso de ódio e preconceito sobre populações indígenas e quilombolas, visando ao combate à desinformação de forma inclusiva e efetiva; mapear e discutir as pesquisas mais recentes (2020–2025) referentes à alfabetização midiática no contexto das populações indígenas e quilombolas, investigando modelos que norteiam práticas voltadas para a mitigação da desinformação, assim como as adaptações necessárias para incluir diferentes grupos sociais e regionais.

O desenvolvimento da pesquisa fundamentou-se em uma abordagem metodológica mista, articulando revisão bibliográfica, aplicação de survey e análise de conteúdo de produções midiáticas, com o intuito de identificar padrões discursivos, estratégias de construção de sentido e recorrências temáticas relacionadas à desinformação e ao discurso de ódio no contexto analisado.

Alguns caminhos indicados: à guisa de construir um referencial teórico para pensar a pesquisa

Nesta caminhada, construímos algumas percepções basilares que nos ajudam a compreender o campo de pesquisa e as diversas camadas de complexidade existentes. Assinalamos algumas delas a seguir.

Mídia, poder simbólico e enquadramento

A mídia constitui instância central na construção das representações sociais. Os estudos de enquadramento demonstram que os meios de comunicação estruturam sentidos ao selecionar aspectos da realidade e torná-los salientes (Entman, 1993). Bourdieu (1997) evidencia que essa seleção não é neutra, mas atravessada por disputas de poder simbólico.

No contexto brasileiro, Sodré (2002) argumenta que a mídia participa da construção do imaginário social, influenciando pertencimentos e exclusões. Moraes (2013) complementa ao destacar que os sistemas midiáticos integram o campo das hegemonias simbólicas, articulando interesses econômicos e ideológicos.

Pesquisas reforçam essa discussão ao evidenciar como os enquadramentos midiáticos impactam povos indígenas na esfera digital. Queiroz; Zanforlin (2025) demonstram que influenciadores indígenas utilizam plataformas como o Instagram para produzir contra-narrativas interculturais, embora enfrentem limitações impostas por lógicas algorítmicas que afetam a visibilidade de seus conteúdos.

A invisibilidade midiática, conforme Hall (1997), não deve ser lida como uma omissão accidental, mas como um processo constitutivo que frequentemente relega povos indígenas e quilombolas a papéis episódicos ou estigmatizados na esfera pública. Sob a ótica da Sociologia das Ausências, o campo jornalístico opera como uma lente distorcida que privilegia fontes estatais e judiciais, excluindo sistematicamente as comunidades como fontes primárias e transformando sujeitos de direitos em meros objetos da notícia. Esse silenciamento sistemático constitui uma forma de violência simbólica que esvazia a agência política dessas populações, reforçando enquadramentos coloniais que as fixam unicamente na estética da dor e da vitimização em detrimento de seu protagonismo propositivo.

Nesse sentido, os enquadramentos narrativos manifestam o que Van Dijk (2008) classifica como racismo discursivo, no qual seleções temáticas e ênfases lexicais são estrategicamente articuladas para reproduzir e naturalizar desigualdades estruturais. Na cobertura regional da Amazônia, essa dinâmica reflete-se na apresentação de conflitos territoriais como "disputas neutras", o que apaga a assimetria histórica de poder e deslegitima direitos

originários ao rotular políticas de reparação e titulação falsamente como "privilégios" ou "coitadismo". Tais construções simbólicas funcionam como instrumentos de uma disputa política deliberada, onde a desqualificação narrativa dos sujeitos precede e autoriza a violência física letal nos territórios.

No ecossistema digital contemporâneo, a mediação algorítmica e a economia da atenção intensificam essas assimetrias ao operarem através de "filtros de bolha" e "câmaras de eco", que tendem a privilegiar conteúdos de alto impacto emocional e discursos polarizados que confirmam preconceitos preexistentes. Essa lógica dificulta a circulação de contra-narrativas interculturais, muitas vezes soterradas por uma "infodemia de colonialidades" que utiliza o excesso de informações para reativar lógicas de depreciação e desumanização de indígenas e quilombolas. Assim, o poder simbólico manifesta-se hoje na capacidade técnica de saturar o espaço público com desinformação politizada, tornando a alfabetização midiática crítica uma ferramenta estratégica de resistência e defesa do corpo-território contra o cerco informacional da colonialidade

Desinformação e discurso de ódio

A desinformação, conforme Wardle e Derakhshan (2017), constitui prática intencional de manipulação informacional. No ambiente digital, sua circulação é intensificada pela economia da atenção e pela dinâmica das redes sociais.

Van Dijk (2008) demonstra que o discurso é instrumento de reprodução das desigualdades sociais. Butler (1997) acrescenta que a linguagem produz efeitos materiais ao reiterar posições hierárquicas. No contexto brasileiro, Almeida (2019) afirma que o racismo estrutural organiza instituições e práticas sociais, oferecendo base para compreender como discursos midiáticos reproduzem desigualdades.

A desinformação na Amazônia opera como uma ferramenta biopolítica de silenciamento, constituindo o que se pode denominar "ódio sanitário", onde a negação da ciência e a propagação de boatos sobre saúde resultam em vulnerabilização extrema. Esse fenômeno não é um erro informacional aleatório, mas uma estratégia deliberada para desumanizar o indígena e o quilombola, tratando-os como "incivilizados" ou "não evoluídos" para justificar a ausência de políticas públicas e facilitar a exploração de suas terras. Tal dinâmica pode levar ao que as fontes classificam como um extermínio indireto, exemplificado pela crise humanitária do povo Yanomami, onde a desordem informacional serviu para eximir responsabilidades estatais e dificultar a assistência básica.

A pesquisa revela, até o momento, que a desinformação sobre povos originários é sistematicamente politizada, sendo atravessada por disputas ideológicas que visam deslegitimar direitos territoriais e políticas de reparação. No ambiente digital, redes como o WhatsApp são utilizadas por atores para saturar o espaço público com narrativas que transformam direitos constitucionais em supostos "privilégios" ou "coitadismo". Esse enquadramento ideológico busca esvaziar a agência política das comunidades, reduzindo-as à condição de obstáculos ao progresso e alimentando uma polarização que autoriza a violência física no campo.

Violência simbólica manifesta-se através de estereótipos que buscam fixar esses povos em um passado estático, como o estigma do "índio de iPhone", utilizado para questionar a autenticidade de quem ocupa o espaço digital para denunciar violações. Esse "ódio de tecnologia" é uma faceta da colonialidade que tenta desarmar a resistência narrativa das comunidades ao rotular o uso de ferramentas modernas como perda de identidade cultural. Contra esse cerco, a alfabetização midiática emerge como uma pedagogia de defesa do corpo-território, essencial para que as contranarrativas indígenas e quilombolas rompam a invisibilidade expropriadora e afirmem suas trajetórias de agência e intelectualidade.

Aprofundamento da "Infodemia de Colonialidades"

A "infodemia de colonialidades" manifesta-se como um fenômeno em que o excesso de informações, atua como uma mola propulsora para o racismo estrutural. Nesse cenário, a avalanche informacional gera uma desorientação deliberada que obstrui o acesso à verdade e facilita a reativação de lógicas coloniais de depreciação dos sujeitos.

Essa dinâmica é estrategicamente utilizada para favorecer grandes projetos econômicos na Amazônia, como a expansão do agronegócio e projetos hidrelétricos, ao criminalizar movimentos sociais e deslegitimar direitos territoriais originários. A desinformação atua, portanto, como uma ferramenta biopolítica: ao associar falsamente políticas de reparação e demarcação a "privilégios" ou "coitadismo", o discurso de ódio justifica a expropriação de terras e a degradação das condições de vida das populações tradicionais. Assim, o racismo ambiental é alimentado por uma "poluição informacional" que silencia os impactos desproporcionais sofridos por esses grupos em nome de um modelo de desenvolvimento voltado apenas à extração de riqueza.

Complementa-se que a desordem informacional funciona como um dispositivo de "eliminação", onde o silenciamento e a desvalorização da vida indígena, como observado na crise humanitária Yanomami, são alimentados pela indiferença social produzida por narrativas falsas. Esse cenário transforma a desinformação sanitária em uma arma biopolítica, em que a propagação de boatos sobre vacinas ou a negação de desnutrição crônica visa deliberadamente aprofundar a vulnerabilidade de corpos-territórios que o Estado falha em proteger. Portanto, a infodemia não apenas confunde, mas autoriza a morte ao tratar crises humanitárias urgentes como questões de disputa ideológica, eximindo o poder público de suas responsabilidades fundamentais.

A infodemia de colonialidades é retroalimentada por uma profunda ambivalência institucional, na qual a clivagem entre os poderes do Estado gera um ambiente de incerteza narrativa que favorece a expropriação. Enquanto o Poder Executivo sinaliza avanços através de decretos de titulação quilombola, o Poder Legislativo pauta projetos de anistia ao desmatamento e ao garimpo, criando um vácuo de autoridade onde a "chantagem locacional" prospera. Nesse contexto, a desinformação atua para mascarar os impactos reais de grandes projetos econômicos, vendendo promessas de progresso e emprego que escondem o agravamento do racismo ambiental e a precarização das condições de vida, afetando diretamente 80% da população quilombola que já carece de saneamento básico.

Na disputa pela verdade, no ambiente digital atenta contra a própria identidade dos sujeitos através de estereótipos que buscam fixá-los em um passado estático e "incivilizado", como demonstra o uso pejorativo do estigma do "índio de iPhone". Ao questionar a autenticidade de indígenas e quilombolas que ocupam as redes sociais, a desordem informacional tenta desarmar sua agência política e silenciar suas denúncias em tempo real. Contra essa violência simbólica, a alfabetização midiática emerge como uma pedagogia de sobrevivência e "aquilombamento", capacitando as comunidades para produzirem contra-narrativas que rompem o cerco da colonialidade e reafirmem o território como espaço de vida, saber e resistência ancestral

Colonialidade, representação e invisibilidade

Quijano (2005) sustenta que a colonialidade do poder estrutura hierarquias raciais e epistêmicas persistentes. Mignolo (2011) amplia essa análise ao discutir a colonialidade do saber como mecanismo de exclusão epistemológica.

Hall (1997) argumenta que a representação constitui identidades culturais. Borges (2019) demonstra que a mídia

brasileira reproduz estereótipos raciais e invisibiliza sujeitos subalternizados. No caso dos povos indígenas, Oliveira (2016) observa que frequentemente são enquadrados como sujeitos do passado ou como obstáculos ao desenvolvimento. Baniwa (2012) defende a valorização das narrativas indígenas como estratégia de reconhecimento. No que se refere às populações quilombolas, demonstram como mulheres quilombolas utilizam estratégias comunicacionais para dialogar sobre desigualdades e resistência, ampliando sua presença no debate público.

A desordem informacional na Amazônia manifesta-se como uma "infodemia de colonialidades", na qual o excesso de informações é estrategicamente utilizado para reativar lógicas coloniais de depreciação e subordinação dos sujeitos. Os achados da pesquisa corroboram essa dinâmica ao identificar que a desinformação é frequentemente politizada para atacar direitos territoriais e políticas de saúde, como evidenciado pela persistência de fake news sobre vacinas que aprofundam a vulnerabilidade de comunidades já afetadas pelo racismo ambiental e pela precariedade infraestrutural, realidade que atinge 8 em cada 10 quilombolas. Esse cenário consolida uma "invisibilidade expropriadora", onde o silenciamento das demandas legítimas e a distorção de políticas de reparação, tratadas falsamente como "privilégios", facilitam o avanço de grandes projetos econômicos sobre territórios ancestrais.

Partindo do princípio da "Sociologia das Ausências", o campo jornalístico produz silenciamentos ao raramente utilizar as lideranças tradicionais como fontes primárias, privilegiando discursos institucionais que reforçam o enquadramento de vitimização em detrimento da agência política. Essa assimetria narrativa apaga o protagonismo histórico das comunidades, tratando-as como sujeitos passivos ou "incivilizados", como visto nos discursos de ódio que questionam a autenticidade de indígenas que utilizam tecnologias digitais. Contudo, a pesquisa revela a emergência de potentes

contra-narrativas de resistência, exemplificadas pela formação acadêmica de indígenas e quilombolas e pelo uso de termos como "aquilombamento" para afirmar identidades coletivas no espaço público. Tais movimentos desafiam o monismo jurídico e comunicacional, transformando a disputa simbólica em uma ferramenta essencial para a defesa do corpo-território e para o reconhecimento da pluralidade de existências na Amazônia.

Alfabetização midiática crítica (2020–2025)

Buckingham (2019) define alfabetização midiática como competência crítica para analisar e produzir conteúdos informacionais. Em diálogo com Freire (1987), essa perspectiva implica formar sujeitos capazes de identificar manipulações discursivas e questionar estruturas de poder.

Pesquisas indicam que a alfabetização midiática constitui ferramenta fundamental no enfrentamento da desinformação (Ferreira; Pôrto Junior, 2025; Pôrto Júnior; Castro, 2024a; Pôrto Júnior et al, 2025d; Pôrto Júnior et al, 2025b; Pôrto Júnior et al, 2024b; Pôrto Júnior et al, 2025a; Pôrto Júnior et al, 2025c; Silva; Lacerda; Pôrto Júnior, 2025a; Silva; Lacerda; Pôrto Júnior, 2025b; Silva; Pôrto Júnior, 2024). Evidencia-se a necessidade de compreender as dinâmicas algorítmicas que impactam a visibilidade indígena nas redes. Martins (2024) reforça a importância da análise crítica de conteúdos digitais para mitigar a circulação de informações falsas direcionadas a povos indígenas.

Sob perspectiva decolonial, a alfabetização midiática deve reconhecer epistemologias indígenas e quilombolas como formas legítimas de produção de conhecimento, promovendo contra-narrativas e ampliando a pluralidade discursiva. Entende-se que a alfabetização midiática deve ser trabalhada como uma pedagogia diferenciada inserida nos projetos pedagógicos interculturais das escolas quilombolas e indígenas, onde o aprendizado técnico é indissociável dos saberes ancestrais e da relação intrínseca com o

território. Nesse modelo, os jovens das comunidades são capacitados para atuar como "checadores" orgânicos, utilizando a memória coletiva e a oralidade como critérios de verdade para desconstruir manipulações discursivas que circulam em redes como o WhatsApp, especialmente em temas de alta vulnerabilidade, como o direito à saúde e os conflitos fundiários. Assim, a alfabetização ultrapassa o treinamento técnico para tornar-se uma ferramenta de resistência simbólica e defesa dos direitos humanos, promovendo uma justiça comunicacional que valoriza a autonomia desses povos na Amazônia.

A alfabetização midiática crítica deve atuar no enfrentamento da "infodemia de colonialidades", combatendo estereótipos como o do "índio de iPhone" ou as mensurações desumanizantes de quilombolas, que visam questionar a autenticidade e a agência política desses sujeitos. Ao promover a produção de contra-narrativas e o uso estratégico das tecnologias digitais, essa prática possibilita o que as fontes chamam de "aquilombamento" narrativo, rompendo o cerco do silenciamento e ocupando o espaço público digital com vozes próprias. Esse letramento decolonial é fundamental para que indígenas e quilombolas deixem de ser enquadrados meramente sob a estética da dor e da vitimização, passando a ser reconhecidos como sujeitos intelectuais e propositivos na defesa de seus corpos-territórios.

Racismo Ambiental e Violência Simbólica

A opressão contra povos tradicionais na Região Norte também se estrutura através do racismo ambiental, onde a expropriação de territórios para grandes projetos de infraestrutura ou expansão do agronegócio é acompanhada por uma degradação deliberada das condições de vida dessas comunidades. Essa violência não é apenas física, mas simbólica, operando através da linguagem e da mídia para manter os povos indígenas e quilombolas em uma posição de "invisibilidade expropriadora".

A linguagem jurídica e administrativa é frequentemente utilizada como ferramenta de exclusão, ignorando as diversidades linguísticas e as percepções próprias de tempo e espaço desses povos, como ocorre no silenciamento do povo Madiha no sistema de justiça. Assim, a alfabetização midiática deve ser compreendida como uma pedagogia diferenciada e decolonial, que não apenas ensina a identificar fake news, mas capacita os sujeitos a questionar os enquadramentos coloniais e a produzir contra-narrativas que afirmem suas identidades e trajetórias de resistência. O racismo ambiental na Região Norte deve ser compreendido como o mecanismo pelo qual grandes projetos econômicos rentabilizam seus investimentos através da expropriação do ambiente das comunidades tradicionais. Este fenômeno opera por meio da "chantagem locacional", onde empresas impõem riscos ambientais desproporcionais a grupos socialmente vulnerabilizados em troca de promessas de emprego e progresso, explorando a falta de acesso à informação e a precariedade de saneamento básico que afeta a população quilombola.

Somado a isso, observa-se o silenciamento epistêmico no sistema de justiça, exemplificado pelo povo Madiha. A imposição de nomes brasileiros no registro civil e a barreira da linguagem jurídica, marcada pelo tecnicismo, impedem que indígenas compreendam processos judiciais, negando-lhes a língua como elemento de identidade e agência. Assim, a violência simbólica da mídia e do Estado precede a violência física no campo, criando uma "invisibilidade jurídica" que facilita a grilagem e a desapropriação de terras.

Essa "infodemia de colonialidades" atua como uma cortina de fumaça que mascara crimes ambientais urgentes, saturando o ambiente digital com narrativas de "incivilidade" ou "resistência irracional" para desviar o interesse público de violações materiais, como a contaminação por mercúrio ou o avanço da grilagem. Tal cenário fortalece a "chantagem locacional", na qual grandes projetos

econômicos são impostos a territórios tradicionais sob a falsa promessa de desenvolvimento, capitalizando sobre a vulnerabilidade socioeconômica e a precariedade infraestrutural, como a negligência estatal em saneamento que atinge 8 em cada 10 quilombolas. A desinformação, nesse contexto, opera para racializar o debate sobre direitos originários, transmutando demarcações territoriais e políticas de reparação em supostos "privilégios", o que autoriza a degradação sistemática dessas vidas em prol da rentabilização de capitais.

A "sociologia das ausências" produzida pelo campo jornalístico e jurídico aprofunda o racismo ambiental ao excluir sistematicamente as comunidades como fontes primárias de verdade, resultando em um "sequestro da linguagem" e da identidade cultural. O sistema de justiça brasileiro, ao operar sob um monismo jurídico eurocêntrico e tecnicista, ignora as cosmologias e as línguas originárias, transformando processos judiciais em espaços de epistemicídio que tratam o indígena como "silvícola" ou "primitivo", deslegitimando sua agência política. Romper esse silenciamento exige que a alfabetização midiática seja compreendida como uma ferramenta de justiça comunicacional, capacitando os sujeitos para ocuparem o espaço público digital com suas próprias trajetórias e para defenderem seu corpo-território contra a violência simbólica que legitima a expropriação física na Amazônia.

Para não concluir... algumas reflexões finais

Como indicado anteriormente, a pesquisa de Iniciação Científica (PIBIC) intitulada: "Alfabetização Midiática e Combate à Desinformação: Discurso de Ódio Propagados nas Mídias Nortistas sobre Indígenas e Quilombolas" no subprojeto "Discurso de Ódio Contra Indígenas e Quilombolas: Levantamento de Fontes de Desinformação Presente nas Mídias do Norte do Brasil",

desenvolvida com financiamento do Observatório Nacional dos Preconceitos (INCT-Preconceitos) está em andamento.

Ao construir os referenciais teóricos da pesquisa percebe-se que a desinformação funciona como uma ferramenta biopolítica de silenciamento, operando o que se pode chamar de "eliminação indireta". Algumas pistas iniciais nos levam a perceber que, ao propagar discursos de ódio e notícias falsas sobre saúde, como a desconfiança vacinal e a negação de crises humanitárias, o ecossistema digital desvia a atenção pública das violações materiais, permitindo que a morte desses povos seja tratada com indiferença social. Esse "ódio sanitário" não é um erro de percurso, mas uma estratégia deliberada para desumanizar o sujeito coletivo e facilitar a exploração de suas terras.

Entendemos que a disputa pela verdade na Amazônia transcende o campo factual e adentra a dimensão da identidade. O uso de tecnologias digitais por povos originários é frequentemente distorcido por discursos de ódio, como o estigma do 'índio de iPhone', que tentam deslegitimar a agência de sujeitos que não se encaixam em um passado estático e idealizado pelo colonizador. Ao questionar a autenticidade de quem utiliza redes sociais para denunciar violações, a desinformação busca desarmar a resistência política e manter esses povos em um isolamento epistêmico. Assim, a alfabetização midiática crítica emerge não apenas como técnica de checagem, mas como uma pedagogia de defesa do corpo-território, permitindo que o 'aquilombamento' digital rompa o cerco da colonialidade e garanta que a memória e a voz ancestral ocupem o espaço público com autonomia e justiça comunicacional.

Agradecimentos

O presente trabalho foi realizado com o apoio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) por meio da bolsa de Iniciação Científica (PIBIC) via INCT Observatório Nacional dos Preconceitos.

Referências

ALMEIDA, S. **Racismo estrutural**. São Paulo: Pólen, 2019.

BANIWA, Edilson Martins. Educación Superior y pueblos indígenas: avances y desafíos, ¿Conmemoración o reflexión? **Revista ISEES** nº 10, enero – junio, p. 115-128, 2012.

BOURDIEU, Pierre. 1997. **Sobre a Televisão - Seguido de A Influência do Jornalismo e Os Jogos Olímpicos** (tradução de Maria Lúcia Machado). Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1997.

BORGES, Rosane. Mídia, racismos e outras formas de destituição: elementos para o reposicionamento do campo da comunicação. In: CORRÊA, Laura Guimarães (org). **Vozes negras em Comunicação: Mídia, racismos, resistências**. Belo Horizonte: Autêntica, 2019

BUCKINGHAM, David. **The media education manifesto**. Cambridge: Polity Press, 2019.

BUTLER, Judith. **Excitable speech: a politics of the performative**. New York: Routledge, 1997.

ENTMAN, Robert M. Framing: toward clarification of a fractured paradigm. **Journal of Communication**, v. 43, n. 4, p. 51-58, 1993.

FERREIRA, C. M.; PÔRTO JUNIOR, F. G. R. Educação Midiática e Cultura Digital na América Latina... In: Pôrto Jr., Gilson et al. (Org.). **Comunicação, democracia e desinformação na América Latina**. 1. ed. Palmas/TO: Observatório Edições, 2025, v. 1, p. 1-226.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

HALL, Stuart. **Representation: cultural representations and signifying practices**. London: Sage, 1997.

MIGNOLO, Walter D. **The darker side of Western modernity: global futures, decolonial options**. Durham: Duke University Press, 2011.

MORAES, Dênis de. **Mídia, poder e contrapoder**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2013.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. **Entenda a infodemia e a desinformação na luta contra a COVID-19**. Genebra: OPAS/OMS, 2020. Disponível em: paho.org. Acesso em: 10.03.2026.

PÔRTO JÚNIOR, F. G. R. (Org.); CASTRO, H. C.; SILVA, S. S. C. (Org.). **Ensino, Comunicação e Desinformação: Vol. 1 – (Des)construindo conceitos**. 1. ed. Palmas: Observatório Edições, 2024a. 211p.

PORTO JUNIOR, F. G. R. (Org.); FERREIRA, C. M. (Org.); SAMIM, A. A. G. (Org.); SILVA, L. P. da (Org.). **Ensino, comunicação e desinformação: vol. 5 - narrativas sobre pessoas com deficiência (PCD)**. 5. ed. Palmas: Observatório Edições, 2025d. v. 1. 258p.

PORTO JUNIOR, F. G. R. (Org.); FERREIRA, C. M. (Org.); SILVA, A. A. (Org.); SILVA, S. S. C. (Org.). **Ensino, comunicação e desinformação: vol. 6 - mídias, redes sociais e big techs**. 1. ed. Palmas/TO: Observatório Edições, 2025b. v. 6. 266p.

PORTO JUNIOR, F. G. R. (Org.); GOMES, S. A. O. (Org.); SILVA, A. A. (Org.). **Ensino, Comunicação e Desinformação: Perspectivas na/para a Inclusão**. 1. ed. Palmas/TO: Observatório Edições, 2024b. v. 3. 272p.

PÔRTO JÚNIOR, F. G. R. (Org.); SILVA, A. A. (Org.); SILVA, L. P. (Org.); MARTINS, J. L. (Org.); SILVA, S. S. C. (Org.). **Comunicação, democracia e desinformação na América Latina**. 1. ed. Palmas: Observatório Edições, 2025a.

PORTO JUNIOR, F. G. R. (Org.); TEIXEIRA, G. A. P. B. (Org.); FERREIRA, C. M. (Org.). **Ensino, comunicação e desinformação: vol. 4 - pesquisas e aplicações**. 1. ed. Palmas: Observatório Edições, 2025c. v. 4. 261p.

Queiroz , P. S.; Zanforlin, S. C. Interculturalidades mediadas: Análise das postagens de comunicadoras indígenas no Instagram e as barreiras algorítmicas da rede. **Anagramas Rumbos Y Sentidos De La Comunicación**, 23(46), 1-27, 2025.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, Edgardo (org.). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais**. Buenos Aires: CLACSO, 2005.

SILVA, A. A. da; LACERDA, A. C; PÔRTO JÚNIOR, F. G. R. Comunicação, democracia e desinformação: a cooptação de candidaturas indígenas como estratégia de manipulação. **Revista Observatório**, Palmas, v. 11, n. 1, p. a21-13, 2025a.

SILVA, A. A. da; LACERDA, A. C.; PÔRTO JÚNIOR, F. G. R. Desinformação intersemiótica na audiodescrição: A Inteligência Artificial em Contextos Escolares Inclusivos. **Revista Observatório**, Palmas, v. 11, p. a23-22, 2025b.

SILVA, A. A.; PÔRTO JÚNIOR, F. G. R. Algoritmos silenciadores: desinformação e espiral do silêncio na era da inteligência artificial. **Organicom**, São Paulo, v. 21, n. 1, p. 147-158, 2024.

SODRÉ, Muniz. **Antropológica do espelho**. Petrópolis: Vozes, 2002.

VAN DIJK, Teun A. **Discourse and power**. New York: Palgrave Macmillan, 2008.

WARDLE, Claire; DERAKHSHAN, Hossein. **Information disorder: toward an interdisciplinary framework for research and policymaking**. Strasbourg: Council of Europe, 2017.

A

Acessibilidade — 50, 56, 133, 146
Alfabetização midiática — 24, 180, 187, 192
Altas habilidades/superdotação — 77, 88
Americanas S.A. — 92, 108, 114, 120
Aprendizagem baseada em problemas — 26
Aprendizagem baseada em projetos — 21, 26
Assimetria informacional — 92, 103, 113, 122
Assistência social — 171, 173, 176, 178
Autismo — 64, 71, 87, 162
Autodiagnóstico — 153, 160, 164, 165

B

Banco Master — 92, 107, 114, 121

C

Capacitismo — 38, 44, 61, 149
Checagem — 23, 130, 134, 143
Ciência da Informação — 28
Cidadania — 54, 141
Comunicação — 19, 56, 112, 182
Cultura digital — 22, 28, 133, 146

D

Dados — 20, 106, 158, 177
Descontextualização — 172, 177
Desinformação — 19, 71, 132, 192
Desinformação contábil — 91, 105, 117, 123
Discurso de ódio — 179, 181, 184, 192
Discurso persuasivo — 61
Discriminação — 154, 180
Divulgação científica — 67, 72, 130, 150

E

Educação inclusiva — 53, 73, 147, 165
Educação midiática — 21, 61, 132, 149
Ensino Superior — 19, 24, 32, 165
Estereótipo — 64, 72, 86, 190
Evidência — 20, 67, 114, 173

F

Fake news — 23, 148, 172, 191
Formação crítica — 19, 23, 66, 181
Fraude contábil — 99, 105, 120

G

Governança corporativa — 92, 103, 116, 125

I

IDCRAS — 172
IDCREAS — 172
Inclusão — 27, 56, 135, 168

Indicadores sociais — 171, 175
Informação contábil — 91, 103, 115, 126
Inteligência artificial — 19, 30, 151, 162
Interdisciplinaridade — 21, 27, 32, 33
Invisibilidade — 61, 83, 181, 191
Invisibilidade midiática — 181, 183

L

Letramento informacional — 24, 132
Leitura crítica — 20, 26, 28, 147

M

Mediação docente — 23, 27, 32, 135
Metodologias ativas — 19, 26, 31, 137
Mercado financeiro — 91, 100, 110, 122
Mitos — 61, 79, 148, 165
Monologismo clínico — 40, 47, 52, 57

N

Neurodivergência — 38, 154, 158, 164
Neurodivergente — 155, 159, 164, 165
Notícias falsas — 20, 58, 132, 174

O

Opacidade informacional — 117
Opinião — 20, 23, 180

P

Participação — 22, 45, 64, 162
Pensamento crítico — 21, 30, 132, 149
Podcast — 26, 133, 141, 178
Pós-verdade — 20, 34, 147, 151
Políticas públicas — 88, 185
Povos indígenas — 180, 182, 188, 190
Preconceito — 20, 66, 174, 184

Q

Qualidade da informação — 94, 100, 116, 126
Quilombolas — 179, 183, 188, 192

R

Redes sociais — 19, 60, 163, 184
Representação — 47, 105, 121, 187
Responsabilidade epistêmica — 19
Responsabilidade epistemológica — 20, 27, 33, 85
Responsabilidade ética — 21, 27, 32
Robótica educacional — 63, 67, 70, 73

S

Sala de aula invertida — 22, 34
Silenciamento — 37, 46, 186, 192

T

Tecnologia assistiva — 40, 52, 56, 58
Tecnologias digitais — 19, 49, 72, 190
Tecnologias educacionais — 64, 65, 70, 72

TEA — 63, 70, 81, 161

Transparência — 30, 104, 117, 177

V

Verificação — 22, 129, 147, 176

Vieses — 29, 177, 181

Violência simbólica — 60, 185, 190, 192

Danielle de Moraes Góis Diniz

Doutoranda em Ciências, Tecnologia e Inclusão pela Universidade Federal Fluminense (UFF), é Mestre em Diversidade e Inclusão pela mesma instituição. Graduiu-se em Pedagogia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), em 2020. Atua como tutora da Universidade de Brasília (UnB) no curso de Atendimento Educacional Especializado em Altas Habilidades ou Superdotação e como tutora da UFF no curso Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva: culturas, políticas e práticas inclusivas nas escolas. Possui formação técnica em Análise do Comportamento Aplicada (ABAT), com certificação QABA, pela ABA Liberta, além de especialização em Educação Especial e Inovação Tecnológica pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ, 2023), pós-graduação em Psicopedagogia Clínica e Institucional (2019) e pós-graduação em Direitos Humanos, Acessibilidade e Inclusão pela Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz, 2025). É também graduada em Direito pela Universidade Salgado de Oliveira (2004), com inscrição ativa na OAB/RJ sob o n 132.067, e especialista em Direito das Pessoas com Deficiência (2022). Possui ampla atuação institucional na Ordem dos Advogados do Brasil, tendo sido Presidente da Comissão de Diversidade e Inclusão da OAB 25 Subseção (triênios 20162018 e 20192021), membro do Conselho Deliberativo da OAB 8 Subseção (20132015), integrante da Comissão OAB Mulher e da Comissão de Direito Previdenciário no mesmo período. Atuou como Presidente da Comissão da Pessoa com Deficiência da OAB Itaboraí (triênio 20222024), é membro da Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência da OAB/RJ (triênio 20252027), Presidente da ABA-SG (Comissão de Direito das Pessoas Autistas) e membro da Comissão da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista da OAB de São Gonçalo (2023).

Fabiana Rodrigues Leta

Professora Titular do Departamento de Engenharia Mecânica da Universidade Federal Fluminense. Possui graduação em Engenharia Mecânica pela Universidade Federal Fluminense (1989), mestrado em Engenharia Mecânica pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (1992) e doutorado em Engenharia Mecânica pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (1998). Foi Diretora da Escola de Engenharia da UFF de novembro de 2018 a fevereiro de 2020. Foi responsável pela criação da AGIR - Agência de Inovação da Universidade Federal Fluminense, ocupando o cargo de diretora no período de 2009 a 2014. Foi editora da revista da Escola de Engenharia da UFF, *Engevista*, até 2016. Coordena o Laboratório de Metrologia Dimensional e Computacional, criado pela mesma na UFF. É membro da Associação Brasileira Ciências de Engenharia Mecânicas e da Associação Brasileira de Educação em Engenharia. Atua no Programa de Pós-graduação em Ciências, Tecnologias e Inclusão e no Programa de Pós-Graduação em Engenharia Mecânica da UFF. Coordena diversos projetos e orienta alunos de graduação e pós-graduação.

Fabiane Rodrigues Lima

Doutoranda em Ciências, Tecnologias e Inclusão (UFF/2025), Mestre em Educação, Cultura e Comunicação (UERJ/2016), Especialista em Educação Tecnológica (CEFET/RJ - 2014), em Planejamento, Implementação e Gestão da Educação a Distância (UFF/2012), Psicopedagogia Clínica e Institucional (SJT/2023) e em Psicomotricidade (UCAM/2006). Licenciada Plena em Pedagogia (UNESA/2004) e em Educação Física (UNISUAM/2006). Atualmente exerce os cargos de Professora na Prefeitura do Rio de Janeiro (2008-Atual), atuando como Gestora de Unidade Escolar e também como tutora presencial do curso de Licenciatura em Pedagogia

UERJ/CEDERJ das disciplinas Alfabetização 1 e 2, Estágio em Edu. Ens. Médio-Normal, Estágio em Educação Fundamental, Estágio nos Espaços Sociais de Formação Humana (2010-Atual) e Orientadora de Monografia.

Fernanda Serpa Cardoso

Doutora em Ciências e Biotecnologia pela Universidade Federal Fluminense. Possui graduação em Licenciatura em Ciências Biológicas - Faculdades de Barra Mansa (1992) , especialização em Microbiologia (1994), especialização em Mediação Pedagógica em EAD (2010) e mestrado em Ensino de Ciências (Pós graduação em Ensino em Biociências e Saúde - FIOCRUZ -2007). Atualmente é coordenadora do Curso de Licenciatura em Ciências Biológicas, docente do Departamento de Biologia Celular e Molecular e do Curso de Mestrado Profissional em Diversidade e Inclusão (CMPDI) da Universidade Federal Fluminense. Também é coordenadora da Escola de Inclusão - UFF e Vice-coordenadora do grupo Desenvolvimento e Inovação no Ensino de Ciências (DIECI UFF), liderando a organização e oferta do Curso de Verão para Alunos Superdotados do DIECI UFF em parceria a Escola de Inclusão. Líder do Núcleo de Estudo e Pesquisa em Dupla Excepcionalidade (NEPEDex).

Francisco Gilson Rebouças Porto Júnior (Gilson Pôrto Jr.)

Doutor em Comunicação e Cultura Contemporâneas pela Faculdade de Comunicação da Universidade Federal da Bahia (FACOM-UFBA), mestre em Educação pela Faculdade de Educação (PPGE-UnB) e graduado em Comunicação Social/Jornalismo, Pedagogia, História e Letras. Realizou estudos de pós-doutoramento/professor visitante nas Universidades de Coimbra (UC-Portugal), de Cádiz (UCA, Espanha), de Brasília (FAC-UnB) e UNESP (UNESP-SP). Atualmente é Bolsista de Produtividade em Pesquisa do CNPq (Nível C), coordenador do Núcleo de Pesquisa e Extensão e Grupo Lattes

Observatório de Pesquisas Aplicadas ao Jornalismo e ao Ensino (OPAJE-UFT) e do Núcleo de Pesquisa, Ensino e Extensão Informação, Comunicação e Memória (INFO-UFT). É professor na Fundação Universidade Federal do Tocantins (UFT), no Programa de Pós-Graduação em Ensino de Ciências e Saúde (PPGECS-UFT, mestrado acadêmico, 2024-atual), no Programa de Pós-Graduação em Museologia (PPGMuseu-UFBA, mestrado acadêmico, 2023-atual) e no Programa de Pós-Graduação em Ciências, Tecnologias e Inclusão (PGCTIN-UFF, doutorado acadêmico, 2021-atual). É Investigador Colaborador do Centro de Estudos Interdisciplinares (CEIS20) da Universidade de Coimbra (UC-Portugal).

Gabriel Machado Santos

Doutorando em Ciências, Tecnologias e Inclusão pela Universidade Federal Fluminense (UFF). Possui especialização em Contabilidade (2024) e em Gestão Pública (2024) pela Faculdade Internacional Signorelli, além de ser mestre em Propriedade Intelectual e Transferência de Tecnologia para a Inovação pela Universidade Federal do Tocantins (UFT, 2022). É também especialista em Economia (2020) pela Faculdade Internacional Signorelli e em Gestão Estratégica em Inovação e Política Científica e Tecnológica pela UFT (2018). Graduado em Ciências Econômicas pela UFT (2018) e em Ciências Contábeis pela Faculdade ITOP (2015). Atuou como coordenador do curso de Ciências Contábeis no campus Dianópolis da Unitins (2022-2025) e como coordenador do Núcleo de Inovação e Soluções Contábeis (2022-2025).

Helemy dos Santos Ferreira Mendanha

Doutoranda em Ciências, Tecnologias e Inclusão pela Universidade Federal Fluminense (UFF), Mestre em Educação (2023) pela Universidade Federal Fluminense (UFF), com graduação em Licenciatura em Matemática pela mesma instituição (2015). Atua como professora nos anos iniciais do Ensino Fundamental e na

Educação Infantil. Atualmente, ocupa o cargo de Professor I MTD IV na Fundação Pública Municipal de Educação de Niterói, com ênfase em Educação e Diversidade, além de desempenhar funções nas Bibliotecas Populares do município de Niterói, onde desenvolve pesquisas sobre as múltiplas interfaces entre literatura e outros campos da educação.

Lígia das Neves Santos

Graduanda em Licenciatura Pedagogia na Universidade Federal do Tocantins (UFT), campus de Palmas. Bolsista de Iniciação Científica do CNPq. Acadêmica Bolsista do Programa de Educação Tutorial (PET PedPalmas) do curso de Pedagogia, acadêmica bolsista no Instituto Nacional de Ciência e tecnologia(INCT-Preconceitos). Foi estagiária na Secretaria de Saúde do Tocantins na Escola Tocantinense do SUS (ETSUS 2023-2024). Egressa do Programa de Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID 2023 - 2024). Foi estagiária como Assistente terapêutica (AT).

Luciana Quintana

Possui graduação em PEDAGOGIA - UNYLEYA - UNYEAD EDUCACIONAL S.A. (2021). Atualmente é Professor I de Apoio Especializado da Fundação Pública Municipal de Educação de Niterói. Tem experiência na área de Educação, com ênfase em Educação Inclusiva.

Luciene Moraes Gonçalves da Silva

Doutoranda em Ciências, Tecnologias e Inclusão pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências, Tecnologias e Inclusão (PGCTIn) da Universidade Federal Fluminense (UFF). Mestra em Diversidade e Inclusão pela Universidade Federal Fluminense e graduada em Pedagogia pela mesma instituição. Possui formação continuada nas áreas de Educação Inclusiva, Atendimento Educacional Especializado, Pedagogia Hospitalar, Alfabetização, Terapia

Ocupacional e Tecnologias Educacionais. Atua como professora da Fundação Municipal de Educação de Niterói e como pedagoga no Programa Niterói Inclusivo, por meio do Instituto Viva Mais Melhor, desenvolvendo ações voltadas à educação inclusiva, acessibilidade, participação social e formação. Desenvolve pesquisas na interface entre Educação, Tecnologia e Inclusão, com ênfase em Tecnologia Assistiva, Pedagogia Hospitalar, Educação Inclusiva, Altas Habilidades/Superdotação, Transtorno do Espectro Autista, acessibilidade, mediações pedagógicas, formação de professores e políticas públicas de inclusão. Atualmente desenvolve pesquisa sobre a mobilização da Tecnologia Assistiva como mediação sociotécnica na Pedagogia Hospitalar, investigando suas contribuições para a participação, a aprendizagem e a continuidade da escolarização de estudantes em contexto de adoecimento.

Marcele Barros de Oliveira

Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Ciências, Tecnologias e Inclusão - PGCTin- Doutorado Acadêmico UFF - Mestra em Diversidade e Inclusão pela Universidade Federal Fluminense UFF. Pesquisadora do NESED (Núcleo de Estudos em Saúde, Educação e Diversidade) UFF.. Possui graduação em Ciências Biológicas pela Universidade Salgado de Oliveira (2016) e graduação em Fisioterapia pelo Centro Universitário Hermínio da Silveira (2007). Tem experiência na área de Fisioterapia, trabalhou no NASF na prefeitura de São Gonçalo e hospitais. Atua como professora na graduação de Fisioterapia da Universidade Estácio de Sá e como Supervisora na Secretaria Municipal de Assistência Social do Rio de Janeiro.

Tainara Chagas Matschuck

Doutoranda no Programa de Pós-graduação em Ciências, Tecnologias e Inclusão (PGCTin) - UFF. Mestra em Diversidade e Inclusão pelo CMPDI - UFF. Graduada em Pedagogia com

licenciatura Plena pela Universidade Estácio de Sá. Pós graduada em "Psicopedagogia Clínica e Institucional" pela Universidade Cândido Mendes e em "Gestão do trabalho pedagógico: Gestão, Orientação, Inspeção e administração escolar" pela Faculdade Venda Nova do Imigrante. Compõe o quadro de Funcionária Pública concursada no Município de Araruama e Cabo Frio, atuando na equipe de Orientação Pedagógica pela Secretaria Municipal de Educação, atualmente na função de Diretora Adjunta na gestão do Complexo Esportivo de Excelência e Qualidade de Ensino Professor Darcy Ribeiro. Leciona no curso de Pedagogia da Universidade de Vassouras - Saquarema/RJ.

Viviane de Oliveira Freitas Lione

Graduação em Ciências Biológicas pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Mestrado em Microbiologia pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro e Doutorado sanduíche em Biociências Nucleares pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro / Universidade Federal de São Paulo. É Prof Associada da Faculdade de Farmácia da Universidade Federal do Rio de Janeiro onde Coordena o Laboratório de Bioensaios Farmacêuticos, desenvolvendo biomodelos neurais para o estudo do autismo. Tem experiência na Biofarmácia desenvolve modelos in vitro de permeabilidade de celular e experiência na área de Cultivo de células animais, humanas e bacteriana, atuando nos temas de screening de moléculas, bioensaios de atividade, citotoxicidade e biomateriais voltados para saúde. É professora do Programa de Pós Graduação em Nanobiossistemas - UFRJ. Também atua na área do Ensino, sendo professora do Mestrado profissional em Diversidade e Inclusão e da Pós-graduação (doutorado) em Ciências, Tecnologias e Inclusão da Universidade Federal Fluminense. Possui experiência na formação de recursos humanos nas áreas da Saúde e da Educação Inclusiva. Participa e coordena projetos de pesquisa na área de Biologia Celular, Biotecnologia, Biociências e em Diversidade e Inclusão, com

foco em autismo e outros transtornos do neurodesenvolvimento. É coordenadora do Grupo de Estudos em Transtorno do Espectro Autista (GETEA-UFRJ), Conselheira Civil do Conselho Municipal da Pessoa com deficiência de Maricá (2023-2026). Foi Coordenadora do Programa de Atendimento da Associação Caminho Azul (2021-2025)

ENSINO, COMUNICAÇÃO e DEZINFORMAÇÃO

- Volume IX -

educação midiática, tecnologias e responsabilidade epistêmica

Organizadores:

Gilson Pôrto Jr.

Gabriel Machado Santos

Helemy dos Santos Ferreira Mendanha

(Orgs.)



Observatório
Edições

ISBN: 978-6-59770-701-0



9 786597 707010